

LUCAS CAREGNATO

VERSO E REVERSO:

PRÁTICAS SOCIAIS, ECONÔMICAS E POLÍTICAS NO *KONGO* E NO *NDONGO* E O  
DOMÍNIO COLONIAL PORTUGUÊS – SÉC. 15 A 17

Passo Fundo, RS

2011

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

LUCAS CAREGNATO

Dissertação apresentada à Universidade de  
Passo Fundo como requisito parcial para  
obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Mário José Maestri Filho

C271v Caregnato, Lucas

Verso e Reverso: práticas sociais, econômicas e políticas no Kongo e no Ndongo e o domínio colonial português – séc. 15 a 17/  
Lucas Caregnato. – 2011

128f.: il.; 30 cm.

Inclui bibliografia.

Dissertação de mestrado – Universidade de Passo Fundo, 2011  
Orientação: Prof. Dr. Mário José Maestri Filho

Políticas sociais. 2. Kongo. I. Caregnato, Lucas II. Título

CDU: 374.4(672.4)

Catálogo elaborado pelo Bibliotecário

Cauê Maruri Dalle Molle CRB10/1848

## AGRADECIMENTO

- ✓ Aos meus pais Italino Angelo Caregnato e Maria Edrolina dos Santos Caregnato pela confiança, pelo apoio e pela paciência nos dias em que o mau humor se apresentava, decorrente de longas jornadas de estudo.
- ✓ Aos meus irmãos Eliane, Márcia e Jair por dividirem comigo boas risadas nos churrascos de domingo. Aos meus sobrinhos Guilherme, Vinicius, Gabriel e Maria Inês, pelos abraços e auxílios sempre quando solicitados.
- ✓ Ao meu orientador, Prof. Dr. Mário Maestri pelo empréstimo de bibliografia, incentivo, exigência e inspiração na condução deste trabalho.
- ✓ À Profa. Dra. Loraine Slomp Giron minha orientadora nos projetos de pesquisa na graduação e especialização em História Regional, por ter despertado em mim o gosto pela história e pela pesquisa. Também pelo auxílio na elaboração do projeto que originou a minha inserção no programa de mestrado em história na UPF.
- ✓ Aos meus amigos Daladier Pereira e Gabriel Varreira por terem me acompanhado durante várias viagens a Passo Fundo, em tardes e noites cansativas, porém não menos alegres e de longos debates e discussões.
- ✓ Aos colegas de mestrado Tiago Pansera e Josei Fernandes Pereira, companheiros de pouso na sede do Cepers, pelas jantãs, acaloradas discussões e companheirismo mútuo.
- ✓ Aos meus colegas e amigos de graduação da UCS: Aline Karen Matte, Aline Marques de Freitas, Helen Gelatti Dutra, Mário Tomazoni, Caren Daiane dos Santos e Cláudia Finn pelos bons momentos, pelos sambas de gafeira e pelo apoio constante. Amizade eterna...
- ✓ Aos colegas e amigos Maicon Douglas Peruzzo, Maira Miotto, Daniel Comerlato Dutra, Marília Lorandi, Max Dantas, Roberta Toss, Carina Oliveira, Simone Selbach, Vanessa da Rosa, Alice Webber Machado, Ednei Torresini, Marlôva Spagnol, Ir. Terezinha Navarreth, Rosangela Medeiros, Robson Formigueri Potita, Patricia,

Liziane Crippa, Cauê, pelos auxílios, pelas trocas de horário, substituições, almoços e demais atividades gastronômicas. Esses momentos foram fundamentais para tornar essa jornada de formação mais produtiva.

- ✓ As companheiras Juçara de Quadro, Terezinha Varreira, Denise Pessoa, por dividirem os sonhos e a prática de um novo mundo possível.
- ✓ Aos professores da graduação Rejane Barreto Jardim, Arthur Barcelos, Isabel Bilhão, Natalia Pietra Mendez, Roberto Radünz, Cristina Fortes Lia e Marília Conforto pela maestria com que conduziram o fazer historiográfico me inspirando a seguir essa “arte”.
- ✓ Para as pessoas que passaram na minha vida e contribuíram intensamente para que eu pudesse desfrutar desse momento.

***Civilização ocidental***

*Latas pregadas em paus  
fixados na terra  
fazem a casa*

*Os farrapos completam  
a paisagem íntima*

*O sol atravessando as frestas  
acorda o seu habitante*

*Depois as doze horas de trabalho  
Escravo*

*Britar pedra  
acarretar pedra  
britar pedra  
acarretar pedra  
ao sol  
à chuva  
britar pedra  
acarretar pedra*

*A velhice vem cedo*

*Uma esteira nas noites escuras  
basta para ele morrer  
grato  
e de fome.*

***Agostinho Neto***

## RESUMO

Esse trabalho tem como objetivo analisar as relações sociais e econômicas das comunidades aldeãs *bantu*, que compunham o *Kongo* e o *Ndongo* nos séculos 15 a 17. Para compreender as relações políticas e econômicas desses estados no período anterior, a dominação colonial europeia, é necessária uma análise historiográfica que contemple o modo de produção doméstico, presente nessas comunidades. Há séculos, essas populações desenvolviam práticas econômicas, alicerçadas no cultivo agrícola, na caça e na coleta, que serviram de base para a organização desses grupos, baseados em laços parentais matrilineares ou patrilineares. Com o início da exploração colonial portuguesa, mediante a chegada do explorador português Diogo Cão, em 1482-3, ocorreram mudanças profundas nas relações econômicas, políticas e sociais da região, representando o início de um longo período de dominação e espoliação das riquezas das terras “recém descobertas”. Ancorado no mercantilismo, Portugal explorará as riquezas e desenvolverá um sistema escravocrata balizado na retirada da mão de obra escrava das terras africanas destinadas as suas colônias na América. Posteriormente, objetivou-se perceber como essas formações sociais se modificaram, com o processo de dominação colonial, levando a um processo de constantes crises econômicas e políticas que resultarão na falência dessas organizações.

Palavras-chave: Ndongo; Kongo; bantu; escravidão; comunidades aldeãs bantus.

## ABSTRACT:

This thesis work aims to analyze the social and economic relations, the Bantu village communities that comprised the Ndongo and Kongo in the ages 15 to 17. To understand the political and economic relations of these kingdoms in the period prior to European colonial domination, is a necessary historiographical analysis covering the domestic mode of production, present in these communities. For centuries, these people developed economic practices, rooted in farming, hunting and gathering, which formed the basis for organizing these groups, based on matrilineal or patrilineal parental bonding. With the beginning of Portuguese colonial exploitation by the arrival of Portuguese explorer Diogo Cao in 1482-3 there were profound changes in economic, political and social problems, representing the beginning of a long period of domination and plunder the riches of the land "just discoveries. " Anchored in mercantilism, Portugal will explore the wealth and develop a system of slavery marked out in the withdrawal of slave labor of African lands to their colonies in America. Later, it was aimed to understand how these kingdoms, and village communities will change with the process of colonial domination, leading to a process of constant economic and political crisis that will result in the failure of these organizations.

Keywords: Ndongo, Kongo, bantu; slavery; Bantu village communities.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1 - Os reinos e o comércio na região do Congo no século 17, com o mapa do *Ndongo* ampliado no quadro abaixo. Fonte: VANSINA, Jan. O reino do Congo e seus vizinhos. In: OGOT, Bethwell Allan. *História geral da África, V: África do século XVI ao XVIII*. Brasília: UNESCO, 2010. P. 652..... **Erro! Indicador não definido.**
- Figura 2 - Mapa da África central, 1500. Fonte: VANSINA, Jan. A África equatorial e Angola: as migrações e o surgimento dos primeiros estados. In: NIANE, Djibril Tamsir. *História geral da África, IV: África do século XII ao XIV*. Brasília : Unesco, 2010..... 27
- Figura 3 - São Salvador, capital do Reino do Congo, no sítio de Mbanza Kongo. (Fundação Dapper, Paris.). Fonte: VANSINA, Jan. O reino do Congo e seus vizinhos. In: OGOT, Bethwell Allan. *História geral da África, V: África do século XVI ao XVIII*. Brasília, Unesco, 2010. .... 344
- Figura 4 - Ruínas do antigo palácio do bispo de Mbanza Kongo. (São Salvador, de 1548, fotografadas em 1955. (Museu Nacional de Angola, Luanda.). Fonte: VANSINA, Jan. O reino do Congo e seus vizinhos. In: OGOT, Bethwell Allan. *História geral da África, V:.....* 40
- Figura 5 – Mulher trabalhando com criança recém nascida de Giovanni Cavazzi, 1687. Disponível em: <http://www.whro.org/jamestown2007/imagegalleries/africans/album/slides/Woman%20Hoeing.html>. (2011). .... 50
- Figura 6 - Bigorna kuba. Fonte: M' BOKOLO, E. . Das Savans de Camarões ao alto do Nilo. In: OGOT, Bethwell Allan. *História geral da África, V: África do século XVI ao XVIII*. Brasília: Unesco, 2010. p. 640..... 57
- Figura 7 – A Igreja cristã no Kongo e as cerimônias de Batismo. DELGADO, Ralph. *História de Angola - Primeiro período e parte do segundo, 1482 a 1607*. S.l.: Banco de Angola, s.d. v.1. p. 83. .... 69
- Figura 8 Brasão de D. Afonso I, rei do Congo. In.: DELGADO, Ralph. *História de.....* 91
- Figura 9- D. Álvaro VI. Acesso em 29/07/2011. Disponível em: <http://www.africafederation.net>..... 96
- Figura 10 - Ruínas da primeira fortaleza de Cambembe. In.: DELGADO, Ralph. *História de Angola - Primeiro período e parte do segundo, 1482 a 1607*. S.l.: Banco de Angola, s.d. v.1. p.382. .... 103
- Figura 11 - Nzinga em Audiência. In: CAVAZZI, João António de Montecucolo. *Descrição Histórica dos Três Reinos do Congo, Matamba e Angola*. Lisboa: Junta de Investigações Ultramar, 1965, v. II. p. 67. .... 105
- Figura 12 - Representação de Nzinga e seus súditos. In.: CAVAZZI DE MONTECCÚCOLO, João António de Montecucolo. *Descrição Histórica dos Três Reinos do Congo, Matamba e Angola*. Lisboa: Junta de Investigações Ultramar, 1965, v. II. p. 73. .... 108

Figura 13 - Ferétro de Nzinga. In.: CAVAZZI, João António de Montecucolo. Descrição Histórica dos Três Reinos do Congo, Matamba e Angola. Lisboa: Junta de Investigações Ultramar, 1965, v. II. p. 154. .... 116

## SUMÁRIO:

INTRODUÇÃO.....	12
1. DESCRIÇÃO DOS ASPECTOS FÍSICOS E GEOGRÁFICOS DAS COMUNIDADES ALDEÃS BANTU .....	20
1.1. O ESTADO AFRICANO DO <i>KONGO</i> .....	24
1.2 O ESTADO DO <i>NDONGO</i> .....	40
2.1 APLICAÇÃO DO CONCEITO DE ESCRAVIDÃO: NA ANTIGUIDADE, NAS COMUNIDADES ALDEÃS <i>BANTU</i> E NO SISTEMA COLONIAL ESCRAVISTA AMERICANO .....	71
2.1.2 CONCEITO DE ESCRAVISMO ANTIGO.....	74
2.1.3 PRÁTICAS SERVIS NÃO ESCRAVISTAS .....	78
2.1.4 SISTEMA COLONIAL ESCRAVISTA.....	82
3 RELAÇÕES SOCIAIS, POLÍTICAS E ECONÔMICAS ENTRE A ELITE LUSA E A ELITE <i>KONGOLESA</i> E DO <i>NDONGO</i> .....	86
3.1 ESTADO DO <i>KONGO</i> : SUCESSÕES E RELAÇÃO COM OS PORTUGUESES .....	86
3.2 A RAINHA <i>NZINGA</i> .....	97
4 CONCLUSÃO.....	116
ÍNDICE REMISSIVO:.....	128

## INTRODUÇÃO

O estudo da história do continente africano, mais especificamente de uma região da África Subsaariana, é tarefa difícil, pela amplitude de aspectos que representa. Como exemplo dessa questão, pode-se apontar o início da humanidade, há mais de quatro milhões de anos, precisamente no continente negro. Isso denota a gama de pesquisas históricas que aquela região oferece. Porém, durante muito tempo, a historiografia direcionou seu olhar ao norte do continente africano, como Egito e Cartago, dissociando esses locais e sua grandiosidade econômica e política, das outras regiões que compõem a África Negra.

Baseados numa visão eurocêntrica, os historiadores direcionaram suas pesquisas à Europa, despreocupando-se com o potencial historiográfico que regiões como a Ásia e a África podiam render. A partir do século 15, com as grandes navegações europeias e com os sucessivos domínios das regiões litorâneas do continente africano, foi necessário aos europeus justificarem suas ações de exploração, apoiados em uma suposta inferioridade dos povos africanos e asiáticos. Nesse período, o Renascimento e o Iluminismo reforçaram a visão da Europa como berço da humanidade evoluída, ancorados na herança greco-romana.

Essas teorias se ampliaram, com a importância econômica do tráfico de africanos escravizados destinados à América. Coisificados, milhões de africanos foram destinados a um sistema produtivo mercantil, que rendia grandes lucros às classes dominantes europeias e americanas, e era justificada pela inferioridade biológica, cultural e religiosa dos africanos. A Igreja Católica Apostólica Romana apoiou essas práticas, por interesses conjuntos aos das potências europeias. No século 15, Papa Nicolau V autorizou a escravatura documentada nas bulas *Dum Diversos* e *Divino Amore Comuniti*. Já no século seguinte, o Papa Paulo III criou a bula *Veritas Ipsa*, que proibia a escravidão indígena, não se opondo à escravidão africana. Nos séculos 19 e 20, as teorias Eugênica e Darwinista Social corroboravam as teses de inferioridade dos habitantes do continente africano e colocavam a Europa e seus habitantes como o ápice do processo evolutivo e cultural.

Porém essa realidade começou a se modificar com o surgimento de historiografia crítica, comumente com de viés marxista e terceiro mundista, processo que se acelerou com a independência dos países africanos e seus movimentos de contestação ao domínio europeu na região. Nessas conjunturas emergiram historiadores e cientistas sociais, que iniciaram a reconstrução da história do continente africano. Dentre estes destacam-se Claude Meillassoux, Souret-Canalle, Cornevin, *Hampaté Bâ*, *Jan Vansina*, *Kwane Anthony Appiah*, *Joseph Ki-Zerbo*, *Cheikh Anta Diop*, entre outros.

Este trabalho tem como objetivo analisar a organização das comunidades aldeãs *bantu*, localizadas no Centro-Sul do continente africano em regiões que atualmente compõem Angola, a República Democrática do Congo e a República do Congo. Como eixo dessas relações, pretende-se perceber como o domínio colonial português na região alterou as relações políticas, sociais e econômicas, suscitando um quadro de mudanças que desestabilizaram e as relações sociais, levando algumas regiões a um processo de crise.

Pretende-se perceber como se davam as relações econômicas e políticas. Nas comunidades aldeãs bantu não haviam distinções de classe, mas de idade e gênero. Suas forças produtivas apoiavam-se no exercício das técnicas agrícolas e artesanais, que garantiam a satisfação das necessidades alimentares dos indivíduos que compunham a comunidade. Utilizavam a terra como condição de trabalho, tornando-a produtiva, através de práticas horticoltoras relativamente desenvolvidas. O emprego da energia humana, como fonte energética, era dominante no trabalho agrícola e artesanal. O uso dos meios de produção simples e exploração individual da terra não exigiam investimentos coletivos na terra.<sup>1</sup>

Destaca-se a importância que as mulheres tinham nesse modo de organização. Cabia a elas o trabalho agrícola, já que haviam desenvolvido técnicas que permitiam um contato maior com o solo, com o clima e com os diversos produtos agriculturáveis. Aos homens restava a caça e a guerra; eles ajudavam igualmente as mulheres nas tarefas horticoltoras mais duras: abertura das clareiras nas matas, limpeza dos terrenos a serem plantados, etc.

Também por serem fundamentais na manutenção e ampliação natural das comunidades aldeãs, as mulheres cumpriam um papel de destaque, sendo continuamente capturadas/disputadas no interior e no exterior das comunidades. Podiam se transformar em

---

<sup>1</sup> Cf. MEILLASSOUX, Claude. *Mulheres, celeiros e capitais*. Porto: Afrontamento, 1977. MEILLASSOUX, Claude. *Antropologia da escravidão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

servas esposas dos novos grupos, cabendo a elas tarefas agrícolas e de rotina nas aldeias, além de serem reprodutoras das famílias.

Dentre as relações sociais existentes nas comunidades aldeãs *bantu* estavam práticas servis não escravistas. Ou seja, incompletas, já que o atributo primário – o ser propriedade pessoal – não se desdobrava em atributos derivados da perpetuidade ou hereditariedade.<sup>2</sup> Não se encontrava igualmente presente nessas práticas a posse total dos bens produzidos pelo detentor dos produtores diretos. Categorizam-se como práticas, porque não havia uma uniformidade nessas instituições, diferentemente, por exemplo, do modo de produção escravista colonial, com forte uniformidade.

A união de várias comunidades aldeãs podia formar chefarias, e a reunião de diversas chefarias podia formar Estados mais ou menos desenvolvidos, presentes em praticamente todo o continente africano. Esses Estados foram designados pelos europeus como reinos, categorias que nos pareceram grande impropriedade. Em função da espacialização escolhida para este trabalho, analisam-se os casos do *Kongo* e do *Ndongo*, que, pela proximidade, compartilhavam várias características comuns em setores da economia e política.

Utiliza-se a letra k no caso do *Kongo*, para diferenciar sua grafia dos atuais países da República Democrática do Congo e República do Congo. Localizava-se no norte de Angola,<sup>3</sup> ao sul da atual República Democrática do Congo (*Kinshasa*) e da República do Congo (*Brazzaville*). Suas fronteiras beiravam o rio Zaire, do estuário até sua confluência com o rio *Inkisi* e, em alguns lugares do Norte, estendia-se além do rio *Manyanga* e de todas as terras do sul, até o rio *Loje*.<sup>4</sup>

Por ser o Estado de maior abrangência territorial da África austral, contava com uma estrutura política bem-organizada. Era governado por um suserano que tinha como título *manikongo*, que governava secundado por um grupo de conselheiros. O *Kongo* era composto

---

<sup>2</sup> Ibidem, p. 62.

<sup>3</sup> PANTOJA, Selma Alves. *Nzinga Mbandi: mulher, guerra e escravidão*. Brasília: Thesaurus, 2000.

<sup>4</sup> VANSINA, Jan. O reino do Congo e seus vizinhos. In: OGOT, Bethwell Allan. *História geral da África: África do século XVI ao XVIII*. Brasília: Unesco, 2010. p. 652. v.5.

por seis províncias: *Soyo, Mbamba, Nsundi, Mpango, Mbata e Mpemba*.<sup>5</sup> Cada uma dessas províncias contava com um administrador que devia pagar impostos ao *manikongo*.

O *Ndongo* ficava ao sul do *Kongo*, entre os rios *Dande* e *Kwanza*; ao leste fazia fronteira com *Matamba* e *Luba*; ao sul com os estados *Ovimbundos* e *Kisama*, e a oeste com o oceano Atlântico. Contava com um suserano que portava o título de *Ngola - A - Killwanji*, ou *Ngola Kasanje*. Dentre as principais características desse estado, destaca-se a importância do rio *Kwanza*, como meio de ligação entre as aldeias e províncias. Suas praias eram espaços férteis para a coleta de *nzimbo*s, conchas utilizadas como moeda tanto no *Kongo* como no *Ndongo*.

Em ambos os estados é possível constatar que a organização política, social e econômica se balizava no que convencionou-se chamar de modo de produção tributário (anteriormente, asiático ou oriental). Como características fundamentais estavam a combinação entre as comunidades aldeãs *bantu* dedicadas a uma produção doméstica (artesã e agrícola) e um poder estatal, que expressava uma unidade real. O suserano administrava as aldeias, províncias e comunidades, apropriando-se de recursos econômicos excedentes da produção, através de tributos.

No ano de 1482, o navegador lusitano Diogo Cão aportou com sua embarcação, na foz do rio Zaire, interligando pela primeira vez o reino luso, com as comunidades aldeãs *bantu*, que viviam na região. Esse local, onde ele desembarcou, pertencia ao domínio do *manikongo*.

A presença lusa na região não ocorreu por acaso. Havia interesses mercantilistas em explorar as terras recém-descobertas. Metais preciosos, produtos alimentícios e especiarias destacavam-se como alguns dos principais estímulos aos portugueses nesses mares e nessas regiões. Porém, a obtenção de africanos e africanas, e sua destinação ao tráfico internacional, direcionado inicialmente à Europa e, a seguir, às colônias da América, possibilitaram um substancial crescimento econômico ao reino português, em sua lógica mercantilista.

Com objetivos mercantis de exploração econômica definidos, cabia aos comerciantes e colonos portugueses criarem táticas que melhor garantissem seus objetivos estratégicos nessa região, e estabelecerem um contato inicial tranquilo com as lideranças africanas. Facilitavam,

---

<sup>5</sup> VANSINA, Jan. Les anciens royaumes de la savane. Léopoldville: Institut de recherches économiques et sociales, 1965. (Collection études sociologiques). p. 34.

assim, o processo de fixação e, posteriormente, a dominação na região. Segundo relato de Rui Pina de 1482,



[...] descorrendo pela dicta Costa com assaz perygo, e dificuldade, aportou com a dicta armada ao dicto Regno, e terra de Congo, que He afastado dos Regnos de Portugal mais de mi, e setecentas legoas. Onde por a distancia ser grande, aalem de outra terra da Guinee, que ja era descuberta, e sabida, se no poderam entender com as gentes do dicto Regno, que acharam sem conto; com quanto fossem de Lingoas, e Intrepretes desvairados muy bem providos. O qual Capitam de industria e ordenança delRey por segurar as dictas gentes, que era bem pollo sertão, per Mesegeiros Christãos, hu rico presente de cousas desvairadas, notificandolhe os homens da dicta armada serem delRey de Portugal, que com todo o Mundo tynha paz, e amizade, e assy mandava buscar a sua, por lhe dizerem o Rey que era, desejando teer com ele, e com seu regno, e gentes delle, todo boõ trato e prestaça.<sup>6</sup>

Percebe-se, nesse relato, a intenção dos portugueses em manter um contato amistoso, por meio de presentes da realeza lusa, com o que viam como a *monarquia* do *Kongo*. Porém, isso não impediu que eles enviassem, através de intermediários, lembranças e presentes, com o intuito de ganhar a confiança do *manilongo*. Essa prática de cooptação das lideranças políticas serviu como instrumento para abrir caminhos a um processo de exploração, tanto no *Kongo*, como relativamente no *Ndongo*.

A dominação colonial portuguesa gerou grandes mudanças na realidade socioeconômica da região. As relações entre as comunidades aldeãs *bantu* deixaram de existir, ao menos como se davam, no fundamental, anteriormente. Grande parte da principal riqueza foi usurpada, ou seja, a força de trabalho africana. Foi imposta forte pressão sobre a organização política e econômica da região.

Essa imposição, ao modo de organização dos portugueses, nas terras africanas conquistadas, culminou na derrocada daqueles estados e num processo de empobrecimento econômico, demográfico, cultural, etc, das regiões.

Como base documental, utilizam-se fontes primárias de missionários e navegadores, que estiveram na região analisada, no período que vai do século 15 ao 16. Dentre estes destacam-se: António de Oliveira Cadornega, João António de Montecuccolo Cavazzi, Filipo Pigafetta e Duarte Lopes.

João António de Montecuccolo Cavazzi (1621-1678) esteve na África no século 17 entre os anos de 1654 e 1667. Com o término de sua ação missionária na região, retornou à

---

<sup>6</sup> BRÁSIO, Antonio. *Monumenta missionária africana: 1471-1531*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1954. p. 33. v. 1.

Europa, e reuniu suas observações sobre Angola, *Matamba* e *Kongo*. Além de suas anotações, ele compilou materiais escritos por outros autores. Esses materiais resultaram em sete livros. Sua obra foi publicada inicialmente em 1687, em italiano, e foi traduzida posteriormente para o português, francês, inglês e alemão.

Antônio de Oliveira Cadornega (1623-1690) nasceu em Vila Viçosa, Portugal. Saiu de seu país para servir o Exército, sendo enviado, no ano de 1639, para a ilha de Luanda. Seguiu na carreira militar até ocupar o posto de capitão e, posteriormente, assumiu funções na administração pública. Após um período sediado em Massangano, no ano de 1671 retornou para Luanda.<sup>7</sup> Escreveu em 1681 os três volumes da sua obra *História geral das guerras angolanas*. Porém, ela só veio a ser impressa em 1940-1941. Essas obras referem-se às questões políticas e militares da região, como é o caso da *Rainha Jinga*. Também enfocam o processo de expulsão dos holandeses e as características físicas, geográficas e etnográficas da região de Angola.

Duarte Lopes (c. 1550? – 16??) era um comerciante português estabelecido no *Kongo*, desde 1578 e Filippo Pigafetta (1533-1604) um humanista italiano a serviço da Igreja Católica. Eles se conheceram na Itália, quando Lopes estava representando o *manikongo*, numa viagem com fins diplomáticos e religiosos. Em Roma, contatou com Pigafetta, a quem fez uma descrição do *Kongo e das terras circunvizinhas*, publicada em 1591. Essa obra relatava com precisão características das diversas províncias do *Kongo* e dos Estados próximos, além de várias iconografias.

Além dessas fontes, utilizou-se um compêndio de fontes primárias, organizadas pelo padre Antonio Brásio, intitulado *Monumenta Missionária Africana*. Essa obra se divide em vários volumes, que apresentam relatos, documentos e relatórios de muitos autores, que elucidam como se davam as relações internas e externas, no *Kongo* e no *Ndongo* e nas demais regiões fronteiriças.

A delimitação espacial analisada nessa obra se dá pelas regiões que abrangiam o *Kongo* e o *Ndongo*. Cabe, no entanto, precaução com essa definição geográfica, pois suas fronteiras e divisas estão expressas nas fontes primárias de maneira imprecisa e por alguns casos discordantes. Isso porque, os europeus tinham dificuldades em entender a lógica de

<sup>7</sup> OLIVEIRA, Ingrid da Silva de. Cavazzi e Cadornega: entre semelhanças e diferenças na escrita da história da África centro-ocidental (século XVII). In: *ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH-RIO: Memória e patrimônio*, 14, 15., 2010, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Numen, 2010. p. 1-9.

divisão espacial dos africanos. Impunham sua visão de fronteiras, que não se enquadrava nas regiões dominadas. Como exemplos destacam-se as províncias, os estados independentes, os microestados e outras divisões políticas, que não eram compreendidas pelo domínio colonial.

No primeiro capítulo traçou-se um panorama geral do *Kongo* e do *Ndongo*, no que se refere às características geográficas, da fauna e da flora. Percebendo a relação do espaço físico com as aldeias que haviam na região, é possível determinar as formas econômicas e políticas de organização dessas populações, intituladas como comunidades domésticas de produção.

No segundo capítulo, analisou-se o processo de expansão mercantilista europeia, com destaque ao protagonismo português. Percebem-se, como fatores fundamentais nesse processo, a localização privilegiada, a formação de uma elite mercantil, o contato com os outros povos e culturas e a importância da Dinastia de Avis. Acrescenta-se ainda a importância fundamental que o escravismo teve no domínio colonial. Para isso, se conceituará essa categoria, diferenciando sua aplicação nas diferentes fases da História.

Também se pretende desvincular o sistema colonial escravista das práticas servis não escravistas, existentes na região analisada. Isso, especificamente, para melhor criticar as propostas de ontem e de hoje, que justificaram e justificam a escravidão colonial como um desdobramento da escravidão no continente africano.

O último capítulo apresentará como as relações internas das comunidades aldeãs *bantu*, e conseqüentemente do *Kongo* e do *Ndongo*, se alteraram profundamente.

## 1. DESCRIÇÃO DOS ASPECTOS FÍSICOS E GEOGRÁFICOS DAS COMUNIDADES ALDEÃS BANTU

É necessário, ao iniciar este trabalho, elaborar um panorama geral das principais características, do atual território angolano no séc. 15, mais especificamente, delimitado pelo *Kongo* e o *Ndongo*. Esse recorte espacial se deve, principalmente, pelas fontes disponíveis, que nortearão esta pesquisa.

Quando os conquistadores portugueses aportaram no *Kongo*, as vias de transporte até ali eram o oceano Atlântico e, a seguir, as vias de penetração, no interior do continente, sobretudo os grandes rios, como é o do *Zaire* (Congo) e do *Kwanza*. Portanto, os primeiros locais a serem dominados pelos europeus foram as regiões próximas ao litoral e aos leitos dos rios. Nesse sentido, os primeiros contatos entre os conquistadores e os nativos africanos ocorreram, primeiramente, com os povos que viviam nas regiões litorâneas, próximos aos grandes rios e, posteriormente, com as populações que viviam nas regiões interioranas.

Os locais que tinham organizações políticas centralizadas, como é o caso do *Kongo* e do *Ndongo*, despertavam maior interesse aos portugueses, já que estes vislumbravam cooptar os líderes políticos dessas regiões, visando facilitar a exploração de metais preciosos, cativos, e vários outros produtos de seu interesse.

Desses contatos, entre os líderes políticos das regiões analisadas e os portugueses, resultam muitas fontes, que detalham como se davam as relações de dominação e subordinação entre os povos e os conquistadores europeus. Entretanto, pelo fato de as comunidades aldeãs *bantu* serem ágrafas, até o contato com os europeus, coube a estes o registro escrito das primeiras décadas de dominação, expondo sua visão, em relação aos povos conquistados.

O termo *bantu* é a categoria utilizada para definir os grupos etno-linguísticos que habitavam a região centro-sul do continente africano. Esse termo resulta da combinação de

*ntu* (ser humano), acrescido do prefixo *ba*, que designa plural, ou seja, seres humanos ou pessoas.<sup>8</sup>

Salienta-se que não havia uma unidade cultural e étnica perfeita entre os *bantu*. Esse grupo linguístico abarcava muitas etnias, que viviam numa região geográfica bastante ampla do continente africano. Porém, apesar das especificidades e da diversidade que envolvia os indivíduos, que compunham esse extenso grupo etno-linguístico, podem ser encontradas, ao longo da História, algumas características e traços semelhantes entre elas.

Ao se analisar a população que vivia na região litorânea das atuais Angola e da República Democrática do Congo, é utilizada a expressão *comunidades aldeãs bantu*. Neste trabalho adota-se essa expressão para descrever a população composta por membros de uma família etno-linguística, que pode ser dividida em nove grandes grupos: *ambós*, *bacongos*, *hereros*, *lunda-tchoukué*, *nganguelas*, *nhanecas-humbes*, *ovimbundus*, *quimbundus* e *xindongas*.

Os povos *Ovimbundu* residiam na região central de Angola, próxima a sua costa. Nessa região, predominava durante o ano a estação quente, nomeada como *Ndombo*.<sup>9</sup> Os *Lunda-Tchoukué* têm como suas principais etnias os *Lundas* (*Balundas*), que viviam no nordeste angolano e os *tchoukué* (plural de *Katshokwe*, designados de *Quiocos* pelos portugueses) que também viviam no nordeste, numa região próxima ao território dos *nganguelas*.<sup>10</sup>

Os *Nguanguelas* (*guanguelas*) habitavam a região sudeste de Angola, abrangendo as regiões de *Cubango*, *Nhemba* e *Lutchaze*.<sup>11</sup> Resultado de processos de invasão ou migrações havia nessa zona diversos povos, tais como: *kioko* ou *batshakwe* (grupo *Lunda-Tchouku*) *quimbundos* (do grupo *Kimbundu*) *Cuanhamas* (do grupo *Âmbó*), entre outros. A língua *Nguanguela* apresenta variações distintas: na região do norte o *vacuantunda*, na região sul o *cubango* e na região central o *lutchazes* e o *kambunda*.<sup>12</sup>

<sup>8</sup> SOUZA, Mônica Lima. História da África: temas e questões para a sala de aula. *Cadernos PENESB*, Rio de Janeiro / Niterói, v. 1, p. 86, 2006.

<sup>9</sup> CAMPOS, FernandoERNANDO. Modos de calendarização entre os povos de Angola. In: Mourão, Fernando A. (org.) *A dimensão atlântica da África*. São Paulo: CEA-USP/DSG – Marinha/Capes, 1997. p. 43.

<sup>10</sup> Ibidem, p. 44.

<sup>11</sup> BAIÃO, 1939 apud CAMPOS, 1997, p. 45.

<sup>12</sup> Idem.

*Nhanecas-humbe* é o grupo linguístico que se refere aos povos que viviam na parte sul do território angolano e falavam a língua *Lunyaneka*.<sup>13</sup> O grupo dos *Hereros* tinha como principais etnias os *Chimba* e os *Cuval*, que também habitavam a região sul.<sup>14</sup>

Incluindo diversas etnias *bantu*, estavam os *Ambós*, sendo as mais populosas: *cuanhama*, *donga*, *cuâmbi* e *cuamátui*. Elas viviam na parte sul de Angola e na parte norte do território da Namíbia. A etnia *cusso*, que integra o grupo *Xindonga*, localizava-se no sudeste de Angola, fronteira com a Namíbia e a Zâmbia.<sup>15</sup>

O grupo dos *Quimbundus* estava fixado na região centro-norte de Angola e como principal etnia, destacavam-se os *mbundus*.<sup>16</sup> Os *bacongós* eram um extenso grupo linguístico que se localizava na região costeira do Atlântico, desde o Zaire até Luanda, sendo os *kikongós* um de seus povos.

Os Estados africanos do *Kongo* e do *Ndongo* estariam atualmente localizados na região da República de Angola, em parte da República Democrática do Congo e da República do Congo. No período analisado, as fronteiras geográficas *bantu* eram imprecisas aos olhos europeus, como assinalado.

Algo que parece ser comum às etnias que habitavam a região era a relação íntima com o espaço físico, ao qual estavam submetidos. Isso porque, a base da organização política, religiosa e social desses povos estava diretamente relacionada com a produção hortícola com a coleta, com a caça e, portanto, com a fauna e a flora. Nas lidas agrícolas, que proviam a produção de sorgo, tubérculos, etc., era necessário o conhecimento das estações, dos solos, e instrumentos hábeis para a horticultura, etc. Para a pesca e navegação, cabia também o conhecimento do regime dos ventos, da lua e a elaboração de técnicas. Para os diferentes cultos religiosos desses povos de origem *bantu*, aquela realidade era fundamental, devido precisamente ao modo de produção que conheciam e praticavam. Suas divindades representavam elementos da natureza, e agiam por meio deles.

---

<sup>13</sup> MOURÃO, op. cit.

<sup>14</sup> Ibidem, p. 46.

<sup>15</sup> Ibidem, p. 47, 48.

<sup>16</sup> PARREIRA, Adriano. *Dicionário Glossográfico e Toponímico da Documentação sobre Angola – séculos XV-XVII*. Lisboa: Estampa, 1990. p. 73.

Segundo aponta o antropólogo marxista francês Claude Meillassoux em trabalho de 1977,<sup>17</sup> nessas sociedades não haviam ainda se desenvolvido em relações de classe, nem mesmo a uma produção manufaturada; as formas primárias de produção foram preponderantes às demais, aumentando a importância que o meio tinha na determinação das práticas sociais e econômicas das populações *bantu*. As relações econômicas das populações apoiam-se na propriedade comunal da terra, ainda que a exploração da mesma fosse familiar.<sup>18</sup>

Por não haver ainda relações de classe, as instituições sociais estabelecidas entre os *bantu* baseavam-se fortemente no sistema de parentesco: união de indivíduos por laços sanguíneos; reais ou imaginários; descendentes de um ancestral comum ou mítico.<sup>19</sup> Nessas sociedades linhageiras, a organização familiar de descendência, etc., ocorria mediante sistemas conhecidos como: matrilineares e patrilineares.

No sistema patrilinear, a descendência ou linhagem ocorria por via masculina. A figura masculina detinha importância preponderante nesse processo, sendo que o filho pertencia a sua família e recebia o nome de sua linhagem.<sup>20</sup> Já no sistema matrilinear, o filho pertencia à família materna, e a herança ocorria por meio da mulher. O homem passava a residir na localidade da esposa, e o pai é o tio materno.<sup>21</sup>

---

<sup>17</sup> MEILLASSOUX, Claude. *Mulheres, celeiros e capitais*. Porto: Afrontamento, 1977.

<sup>18</sup> THORNTON, John K. The Kingdom of Kongo, ca. 1390-1678. The Development of an African Social Formation. *Cahiers d'études africaines*, v. 22, n. 87-88, p. 325-342, 1982.

<sup>19</sup> PANTOJA, op. cit., 2000. p. 48.

<sup>20</sup> SANTANA, Everaldo Lins. Vocábulo de base das relações de parentesco Zona K. *Saberes Revista Eletrônica*, v. 1, p. 10, 2010.

<sup>21</sup> *Ibidem*, p. 10.

## 1.1. O ESTADO AFRICANO DO KONGO

O *Kongo* foi a organização política com maior destaque na África Central. Dentre os principais fatores destacam-se: o fato de ter uma abrangência territorial, terras férteis e um elevado número de indivíduos, que, a partir da exploração dos portugueses, serviam de sementeira ao tráfico de africanos escravizados. A centralidade política resultava num grupo privilegiado de dirigentes, que dominavam o poder e administravam a cobrança de impostos. Preponderava a política administrativa perante os outros estados e microestados, que estavam próximos, submetendo-os a um regime de interdependência ou subserviência econômica e militar. Essas são algumas razões que despertaram nos europeus interesses nos benefícios que poderiam advir ao dominar esse território.

O *Kongo* localizava-se no norte de Angola,<sup>22</sup> ao sul da atual República Democrática do Congo (*Kinshasa*) e da República do Congo (*Brazzaville*). Suas fronteiras beiravam o rio Zaire, do estuário até sua confluência com o rio *Inkisi* e, em alguns lugares do norte, estendia-se além do rio *Manyanga* e de todas as terras do sul, até o rio Loje.<sup>23</sup> Segundo relatos do séc. 16, de Duarte Lopes e Filipo Pigafetta, a localização do *Kongo* se limitava:

[...] em quatro lados, no do poente e no último que está contra o meio-dia; e, começando pelo marítimo lado, principia ela na eseada dita das Vacas, que é em altura de 13 graus da parte do antártico, e pela costa, no norte, acaba em 4 graus e meio, antes da equinocial, que são 630 milhas. A baía das Vacas é um posto de mediana grandeza, mas bom e capaz de qualquer navio; e denomina-se das Vacas por ali em volta pastorearem muitas mandadas desses animais, sendo a terra do chã e fértil de vitualhas de todas as maneiras; e acham-se vender publicamente alguns metais, especialmente a prata, e é sujeita a El Rei de Angola.<sup>24</sup>

<sup>22</sup> PANTOJA, op. cit., 2000.

<sup>23</sup> VANSINA, op. cit., 2010. p. 652.

<sup>24</sup> PIGAFETTA, Filipo; LOPES, Duarte. *Relação do Reino do Congo e das terras circunvizinhas*. Lisboa, Publicações Alfa, 1989. p. 19.



Esse breve relato da época demonstra a imprecisão no caracterizar os limites geográficos do *Kongo*. As novas características do relevo, da fauna, da flora, do clima e dos demais aspectos obrigaram os portugueses a utilizá-las como meio de referência aos novos territórios. Há uma variação significativa nos dados apontados pelos portugueses, pois suas técnicas de medição e localização eram imprecisas.

Seguem dois mapas que demonstram as principais características geográficas e hidrográficas do *Kongo* e *Ndongo*, segundo Vansina, historiador que se dedicou durante décadas ao estudo da região. O primeiro mapa (figura 1) detalha a presença dessas formações sociais na região centro-sul africana e sua relação com os demais. Além disso, demonstra as relações comerciais existentes no período e suas principais rotas terrestres, fluviais e marítimas.

No segundo mapa (figura 2) evidencia-se a região do *Kongo* com suas províncias, os microestados e estados independentes. É importante salientar que as unidades territoriais e políticas estavam constantemente em transformação.

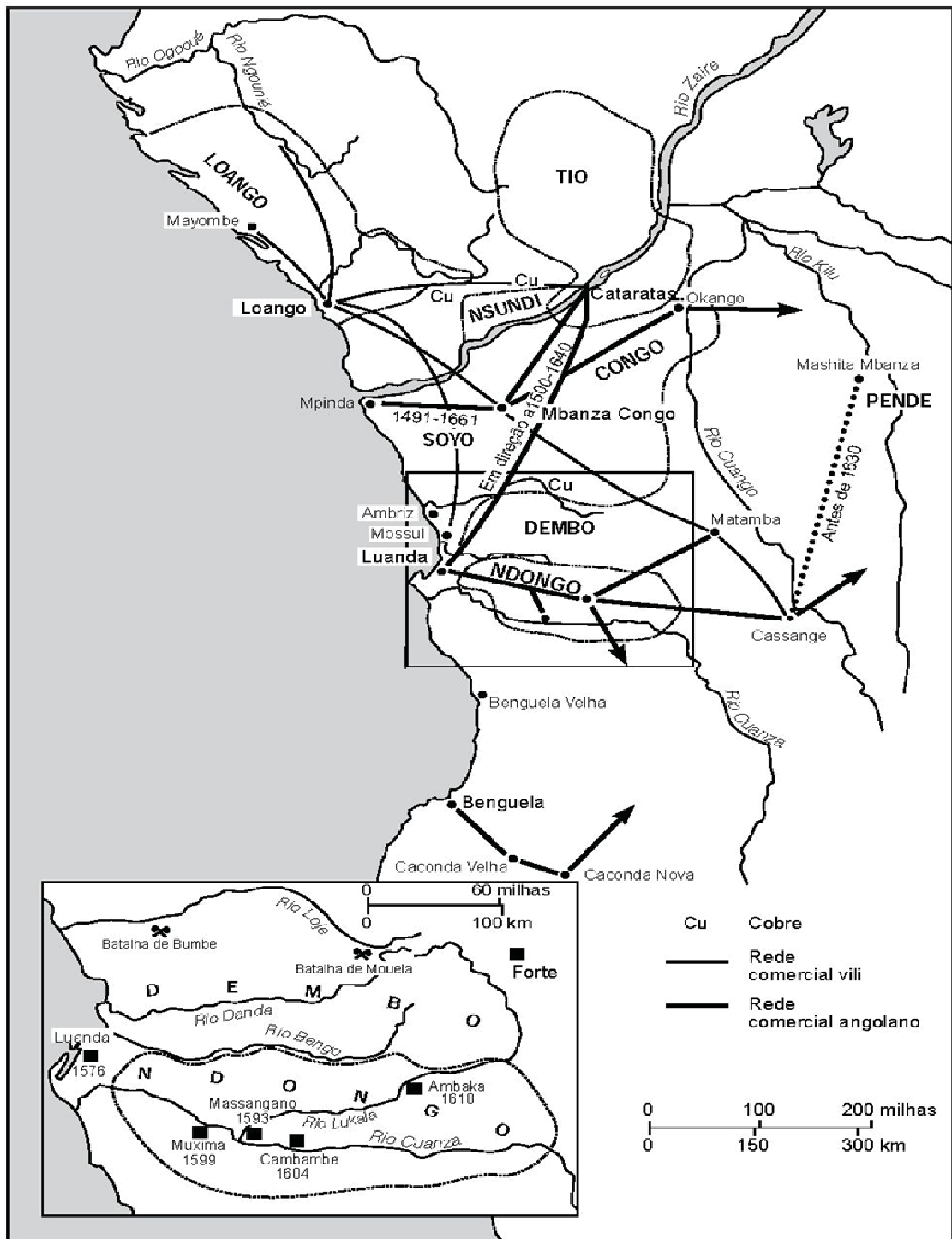


Figura 1 - Os reinos e o comércio na região do Congo no século 17, com o mapa do Ndongo ampliado no quadro abaixo. Fonte: VANSINA, Jan. O reino do Congo e seus vizinhos. In: OGOT, Bethwell Allan. História geral da África, V: África do século XVI ao XVIII. Brasília: UNESCO, 2010. P. 652.



Figura 1 - Mapa da África central, 1500. Fonte: VANSINA, Jan. A África equatorial e Angola: as migrações e o surgimento dos primeiros estados. In: NIANE, Djibril Tamsir. *História geral da África*, IV: África do século XII ao XIV. Brasília : Unesco, 2010.

O território do *Kongo* estava banhado por quatro grandes bacias hidrográficas: do *Zaire*, do *Kwanza*, do *Cunene* e do *Zambeze*.<sup>25</sup> A vegetação predominante dessa região era a savana, ao sul da floresta tropical.<sup>26</sup> Suas matas eram de ébanos, sândalos, palmeiras, figueiras, entre outras múltiplas espécies.<sup>27</sup> Suas terras produziam uvas, laranjas, cidra, limão, pomo, romã, figo,<sup>28</sup> etc., introduzidas pelos portugueses. No *Kongo* produziam-se vários cereais, legumes, feijões, inhames e bananas. A *nkasa* (ervilha) e o feijão preto cresciam rapidamente, se desenvolvendo em pouco mais de cinquenta dias.<sup>29</sup>

O clima era variado, podendo ser caracterizado como intertropical, com os subtipos: equatorial litorâneo, com temperaturas úmidas e altos índices de chuva; clima subtropical do litoral; tropical continental, com temperaturas altas e constantes, alto índice de umidade e chuvas, e clima planáltico da região sul.<sup>30</sup> Pela variabilidade do clima na região, e principalmente pela chuva, os nativos que viviam na região da *Mbanza Kongo* dividiam o ano em seis estações: *massanza*, *nsasu*, *ecundi*, *quitombo*, *quibisso* e *quimbangala*. *Massanza* é o mesmo que primavera e vai desde o princípio de outubro, quando começam as chuvas, até o fim de janeiro. Essa primeira estação caracterizava-se pelo germinar das plantas. A segunda estação, *Nsasu*, iniciava no fim de janeiro, quando os campos estavam germinados e em poucos dias os cereais amadureciam. Concomitantemente a isso, semeava-se para a estação seguinte. *Ecundi* e *Quitombo* juntam-se no começo de março, quando iniciam as chuvas, e continuam até meados de maio. Elas se diferem por seu maior ou menor atraso. Pelo fim do mês de março, encerrando as chuvas, o ar tornava-se quente e não chovia mais até meados de setembro ou princípios de outubro.<sup>31</sup>

Havia variações, entre a divisão das estações, pelas inúmeras etnias que habitavam a região. *Os kikongos* dividiam o ano em quatro períodos, baseados na atividade agrícola. No *Ma Sanza*, que abrangia parte do mês de setembro, outubro e novembro, preparava-se o solo e

<sup>25</sup> PANTOJA, op. cit., 2000. p. 52.

<sup>26</sup> MAESTRI, Mário. *A agricultura africana nos séculos XVI e XVII no litoral angolano*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1978. p. 30.

<sup>27</sup> BRÁSIO, António. *História do Reino do Congo*. Manuscrito 8080. Lisboa: Biblioteca Nacional de Lisboa, 1969. p. 37.

<sup>28</sup> PIGAFETTA, op. cit., p. 11.

<sup>29</sup> CADORNEGA, Antonio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar, 1942. T 3. p. 333.

<sup>30</sup> PANTOJA, op. cit., 2000. p. 52.

<sup>31</sup> CAVAZZI DE MONTECCÚCOLO, João António. *Descrição Histórica dos Três Reinos do Congo, Matamba e Angola*. Lisboa: Junta de Investigações Ultramar, 1965. p. 35. v. 1.

ocorriam as primeiras plantações. No *Kunde*, que compõe os meses de janeiro e fevereiro, limpavam-se as lavras e faziam-se as primeiras colheitas. No *Ki Ntombo*, composto pelos meses de março, abril e maio, realizavam-se algumas colheitas e novas culturas dos produtos colhidos no período anterior. E no *Mbamgala*, também chamado *sivu*, período que vai de maio a setembro, haviam colheitas dos produtos cultivados no período anterior e dos que restaram do primeiro cultivo.<sup>32</sup>

O litoral era uma região arenosa e seca, com um regime de chuvas irregular. Em torno das regiões margeadas pelos principais rios e lagos, o agricultor *bantu* se fixou, fugindo dos problemas da instabilidade pluviométrica. Essa irrigação natural, com o domínio das estações de chuva, beneficiou as ações do agricultor. Porém, não era apenas a seca que causava problemas; as guerras, pragas de animais e vegetais geravam grandes transtornos aos nativos da região.<sup>33</sup>

O milho era um produto agrícola importante no *Kongo*, introduzido pelos portugueses por volta de 1548 e 1583.<sup>34</sup> Servia como base para a produção de um alimento comum na alimentação local: o *enfunde*, ou seja, um tipo de pão feito à base de farinha daquele cereal. Segundo carta de um padre provincial de Portugal, datada de 15/12/1587,

o pão ordinário que comem, assi quando caminhão como quando estam em povoado, He farinha de milho fervida e feita a modo grude (que chamam de *enfunde*); e contudo hé o que levam consigo em quanto lhe dura, ou algua carne do mato, ou peixe defumado quando o podem aver. Seu beber comu hé agoa e alguãs vezes certa beberagem feita de milho (a que chama de oalo, que responde á cerveja, mas mui inferior); fora disso não tem outras delicias corporais...<sup>35</sup>

Esse produto era base alimentar muito importante, já que ele podia substituir o consumo da caça e da pesca, e ser consumido alguns dias depois de elaborado, pois sua durabilidade era grande, se comparada à carne e a outros alimentos disponíveis.

<sup>32</sup> FONSECA, António. *Sobre os Kikongos de Angola*. Lisboa: Col. Estudos/Autores Angolanos - 8, Edições 70. 1984, p. 45.

<sup>33</sup> MAESTRI, Mário. op. cit., 1978. p. 54.

<sup>34</sup> VANSINA, Jan. Long distance trade-routes in central Africa. *Cambridge: The Journal of African History*, v. IV, nº 1, p. 387-388, 1963.

<sup>35</sup> BRÁSIO, Antonio. op. cit., 1954. p. 349.

As mulheres eram responsáveis por grande parte do trabalho agrícola, como visto. Já os homens tinham como principal objetivo a caça e coleta de alimentos, comumente em locais distantes, levando dias ou semanas para retornarem à aldeia. A procriação constante era necessária, para assegurar a manutenção e ampliação dos indivíduos nos grupos, diante da grande mortalidade infantil. Por isso, as mulheres estavam continuamente grávidas e, portando seus filhos, mesmo quando dedicadas às lidas agrícolas. Segundo Cavazzi,

as mulheres, com filhos pequenos, seguram-nos às costas com um pano, de maneira que, ao levantarem e baixarem elas o busto durante o trabalho agrícola, os coitadinhos balançam de um lado para o outro, aumentando nas mães a canseira e a pena. Por todas estas razões, cultivando-se pouco terreno, frequentemente ficam os naturais aflitos por horríveis carestias e são então obrigados a comer ervas antes de amadurecerem os cereais.<sup>36</sup>

Sobre as mulheres recaía a arte de trabalhar com a argila. As peças eram moldadas e torneadas a mão, não havendo a utilização de torno ou roda<sup>37</sup> que facilitasse o processo. Como característica dessa produção, estava a utilização de materiais combustíveis, que serviam para endurecer a argila, ao invés de cozinhar as peças no forno. Essa produção resultava nos seguintes produtos: cachimbos, panelas, chamadas também de *malanje*.

Inúmeras eram as etnias que estavam presentes na região do *Kongo*, porém, os principais estudiosos apontam uma preponderância demográfica do grupo *Kongo*.<sup>38</sup> Esse grupo habitava a área ao norte e ao sul do rio *Zaire*, entre a costa atlântica e o *Pool-Malebo* (*Stanley-Pool*), ocupando a região do Baixo *Zaire*, grande parte do noroeste de Angola, o enclave de *Cabinda* e atingindo a parte ocidental da atual República do Congo.<sup>39</sup> Ao sul do

<sup>36</sup> CAVAZZI, op. cit. p. 38. t.1.

<sup>37</sup> Ibidem. p. 166. t. 1.

<sup>38</sup> DOUTRELOUX, Albert. Introduction à la culture Kongo, "Annales", 46, Tervuren, 1963, p.109-169. Idem, Les Kongo, in: VANSINA, Jan. *Introduction a l'ethnographie du Kongo*. Kinshasa, 1966. p. 115-127. A extensão da área de língua Kikongo esteve intimamente relacionada com a expansão do "Reino" Kongo. No século XVI, populações de língua Kikongo habitariam ainda a região de Luanda, onde posteriormente o Kimbundu se foi implantando. MILLER, Joseph Kings and Kinsmen, early Mbundu states in Angola. Oxford, 1976. p. 39.

<sup>39</sup> MARTIN, Rui de Souza. *Mito e história no noroeste de Angola*. ARQUIPÉLAGO: HISTÓRIA, 2ª série, III (1999). p. 500.



rio Zaire, o grupo *Kongo* subdividia-se nas seguintes etnias: *solongo*, *mboma*, *ashikongo*, *zombo* (*mbata*), *nkanu*, *mpangu*, *nsundi*. Povos que se estendiam para o norte do grande rio: *tsotso*, *hungu*, *yaka* e *suku*. Ao norte do Zaire, habitam as etnias *woyo*, *kakongo*, *vili*, *yombe*, *kunyi*, *manyanga* e *bembe*.<sup>40</sup>

Há um questionamento recorrente entre os pesquisadores sobre a origem do *Kongo*, pois são muitas as explicações que permeiam a oralidade. Como os povos que viviam na região eram ágrafos até o contato com os portugueses, uma das fontes que poderiam auxiliar a responder essa indagação eram os relatos orais, transmitidos ao longo das gerações, chegando até os dias atuais, carregados de mitologia e valores das etnias e culturas dos povos que vivem na região, além da arqueologia e da linguística.

Segundo as principais teses, o *Kongo* teve sua origem na chefia *Vungu*, ao norte do rio Zaire.<sup>41</sup> Nessa época, organizaram-se conglomerados de chefias e pequenos estados, que se localizavam ao longo do grande rio. Dentre os líderes dessas organizações, destacou-se *Nimi Lukeni*, deixando o *Vungu* no *Mayombe* e cruzando o Zaire,<sup>42</sup> indo à conquista da chefaria *ambunda*, onde posteriormente fundaria *Mbanza Kongo*.<sup>43</sup>

Observam-se especificidades, que variam nas narrativas e pesquisas sobre o desenrolar desse fato. Uma aponta que *Ntinu Wene* (*Lukeni*) rompeu com a autoridade do principal chefe, seu pai, a quem pretendia substituir, e afastou-se para conquistar suas próprias possessões. A versão seguinte diz que *Lukeni* matou a tia que estava grávida, cortando-lhe o ventre. Em consequência dessa atitude, foi proclamado senhor e, abandonando a autoridade do pai, iniciou a conquista do seu *Kongo*. Outra versão ainda revela que a mãe de *Ntinu a Lukeni*, também grávida, foi rudemente insultada por um barqueiro, o que levou *Lukeni* a preparar um exército e a conquistar um estado, tornando-se a genitora rainha-mãe.<sup>44</sup>

---

<sup>40</sup> MARTIN, op. cit., p. 500.

<sup>41</sup> VANSINA, op. cit., 2010.

<sup>42</sup> VANSINA, Jan. Notes sur l'origine du royaume de Kongo. *Journal of African History*, Cambridge, 4 (1), p. 36, 37, 1963.

<sup>43</sup> VANSINA, Jan. A África equatorial e Angola: as migrações e o surgimento dos primeiros Estados. In: NIANE, Djibril Tamsir. *História geral da África*, IV: África do século XII ao XIV. Brasília : Unesco, 2010. p. 649.

<sup>44</sup> MARTIN, op. cit., p. 521.

Não é possível apontar a veracidade ou falsidade de tais relatos; porém, suas narrativas trazem fortes indícios de que, apesar de variações, a figura de um herói unificador, que sobrepõe poder sobre outros povos e chefarias, fica muito presente nesses mitos fundantes.

Algumas análises historiográficas recentes tentam demonstrar que a fundação do *Kongo* ocorreu por volta do século 14 e estaria diretamente relacionada à introdução da tecnologia dos metais, dominada pela *aristocracia*. Essa superioridade, ou seja, o domínio da metalurgia, voltada à elaboração de ferramentas e armas de ferro, teria permitido a *Lukeni* impor-se às populações, sobrepondo-as ao seu poder.<sup>45</sup>

Em termos de divisão territorial, costuma-se dividir o *Kongo* em seis províncias: *Soyo*, *Mbamba*, *Nsundi*, *Mpango*, *Mbata* e *Mpemba*.<sup>46</sup> Além dessas províncias, haviam estados independentes e chefias, como os dos *mbundo* do nordeste de Angola, *Ndongo*, *Matamba*, *Loango*, *Ngoyo*, *Dembe*, *Cakongo*, entre outros.<sup>47</sup>

Dentre os principais rios da região destaca-se o *Zaire* que tem seu leito, dentre outras regiões por *Ocanga*, *Locunga*, *Libombo*, *Oando*, *Oloire*, *Ocoilo* e *Olois*. Esse rio tinha na sua foz a extensão de três léguas.<sup>48</sup>

O chefe supremo do *Kongo* tinha o título de *manikongo*. Do *quicongo* ou *quimbundo miwene*, aportuguesado para “mani” ou “mono” desde o século 15, mais a expressão *Kongo*, resultou em *senhor do Kongo*.<sup>49</sup> Esse estado era composto por muitas *mbanzas*, espécie de cidades que seguiam as determinações propostas pela *manikongo*.<sup>50</sup> O *manikongo* tinha uma função de destaque social no estado, conforme aponta o primeiro relato, que descreve o contato entre os portugueses e o estado recém-descoberto, intitulado *Os Primeiros Missionários do Congo*, assinado pelo padre. Francisco de Santa Maria relata:

<sup>45</sup> MARTIN, op. cit., p. 528.

<sup>46</sup> VANSINA, op. cit., 1965. p. 34.

<sup>47</sup> SANTOS, Eduardo. *O antigo reino do Congo*. Lisboa, Ag. Geral do Ultramar, 1964.

<sup>48</sup> BRÁSIO, op. cit., 1969.

<sup>49</sup> Cfe. LOPES, Nei. *Enciclopédia brasileira da diáspora africana*: São Paulo: Summus Editorial/Selo Negro, 2004. p. 416 e PARREIRA, Adriano. *Dicionário Glossográfico e Toponímico da Documentação sobre Angola- Séculos XV- XVII*. Lisboa: Editora Estampa, 1990. p. 69, 87.

<sup>50</sup> PANTOJA, op. cit., 2000. p. 59.



EL-Rey, sentado em hua cadeira de marfim, colocada sobre hum throno de madeira: apparecia nù da cintura para cima, o restante cuberto de hum panno de damasco cramesim, no braço esquerdo hua argóla, ou bracelete de latão: pendialhe do hombro hua cauda de cavallo, insignia entre elles Real, & preciosa: tinha na cabeça hua como mithra, tecida delicadamente de folhas de palma.<sup>51</sup>

As insígnias e os objetos presentes no relato acima demonstram que a realeza do *Kongo* detinha riqueza e prestígio. A figura do rei representava, além do poder político, uma relação com as questões míticas, que explicavam a origem e organização da sociedade *bantu*. Suas vestimentas e os adornos eram uma constante representação de sua cosmovisão.

Em cada *mbanza* havia um *soba* que detinha a autoridade principal e jurisdição sobre as pessoas e bens, dentro de uma determinada área política e geográfica.<sup>52</sup> Munido de uma boa estrutura administrativa, o *manikongo* destinava um auxiliar, que poderia ser substituído segundo sua vontade, para governar um conjunto de aldeias ou eram chefiadas sob seu comando.<sup>53</sup>

Pelo controle do *manikongo*, a unidade era mantida, cercada por linhagens que se relacionavam por meio de relações matrimoniais. O centro do poder estava localizado na capital *Mbanza Kongo*,<sup>54</sup> sendo atualmente a capital da província do *Zaire*, situada ao noroeste de Angola. O *manikongo* aí administrava, juntamente com o grupo que formavam o conselho superior. Estes tinham diversas funções como: coletores de impostos, militares, juízes, empregados pessoais, entre outras.

<sup>51</sup> BRÁSIO, op. cit., 1954. p. 94. v. 1.

<sup>52</sup> PARREIRA, Adriano. *Dicionário Glossográfico e Toponímico da Documentação sobre Angola-Séculos XV- XVII*. Lisboa: Editora Estampa, 1990.

<sup>53</sup> PANTOJA, op. cit., 2000. p. 60.

<sup>54</sup> VAINFAS, R.; SOUZA, M. M. E. Catolização e ressurreição: o reino do Congo da conversão coroada ao movimento antoniano, séculos XV-XVIII. In: BELLINI, Lígia; SOUZA, Evergton Sales; SAMPAIO, Gabriela dos Reis (Org.). *Formas de crer: ensaios de história religiosa do mundo luso-brasileiro, séculos XIV-XXI*. Salvador: Corrupio, 2006. p. 48.

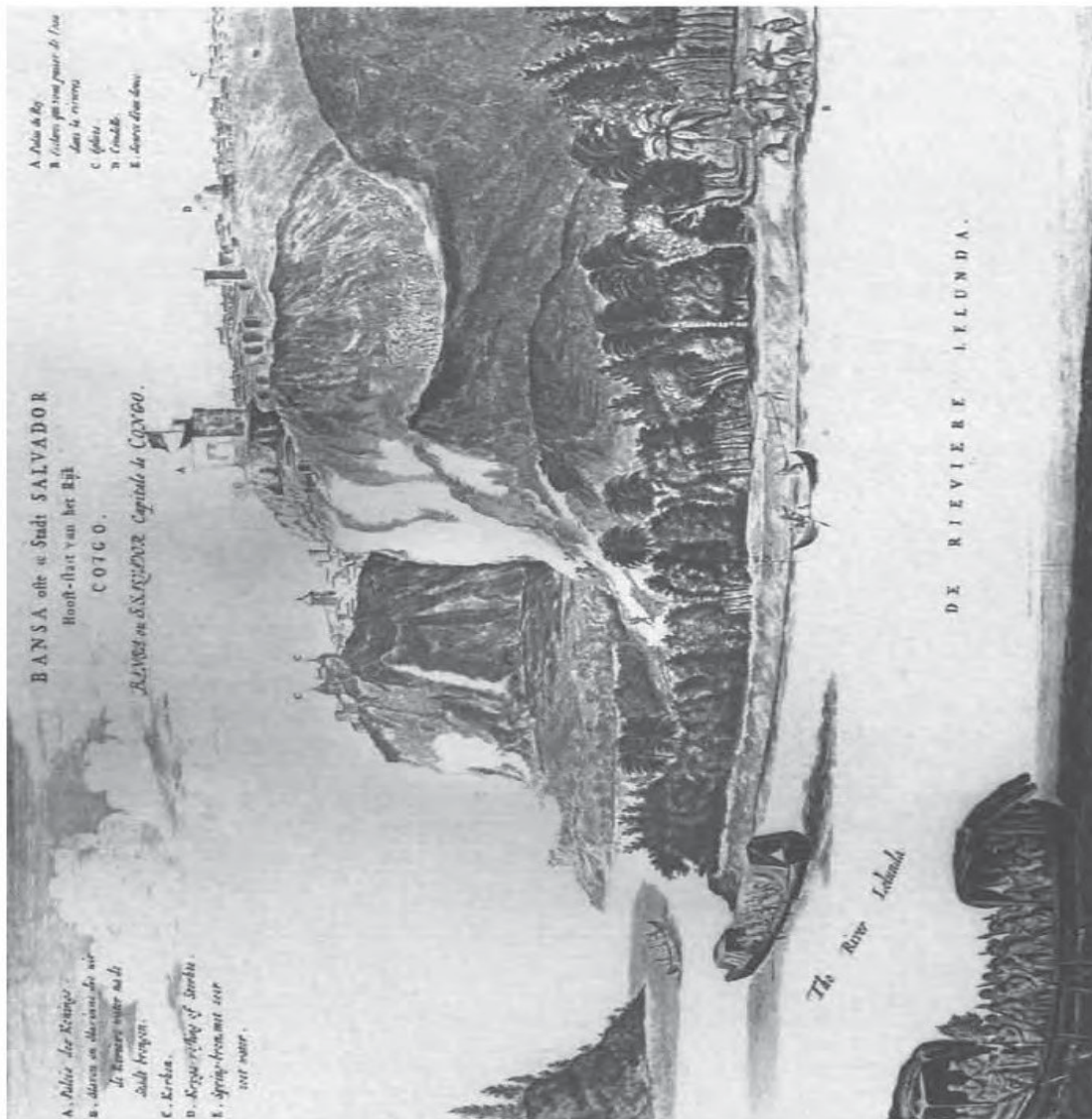


Figura 2 - São Salvador, capital do Reino do Congo, no sítio de Mbanza Kongo. (Fundação Dapper, Paris.). Fonte: VANSINA, Jan. O reino do Congo e seus vizinhos. In: OGOT, Bethwell Allan. *História geral da África*, V: África do século XVI ao XVIII. Brasília, Unesco, 2010.

O governo central se mantinha pela cobrança de impostos sobre produtos e pelo trabalho compulsório. Essas taxas podiam ser pagas em tecidos de rafia, marfim, metais e *nzimbo*.<sup>55</sup> Os *nzimbo* eram conchas utilizadas no Kongo e na região, como *moedas* que vinham da ilha de Luanda, e eram recolhidos por mulheres que as selecionavam e limpavam,

<sup>55</sup> SILVA, Alberto da Costa e. *A manilha e o libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002. p. 425.

para sua utilização. Esse “produto” era explorado como monopólio do *manikongo*, rendendo-lhe grande valia.

Como forma de o *manikongo* ampliar e garantir seu domínio sobre a sociedade linhageira, ele distribuía a riqueza adquirida pela cobrança de impostos entre os seus pares. Parte do que recebia repassava aos governadores provinciais, que, por sua vez, repartiam entre os chefes dos distritos, e estes entre os líderes das aldeias e das linhagens.<sup>56</sup> Essa ação do *manikongo* garantia seu domínio sobre as aristocracias regionais, mediante cumplicidade e subserviência.

Havia na sociedade kongolesa um grupo que constituía a camada privilegiada da população. Esses nobres viviam nas aglomerações, exceto quando necessitavam ocupar cargos nas províncias.<sup>57</sup> O grupo que detinha o poder baseava-se em eleições: o conselho comportava 12 membros, os *muxicongos* ou *muissicongos*, formadas pelas 12 *candas* da região central, onde ficava *Mbanza Kongo*.<sup>58</sup> Destes, quatro eram mulheres – que representavam os clãs das avós do rei. Apesar dessas práticas, as disputas visando à sucessão eram comuns.<sup>59</sup>

A província de *Bamba ou Mbamba* era a maior em extensão, e a mais rica, governada pelo *manibamba*. Tinha sob seu domínio muitos senhores ligados à realeza, entre eles: *Mani dande*, *Mani bengo*, *Mani corimba*, *Mani Cuanza*, *Mani caçanje*<sup>60</sup> e *Mani luanda*, que era o governador da ilha de Luanda. Todos esses senhores dominavam regiões próximas ao mar. Essa província situava-se ao longo da costa do mar, banhada pelos rios *Ambriz*, *Kwanza*, *Loje* e *Lufune*.<sup>61</sup> Nessa região havia uma grande extração de sal que era direcionado a várias regiões do *Kongo*.<sup>62</sup>

*Soio (Nsoio ou Soyo)* era a província delimitada pelo rio *Ambriz* ao sul. Atravessava o rio *Lelunda* e o *Zaire* e terminava nas chamadas Barreiras Vermelhas, que estão nos confins

---

<sup>56</sup> SILVA, op. cit., p. 368.

<sup>57</sup> VANSINA, op. cit., 2010. p. 625 e 623.

<sup>58</sup> SILVA, op. cit., p. 366.

<sup>59</sup> VANSINA, op. cit., p. 653.

<sup>60</sup> PIGAFETTA, op. cit., p. 40.

<sup>61</sup> CAVAZZI, op. cit., p. 16 – 19. t. 1.

<sup>62</sup> REDINHA, José. *Distribuição étnica de Angola, Luanda*. 8. ed. Angola: Centro de Informação e Turismo de Angola: 1974. p. 326.

do *Loango*.<sup>63</sup> Os homens que governavam essa província eram conhecidos como *Mani soio*. Como distintivo utilizavam uma carapuça na cabeça com desenho de serpente.<sup>64</sup> Na região do *Soio* havia canais com muitos peixes, especialmente sardinhas e enguias, e outras espécies como: linguados, solhos, barbos, assim como lagostas em abundância. Os indivíduos que viviam no *Soio* utilizavam roupas de panos de palma, com penachos na cabeça de penas de papagaios e outras aves.<sup>65</sup>

A província de *Sunde (Nsundi)* era repleta de minas de ferro e de cristais.<sup>66</sup> Ela fazia fronteira com *Mpango*, *Nsoyo*, *Mikoko* e *Anzicana*.<sup>67</sup> Nela estava situada a *Mbanza Kongo*, ou São Salvador, como era conhecida e nomeada pelos portugueses, situada no planalto central de *Mpemba*.<sup>68</sup> Essa província era a primeira como patrimônio de todo o *Kongo* e, por isso, era normalmente governada pelo primogênito do *manikongo*.<sup>69</sup>

A região de *Pango* ou *Mpangu* foi um estado livre que fez fronteira ao norte com *Sunde* e, ao sul, com *Mbata*. Atravessada pelo rio *Berbela*, *Bankari* e *Zaire*, sua principal *Mbanza* tinha o mesmo nome. Essa região também se chamava *Panzelungos*<sup>70</sup> ou *Panguelunga*,<sup>71</sup> que, supostamente, nomeava a margem do rio *Berbela* e se corrompeu no vocábulo *Pango*.

A província conhecida como *Mbata* ou *Bata* fazia fronteira com o *Pango*, o *Nsundi*, o *Mpangu* e o rio *Berbela*. Sua principal aglomeração chamava-se *Bata*. Antigamente, se chamava *Agisymba*.<sup>72</sup> Os povos que nasciam na região se diziam *mozombos*. A província de *Pemba* estava situada no centro do *Kongo*, circundada pelos montes Queimados e pelo rio *Loje*.

---

<sup>63</sup> PIGAFETTA, op. cit., p. 51.

<sup>64</sup> BRÁSIO, op. cit., 1954. p. 61. v. 1.

<sup>65</sup> Idem.

<sup>66</sup> CAVAZZI, op. cit., t. 1. p. 18-19.

<sup>67</sup> Cfe. SERRANO, 1990, Pg. 124, Anzikana era uma região onde desenvolveu-se uma importante indústria têxtil a partir das fibras da palmeiras: panos de ráfia. Também podia ser designada por: Nteka, Tyo, Grande Angeka, Mikoko, Makoko e Mundakete.

<sup>68</sup> GONÇALVES, António Custódio. As Influências do Cristianismo na Organização Política do Reino do Congo. *Atas do Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua Época*. Porto, Universidade do Porto/Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1992. p. 525. v. V.

<sup>69</sup> PIGAFETTA, op. cit., p. 53.

<sup>70</sup> PARREIRA, op. cit., 1990. p. 163.

<sup>71</sup> PIGAFETTA, LOPES, op. cit., p. 53.

<sup>72</sup> Ibidem, p. 54.

Apesar de ter seis províncias, um local que se destacava no *Kongo*, pela sua importância política, era sua capital *Mbanza Kongo* ou São Salvador.<sup>73</sup> Nela vivia o *manikongo* e milhares de pessoas. Grande parte de sua planície era frutífera e cultivada. Produzia grãos de várias espécies, mas o principal e melhor era o *luco*, semelhante e um pouco maior que as sementes de mostardas. Era moído com moinhos de mão, resultando em farinha branca para fazer pão e derivados.

As casas da capital eram fabricadas em adobe, cobertas com palha e divididas em aposentos. Eram forradas com esteiras e adornadas de diversas maneiras.<sup>74</sup>

Havia uma divisão fundamental na sociedade *kongolesa*: as cidades – *mbanza* onde viviam os nobres e alguns privilegiados, e as comunidades de aldeias, conhecidas como *lubatas*.<sup>75</sup> As principais diferenças entre esses dois espaços sociais consistiam no fato de que, nas aldeias, os chefes ou *nkuluntus* não tinham controle sobre a produção. Tal produção se baseava nas estruturas familiares e na divisão sexual do trabalho.

A extração de minérios de ferro e a fabricação de objetos era atividade econômica comum na região do *Kongo*. Como resultado dessa produção, elaboravam-se instrumentos utilizados para guerras e conflitos militares e para a utilização na agricultura. Isso vinha, em grande parte, das regiões do *Nsundi*, de *Mbamba* e de *Kiova*. Na região de *Mbamba*, as minas estavam localizadas na ilha dos *Carneiros*, na foz do rio *Mbriz*.<sup>76</sup> Os metais de *Kiova* tinham a reputação de serem os melhores do *Kongo*, especialmente por serem utilizados na fabricação de ferramentas agrícolas.

Essa função denotava prestígio social, político e religioso, sendo que muitos ferreiros acumulavam também a função de sacerdotes ou chefes. A fusão dos metais era vista como função ligada às questões transcendentais, já que eram poucas as pessoas que conheciam as fórmulas e técnicas que resultavam na transformação dos minérios brutos em ferro e, posteriormente, em ferramentas. Comumente o trabalho da fundição era relacionado às atividades religiosas, visando à evocação de espíritos e a proteção a saúde.<sup>77</sup> Como exemplo da importância que os metais tinham na sociedade *bantu*, cabe citar que, em alguns

<sup>73</sup> BRÁSIO, op. cit., 1954. p. 33. v. 3.

<sup>74</sup> PIGAFETTA; LOPES, op. cit., p. 62-63.

<sup>75</sup> VAINFAS; SOUZA, op. cit., p. 48.

<sup>76</sup> BRÁSIO, op. cit., 1954. p. 477. v. 2.

<sup>77</sup> CAVAZZI, op. cit., p. 164. v. 1.

juílgamentos, os suspeitos eram obrigados a beber um pouco de água em que se haviam lavado um martelo de ferreiro, devendo este pronunciar as seguintes palavras: “*que esta água, me faça morrer, se o que digo não é verdade.*”<sup>78</sup>

---

<sup>78</sup> CAVAZZI DE MONTECCÚCOLO, João António. *Descrição Histórica dos Três Reinos do Congo, Matamba e Angola*. Lisboa, Junta de Investigações Ultramar: 1965. V. 1. p. 103.





Figura 3 - Ruínas do antigo palácio do bispo de Mbanza Kongo. (São Salvador, de 1548, fotografadas em 1955. (Museu Nacional de Angola, Luanda.). Fonte: VANSINA, Jan. O reino do Congo e seus vizinhos. In: OGOT, Bethwell Allan. História geral da África, V:

No início do século 15, o *Kongo* detinha hegemonia política e econômica na região. Suas fronteiras beiravam o rio *Zaire*, do estuário até a confluência com o *Inkisi*, indo até o norte na região do *Manyanga*,<sup>79</sup> incluindo a bacia do *Inkisi* até a região do rio *Loje*. Naquele período, o *manikongo* nomeava quase todos os governadores territoriais, a exceção de *Mbata*, e após 1491, do *Soyo*, onde se encontrava o porto do *Kongo*, em *Mpinda*.<sup>80</sup> O suserano tinha autonomia para demitir e readmitir governadores e funcionários.

<sup>79</sup> VANSINA, op. cit., 2010. p. 652.

<sup>80</sup> Ibidem. p. 653.

## 1.2 O ESTADO DO NDONGO

A localização do *Ndongo* era ao sul do *Kongo*, entre os rios *Dande* e *Kwanza*, tendo a leste *Matamba* e *Luba*, ao sul os estados *Ovimbundos* e *Kisama*, e a oeste o oceano Atlântico.

Conforme o frei Bernardo Maria Cannecattin, missionário italiano que permaneceu durante 21 anos na região do *Bengo*, durante o século 18, a palavra *Ndongo* significa canoa.<sup>81</sup> Essa palavra foi usada para nomear o estado, provavelmente por dois fatores: primeiramente pela numerosidade de rios utilizados como via de acesso entre regiões longínquas e fonte inesgotável de pesca e produtos como *nzimbo*s e sal, sendo a canoa fundamental para esse processo, e segundo, porque a configuração do território era muito extensa verticalmente e pouco largo de forma horizontal, se assemelhando a uma canoa.<sup>82</sup>

Seu território compreendia uma vasta extensão, com minas de prata na região de *Matamba*,<sup>83</sup> com destaque para a ilha de Luanda, posteriormente conhecida como ilha do Cabo. Nela viviam milhares de indivíduos. *Matamba* reconhecia, inicialmente, a soberania do *manikongo*, porém seu *soba* se rebelou e foi aclamado *cambolo*, suserano de *Matamba*. Pode-se constatar que o *manimatamba*, nesse período, foi o rei *Zimbo*, que realmente foi líder de *Matamba* no século 16.<sup>84</sup>

As principais atividades eram a caça, a pesca e a coleta de *nzimbo*s, que serviam de moedas no *Kongo*. Segundo relatos contidos no documento, *Informação acerca dos escravos de Angola (1582-1583)*:

Antre elles não há moeda de ouro ne de outro metal, nem cousa que responda a elle, mas usam em lugar disso de certas cousas, que tem preços certos e ordinários, nas quaes entraõ escravas, a que os nossos chamam de peças, de maneira que com duas

---

<sup>81</sup> DELGADO, Ralph. *História de Angola: primeiro período e parte do segundo, 1482 a 1607*. S.l.: Banco de Angola, s.d., v.1. p. 148.

<sup>82</sup> Idem.

<sup>83</sup> DAVISON, Basil. *Africa: history of a continent*. London. 2. ed. New York; Sydney; Toronto: Hamlyn Publishing, 1974. p. 178.

<sup>84</sup> BRÁSIO, op. cit., 1954. p. 479 e GLASGOW, Roy. *Nzinga: resistência africana à investida do colonialismo português em Angola: 1582 -1663*. v. 2. São Paulo: Perspectiva, 1982. p. 18.



galinhas compraõ hú capaõ, cõ dous capões hua pedra de sal, cõ duas pedras de sal.  
85

Os primeiros relatos de europeus sobre *nzimbo*s se referem à sua presença no *Kongo*. Entretanto, eram oriundos de Luanda, que, na época, estavam sobre a suserania do *manikongo*. Posteriormente, passou a pertencer ao *Ndongo*. Logo, é bastante provável que esses objetos também fossem utilizados nessa região, como “moeda”, que mediava as relações de troca entre diferentes produtos e objetos.

As fontes apontam que foi somente após a segunda metade do século 16 que a região de *Angola* ou *Ndongo* se desmembrou totalmente do *Kongo*,<sup>86</sup> possibilitando, assim, uma independência política do *manikongo* o que ocasionou, posteriormente, inúmeros conflitos entre o *Kongo* e o *Ndongo*.

Nas terras do *Ndongo*, existiam alguns espaços de troca, onde os *nzimbo*s eram utilizados. Produtos valorizados como o sal, também serviam para efetivar essas transações. No caso do sal, ele era dividido em pedras uniformes de três palmos que correspondiam a um determinado valor, na troca por outra mercadoria. Como exemplo dessa transação, destaca-se: uma pedra de sal valia três galos ou seis galinhas; três pedras de sal valiam uma cabra; e quinze pedras valiam um boi ou uma vaca.<sup>87</sup>

Sendo o sal um artigo tão valioso, as regiões localizadas no entorno do *Ndongo* que dispunham de salinas, eram constantemente invadidas, a mando do *ngola*, no sentido de se apropriarem desse bem tão valioso.

Os constantes conflitos e guerras relatados pelas fontes demonstram que os povos *ambundo* e *muxicongos* eram guerreiros destemidos que lutavam por muitas causas como: território, por reservas de sal ou prata, por regiões com melhores condições agrícolas e por conflitos étnicos.

Os portugueses desconheciam as diferenças linguísticas e culturais de cada etnia, povo apresentando contradições nas definições que utilizarão para caracterizá-los, não só entre as etnias, mas de autor a autor. Desconhecendo as características linguísticas e culturais de cada

---

85 BRÁSIO, op. cit., 1954. p. 227. v.3.

86 DELGADO, op. cit., v.1. p.263.

87 BRÁSIO, op. cit., 1954. p. 511. v.2.

população, quando eles aplicavam uma nomenclatura, eram inúmeras as incongruências, discordâncias e contradições nas diferentes fontes e autores sobre o tema. Cabe pensar no exemplo dos *ambundos* e *mbundos*. Os *ambundos* eram o grupo étnico que habitava o norte do planalto de *Benguela*, diferente de *mbundu*, que identificava a etnia que estava localizada nos planaltos e no centro sul de Angola.<sup>88</sup> Redinha aponta que *kimbundu* era sinônimo de *ambundo*, e seria o mesmo grupo etno-linguístico *kimbundo*. Já, os *mbundus* seriam os *ambundos-kimbundos*.

Um dos principais rios do *Ndongo*, o *Kwanza* foi uma fonte inesgotável de peixes e de caça nas proximidades. Servia como meio de comunicação no período em que inexistiam outras formas de acesso. Ao longo de seu leito, havia muitas *libatas*, que eram povoações ou pequenas cidades. Nesses espaços se abrigavam milhares de indivíduos que construíam suas casas embaixo das raízes dos mangues, facilitando a coleta dos caranguejos. Conforme carta do Irmão Antônio Mendes de 9/5/1563 ao seu superior, o rio *Kwanza* era navegado pela população, através de “almaditas que eram hum cierto de barcos hechos de um palo muy grande y largos, de que svão estos negros por los tales rios; es este rio muy grande.”<sup>89</sup>

Em outras descrições, é possível constatar que, em alguns casos, as embarcações eram frágeis e leves, semelhantes a canoas, talhadas em árvores conhecidas como *mufumas*.<sup>90</sup> Entretanto, apesar do rio *Kwanza* ser extenso e, em vários trechos, revoltoso e sinuoso, os navegadores *bantu* eram experientes e minuciosos. Quando eles não possuíam esse tipo de embarcação, faziam a passagem dos rios através de balsas *mabus*, que eram uma espécie de árvore do *Ndongo*.<sup>91</sup> Eram meios de transporte extremamente frágeis, porém necessários já que não havia outra forma de transporte que a substituísse de maneira efetiva.

Ao longo das margens desse rio, havia várias aldeias e habitações de pescadores que viviam em habitações chamadas *quintallas*. Esses moradores exploravam a madeira da localidade que era direcionada às regiões centrais das províncias, sendo utilizada para fazer caibros, tesouras e linhas. A madeira da região servia para fazer igrejas e seus adornos.<sup>92</sup>

<sup>88</sup> REDINHA, op. cit., p. 33.

<sup>89</sup> BRÁSIO, Antonio. op. cit., p. 499. v.2.

<sup>90</sup> CAVAZZI, op. cit., p. 62. v. 2.

<sup>91</sup> CADORNEGA, op. cit., p. 163. t. 3.

<sup>92</sup> Ibidem, p. 60-61.

Porém, uma curiosidade não menos importante, era o mal que os mosquitos faziam a essa população. Eram tão abundantes numericamente e grandes em tamanho, que matavam bois e disseminavam doenças entre os humanos.

A grandiosidade e a força do *Kwanza* era tamanha que, segundo relatos, era possível tomar água doce e potável a mais de 20 léguas mar adentro, em sua foz.<sup>93</sup> Nessa região, era impossível que atracassem navios, pois, mesmo com enormes âncoras, eram arrastados por muitas léguas e suscetíveis a naufrágios pelos redemoinhos e fortes correntezas que aí ocorriam.

Subdividido geograficamente em três regiões, o *Ndongo* era assim constituído: a região baixa, a média e a alta. A região baixa, ou Luanda, se estendia desde a costa, numa configuração de planície até o leste, onde se encaixava profundamente a região média e finalmente a região mais alta. A região média eleva-se em altas e contínuas elevações de terra ao alcançar o leste ou terras mais altas.<sup>94</sup> Dentre as principais regiões políticas, destacam-se: *Llamba, Massangano, Moseque, Embaca, Cambambe, Ari, Umba*, entre outras.<sup>95</sup>

Luanda, uma ilha, tinha importante destaque político e econômico, tendo seus limites até o *Tampo* e a *Barra da Curimba*.<sup>96</sup> Em suas terras, havia diversas verduras, hortaliças e temperos como: couve, alface, nabo, cenoura, coentro, hortelã e cebola. Figueiras, laranjeiras, limeiras, goiabeiras eram algumas das árvores frutíferas que compunham a flora da região.<sup>97</sup> Conforme relato do Padre Garcia Simões, de 20/10/1575 ao seu provincial, Luanda tinha

mais de 3 mil pessoas, e os mais delles são gentios. Parece estes negros no trajo com nosso pai Adão, que se cobrio com huãs folhas no paraíso ter-/real depois do pecado, assi andão estes pobres nus, cobertos somente póla cinta e dous palmos abaixo cõ hu entrecasco de huã arvore grande que He aqui comua, que eles chamão Licondo, e disto mesmo saõ os sacos em que estes mesmos pretos traze aqui a vender o seu milho aos quaes elles chamão enseques e são a maneira de fole de lá em que levão pão ao moinho.<sup>98</sup>

<sup>93</sup> BRÁSIO, op. cit., p.189. v.3.

<sup>94</sup> GLASGOW, op. cit., p. 15.

<sup>95</sup> CADORNEGA, op. cit., p. 27. t. 1.

<sup>96</sup> Ibidem, p. 35. t. 3.

<sup>97</sup> Ibidem, p. 37.

<sup>98</sup> BRÁSIO, op. cit., p. 132. v.3.

Esse trecho revela algumas características da população de Luanda, território do *Ndongo*. Possivelmente, os dados referentes ao número da população não sejam verídicos, porque a carta relata os principais detalhes da permanência de padres que residiram em Angola por pouco mais de um ano, sendo comum, arredondamentos imprecisos. Outro fator que chama a atenção é a forma como os portugueses analisam a nudez dos povos africanos, relacionando-os a figuras bíblicas.

Destaca-se o fato de que os moradores das regiões, que compreendiam o entorno da ilha, acampavam ou se localizavam temporariamente em Luanda, quando a pesca era muito atrativa na região. Nesses períodos, eles pescavam grandes quantidades e salgavam a carne para consumi-la posteriormente.<sup>99</sup> Com o domínio português e, posteriormente, a escravização da população local, essas práticas de salgar a carne de peixe eram altamente valorizadas, pois serviam de alimentos nas longas viagens de travessia do Atlântico.

Em épocas de frio, conhecida como *Casibo*, na região de Luanda, era comum a pesca de espécies de atuns e cações, pois, além da carne, eram úteis para a produção de azeites, que eram fabricados com suas vísceras. O azeite era artigo medicinal importante e, segundo os habitantes locais, curava feridas de mordidas de cobra e de outros animais. Com o desenvolvimento do comércio na região e a presença de embarcações, o azeite era utilizado como combustível para iluminar e, também, para cozinhar alimentos.<sup>100</sup>

A fauna da região era muito exuberante e composta por uma variedade de animais. Papagaios, pelicanos, flamingos, patos, corvos, tucanos e araras eram apenas alguns dos pássaros que povoavam a região. Havia um número muito grande de elefantes que, constantemente, destruíam as choupanas e matavam pessoas que viviam aí. Outro animal feroz era o hipopótamo, ou *cavalo marinho*, como ficou conhecido pelos portugueses, assim que aportavam na região. Viviam em bandos e eram alvos difíceis para a caça dos povos *bantu*,<sup>101</sup> porém sua carne não era menos apreciada pelos nativos. Além desses, havia lebres, tigres, zebras, rinocerontes, macacos e porcos do mato.

As onças eram animais que representavam as forças do mal e causavam medo na população. Padre Afonso Baltasar, em carta que data de 25/8/1578, informa que “esses

<sup>99</sup> CADORNEGA, op. cit., t. 3. p. 39.

<sup>100</sup> Ibidem, p. 40.

<sup>101</sup> BRÁSIO, op. cit., p. 138. v.3.

animais fizeram despovoar uma libata com mais de quatro mil homens”, pelo grande número de ataques que causaram.<sup>102</sup>

Era intitulado como *Ngola – A – Killwanji*, ou *Ngola Kasanje*, o suserano que dominava o *Ndongo*. Ao que tudo indica toda a área costeira entre os rios *Bengo* e *Kwanza* estivesse sob o controle desse chefe único, que também aparece nomeado nos textos como: *Kasanze*, *Caçanze*, *Casanze*, *Quasanze*, *Cazzanzi*, *Casangi*, etc.<sup>103</sup> Eram inúmeras as histórias que relatavam a origem do título hierárquico do *Ngola*. Cadornega aponta um importante indício:

Dizem [...] alguns negros noticiosos procedera de hum ferreiro que este gentio chama na sua lingoa gangollas, e He couza que se não pode muito duvidar porque entre este gentio he officio muito estimado, e com elle se adquire muitos escravos, e fazenda por ser o mais necessario para as suas lavouras, fazendo enchadas, a que elles na sua lingoa chamão *temos*, *ditemu* ou *matemu*.<sup>104</sup>

Apesar da imprecisão na origem política do *Ngola*, percebida no relato do militar Cardonega, alguns fatores presentes nessa fonte são recorrentes na sociedade *bantu* e, nesse caso, do *Ndongo*. A atividade de ferreiro era fundamental para a elaboração de ferramentas agrícolas como foices, enxadas e instrumentos de poda; faziam também machadinhas, flechas, *ponteletes* e *azagaias*;<sup>105</sup> e, por último, mas não menos importante, diversos objetos ritualísticos e de ornamentação. Aos indivíduos que eram hábeis ferreiros e ourives, era dada uma distinção social positiva, podendo, então, o primeiro *Ngola Kasanje* ter sido um ferreiro ou ter descendido de uma família desses.

Próximo do *Ngola Kasanje* havia dez ou doze *sobas*,<sup>106</sup> que governavam as províncias que compunham o *Ndongo*. A partir de relato do ir. António Mendes, datado de 9/5/1563, é possível perceber a complexidade que envolvia a moradia do *ngolakasanje*

Al qual primeiro que lleguássemos passamos diez o doze porterias; todas tiené sus porteros com llaves; es esta su cibdad toda cercada de arboles y palmeras que le

<sup>102</sup> Ibidem, p. 171.

<sup>103</sup> SILVA, op. cit., p. 409.

<sup>104</sup> CADORNEGA, op. cit., p. 25. t. 1.

<sup>105</sup> Ibidem, p. 25- 26.

<sup>106</sup> BRÁSIO, op. cit., p. 134. v.3.

serve de muros y estan muy juntas unas com otras y texida com paga muy gruessa y com lãs mismas palmas, de manera que no pueda entrar ninguno dentro de sus muros sino por las puertas; a la primeira portaria que llegamos está um páteo muy grande y tiene muchas arboles muy grandes y tiene dos porteros, uno a la entrada de la puerta otro a la salida, por que tiene dos porteros, uno a la entrada de la puerta e otro a la salida, por que tiene dos puertas; y salidos desta porterya fuimos por una calle dentro, la qual uá em bueltas hasta lhegarnos a outra porteria y assi las passamos todas y fuímos a outro páteo muy grãde adonde El Rey tẽnia uma casa a manera de alpendre, era muy grande y toda llena de columnas de palos muy gruessos y horrada toda com hesteras pintadas, y por baxo arguamasada é la qual casa estava. El Rey assentado em una cosa quadrada; era de palmas a manera de asiento de mugeres y tẽnia em la mano um cuerno por donde bevia el vino y uma gran calabaza llena de vino el el médio de la casa y mucha gente assentada com él y él y todos [...]. Él Rey trae una tira de pano açul y otra de frisado senidas deredor de la sintura y esto por particular privilegio.<sup>107</sup>

A decrificação do conjunto arquitetônico, relatado acima, demonstra a importância que o *ngolacasanje* detinha, no antigo *Ndongo*. Organizada em diversos setores e cômodos, a habitação do *ngola*, garantia segurança e conforto ao suserano e toda a sua família, que era muito extensa. Pela prática de poligamia, o *Ngola* tinha muitas mulheres e contava com cerca de 60 filhos.<sup>108</sup>

Outro fator que se evidencia no relato é a postura e a vestimenta do suserano. São perceptíveis as distinções de sua figura, através do consumo do vinho de palma, que era uma bebida muito apreciada na época, porém apenas consumida pelas elites. Além disso, o *ngola* estava rodeado por mulheres, que, provavelmente, o serviam ou eram suas esposas, denotando seu poder. Cabe destacar, também, às roupas do *ngola* distintivos, panos e frisos, demonstrando como sua roupa lhe diferenciava dos demais.

As relações políticas no *Ndongo* ocorriam de forma centralizada pelo *Ngola Kansanje*. Esse soberano tinha como subordinados, na tarefa de governar os diferentes locais, os *sobas*, chefes locais e provinciais que lhe deviam obediência, fidelidade e pagavam impostos. Como a maioria desses indivíduos vivia afastada do *ngola*, eles gozavam de uma tênue autonomia referente às decisões e ações administrativas, que, entretanto, não poderiam ser contrárias às ideias e à visão do monarca. Isso poderia despertar sua fúria, com consequências (no mínimo desastrosas) para quem as propusesse.

<sup>107</sup> BRÁSIO, op. cit., p. 500. v.2.

<sup>108</sup> Ibidem, p. 511.

Havia um Exército na região que servia para garantir a segurança do *Ngola* e proteger o *Ndongo* de possíveis invasões e saques. O Capitão-Mor se chamava *Andalaquitunga*<sup>109</sup> e servia como guardião e estrategista na defesa do *ngola* e do território do *Ndongo*. Organizava-se, comumente, em forma de esquadrões, aos quais chamavam *mozengos*,<sup>110</sup> estratégia que facilitava as vitórias militares contra povos que viviam em seus arredores. Dentre as ações que compunham o preparo dos guerreiros para um conflito, estava uma vestimenta especial, como se lê:

Armarão-se [...] das armas que os costumarão levar nas guerras destes reinos que são feitas de panos ou beirames até os joelhos, com carapuças do mesmo, com suas vizeiras que tomam até o pescoço que registão ás flechas, como giboens de pannos ou de ilhós, que alguns que podião levavão também deste genero.<sup>111</sup>

Além do grau de destaque que as vestimentas davam aos militares, sua utilização estava centrada no aumento da segurança dos guerreiros que as utilizavam, tentando diminuir, assim, as possibilidades de ferimentos e baixas.

O grupo étnico que habitava majoritariamente o *Ndongo* era composto pelos *ambundos*. Originariamente, o povo *mbundo* veio da área descrita como *Matamba*. Alguns grupos *ambundos* voltaram posteriormente para o leste, a fim de se subtraírem ao controle português no século 17.<sup>112</sup> Estavam incluídos nessa categoria os *lenge*, os *ndongo*, os *songo*, os *mbondo*, os *pende*, os *hungu* e os *libolo*.<sup>113</sup>

Além dos *ambundos*, outra etnia presente no *Ndongo* eram os *jagas*, que, supostamente, teriam vindo do *Kongo*, da região do *Libolo* e *Quisama*, se deslocando pelo rio *Cunene* e *Humbe*. Esse grupo<sup>114</sup> se agregava a várias etnias que se baseavam no regime de descendência matrilinear; estruturava-se em linhagens, sendo comum o dote e a poligamia. Isso ocorria porque com o aumento no número de integrantes do clã, como mulheres, crianças e cativos se garantia uma predominância militar e política sobre os demais e, também,

<sup>109</sup> BRÁSIO, op. cit., p. 324. v.3.

<sup>110</sup> CADORNEGA, op. cit., p. 33. t. 1.

<sup>111</sup> Ibidem, p. 135.

<sup>112</sup> GLASGOW, op. cit., p. 15.

<sup>113</sup> PANTOJA, op. cit., , 2000.

<sup>114</sup> FELNER, 1940 apud. DELGADO, Ralph. *História de Angola: primeiro período e parte do segundo: 1482 a 1607*. S.l.: Banco de Angola, s. d. p. 148-149. v.1.

representava o aumento da mão de obra necessária às atividades rotineiras e ao trabalho. Conforme relato,

os jagas e gentios não tem lume de fé; também lhe he dado e permittido a este Capitão mor da guerra trazer huns tambores pequenos a que chamão capopos que são como atabales que se podem comparar aos que se permitem aos nossos Generaes nas guerras, e só elle pde usar deste instrumento e por elle, e o que se tem dito he conhecido de todos; tem este Capitão mor potestade para castigar a sua gente de guerra, quem não obedece a seus bandos e ordens, e se desmanda fora do exército, cortandolhe orelhas e ás vezes as Cabeças, conforme o crime que hão commetido sem appelação nem agravo.<sup>115</sup>

Ao se depararem com costumes diferentes dos seus, os portugueses procuravam estereotipar e estigmatizar a população através de descrições que, muitas vezes, tendiam a ampliar a dimensão do que realmente eles observavam. Inúmeros são os relatos que citam os *jagas* como povos militarmente organizados e que, continuamente, disputavam território e domínios políticos, porém, como o autor apresenta um fato e não cita um exemplo ou não descreve o momento específico em que ele ocorreu, pode estar generalizando uma ação vista em outro momento e, talvez, até por outras etnias, que não os *jagas*.

O grupo linguístico predominante era o de origem *Kimbundu*, que congregava muitas etnias como: *ambundos*, *ndembos*, *gangalas*, *ibangalas* ou *jagas*. Interligavam-se por meio de casamentos e comungavam de muitas palavras e expressões gramaticais.<sup>116</sup> Ao norte, se localizavam os *ndembos*, que se aproximavam dos *bakongos*, que, outrora, fizeram parte do *Kongo*.

<sup>115</sup> CADORNEGA, op. cit., p. 181. t. 1.

<sup>116</sup> GLASGOW, op. cit., p. 19.



Comum entre as comunidades aldeãs *bantu*, a poligamia servia como uma apropriação do trabalho feminino, sendo que, nessas sociedades, as mulheres tinham fundamental importância, no trabalho agrícola.



Figura 4 – Mulher trabalhando com criança recém nascida de Giovanni Cavazzi, 1687. Disponível em: <http://www.whro.org/jamestown2007/imagegalleries/africans/album/slides/Woman%20Hoeing.html>. (2011).

A imagem acima (figura 5), de Fortunato de Alemandini, publicada na obra de João Ant3nio de Montec3culo Cavazzi, caracteriza muito bem o trabalho feminino na agricultura. Nessa imagem, 3 poss3vel verificar a presen3a de uma crian3a rec3m-nascida com sua m3e, nas lidas agr3colas, o que corrobora a ideia de que cabiam 3s mulheres as tarefas cotidianas e insalubres da agricultura, n3o havendo impedimento para essas a33es, mesmo estando gr3vidas ou cuidando de filhos com poucos meses.

O *Ndongo* era uma regi3o que se baseava no trabalho agr3cola, por meio da utiliza33o de utens3lios de metal. As primeiras formas sociais de organiza33o foram as comunidades alde3s, nas quais as esposas residiam com seu marido, apesar de pertencerem a um grupo de

parentes. Os filhos moravam com as mães; porém, quando crescidos, juntavam-se aos tios, na aldeia de parentes da mãe, no que se convencionou chamar de relações de matrilinearidade.<sup>117</sup>

Nas aldeias se produziam vários produtos agrícolas, dentre os principais, destacam-se: o feijão que eles chamavam *ensaca*; do milho introduzido pelos portugueses eles produziam uma espécie de pão, que era cozido ao redor do fogo; da palma eles produziam azeite e vinho, que era muito apreciado pela população local e, de sua madeira, faziam suas casas.<sup>118</sup> Alimentavam-se de *banaxas*, que eram popularmente conhecidas como figos do *Kongo*,<sup>119</sup> de espécies de melancia e melões.<sup>120</sup> Também cultivavam o inhame, os *fegones*, as *calabaças* e as *tambas* que eram semelhantes a rabanetes.<sup>121</sup>

A flora da região era vasta e composta por várias espécies, dentre essas, as frutíferas, que eram muito importantes para a alimentação. Destacam-se as tamarindeiras, tamareiras, coqueiros, figueiras, laranjeiras, limeiras, goiabeiras, araçazeiros. Também cabe citar os temperos presentes ali, como: alecrim, manjerição, cravos e manjerona, além de diversas hortaliças, como: couve, alface, nabo, cenoura, coentro, cebola, hortelã, entre outros.<sup>122</sup>

A planta de maior importância econômica e social era a palmeira. Sua utilização cotidiana era fundamental para diversas funções, sendo todas as suas partes aproveitadas; como alimento, a extração do palmito, para a confecção de tecidos e panos, podemos citar o *mpusu*,<sup>123</sup> elaborado a partir das folhas da palmeira bordão; a *urila*, fabricada no *Kongo*, porém levada pelos barcos pumbeiros, para Luanda<sup>124</sup> e o *libongo* ou *sambu*, também utilizado como moeda em algumas regiões do *Ndongo*.<sup>125</sup> As folhas da palmeira também serviam como matéria-prima para a construção das habitações, principalmente devido à sua capacidade de manter a temperatura seca e agradável nos dias de calor. Sua fibra também se destinava a preencher almofadas e travesseiros.<sup>126</sup>

<sup>117</sup> PANTOJA, op. cit., p. 70.

<sup>118</sup> BRÁSIO, op. cit., p. 510. v.2.

<sup>119</sup> BRÁSIO, op. cit., p. 135-6. v. 3.

<sup>120</sup> CADORNEGA, op. cit., p. 37. t. 3.

<sup>121</sup> BRÁSIO, op. cit., p. 510. v.2.

<sup>122</sup> CADORNEGA, op. cit., p. 37. t. 3.

<sup>123</sup> Ibidem, p. 363.

<sup>124</sup> Ibidem, p. 270. t. 2.

<sup>125</sup> PARREIRA, Adriano. *Economia e sociedade em Angola na época da rainha Jinga* (século XVII). Lisboa, Editora Estampa, 1990. p. 53-54.

<sup>126</sup> CADORNEGA, op. cit., t. 3.

Outro uso importante, proveniente das palmeiras, era a extração de óleos voltada à alimentação. A extração do óleo ocorria, dentre outras formas, através da retirada dos frutos da palmeira, que eram cozidos. O óleo liberado ficava imediatamente pronto para ser consumido e utilizado na elaboração do prato mais apreciado no *Ndongo*, que era o *moamba*, preparado com carne de peixe, folhas de feijão preto, *makeka* e *gingombo*.<sup>127</sup>

A abertura obra *História geral das guerras angolanas* informa que “há ali canoas destas que levarão quinhentos enzeques [espécie de recipiente de pano] de farinha de guerra, que são mil alqueires, e trazia de volta aliviada a farinha, doze pipas de vinho e cavalete, a fora de alguns barris e mais vitualhas,”<sup>128</sup> demonstrando a importância que os rios e córregos tinham como meio de transporte e circulação dos produtos e a troca e comercialização desses, entre as diferentes regiões do *Ndongo*.

A função da produção agrícola no *Ndongo*, se subdividia em dois fatores: nas questões biológica e na social. Primeiramente foi necessário às populações do atual território angolano o domínio das técnicas e a produção agrícola, visando sanar as necessidades alimentares dos diversos grupos étnicos que compunham a região. Além dessa, a agricultura, tinha uma função social que abrangia as relações e instituições vigentes, uma vez que, através dela, possibilitavam trocas e o pagamento de impostos.<sup>129</sup>

Os povos *bantu* que viviam na região do *Ndongo*, festejavam, a colheita e sua relação com os elementos da natureza. Também festejavam as estações lunares, como é o caso da lua nova, que predestinava a época do plantio e que a chamavam de lua *embege*.<sup>130</sup> É possível perceber que a relação com a fauna e flora transcendia os momentos específicos do trabalho, como é o caso da agricultura. Os povos *bantu* tinham uma relação transcendental com a natureza e seus elementos. Abaixo seguem relatos diferentes, porém com algumas semelhanças, na forma em que os portugueses estigmatizavam as práticas e os valores *bantu*. Cavazzi explica:

Depois da desgraça do rei, experimentou coisa pior quando visitava a região entre os rios Mbrige e Dande (provavelmente entre o Loge e Dande). Aqueles sobas eram

<sup>127</sup> Ibidem, p. 227.

<sup>128</sup> Ibidem, p. 17. t. 1.

<sup>129</sup> PARREIRA, op. cit., 1990, p. 41.

<sup>130</sup> CADORNEGA, op. cit., p. 509-510. t. 1.

chamados *sentinelas do mar* e, entre outras loucuras, adoravam as árvores, tendo-as por padroeiras de suas casas.<sup>131</sup>

Tendo diversos ídolos, com varios nomes diabólicos, em obsequio do pay da maldade [...] fazem sacrificios, por serem e representarem sua figura e semelhança e as terem presentes para sua pena ou consolação; fazendos comzainas, bayles e matinadas de seus instrumentos que toçao, com alaridos e apupadas, que soão e se ouvem muito longe; e principalmente fazem este festejo quando apparece a lua nova, a festejão tambem, vestindo muitos pannos de *lucandas*..<sup>132</sup>

Evidencia-se, nos relatos, o grau de intolerância dos europeus aos padrões e costumes vigentes nas sociedades *bantu*. Tendo eles valores culturais, religiosos e políticos diferentes, somados ao processo de colonização e escravização dos africanos, os portugueses impunham seus valores aos povos dominados, como o padrão vigente na época, desconhecendo outras formas de organização e valores. Em diversos momentos, é possível perceber esse olhar de estranhamento e preconceito, estigmatizando seus costumes e proibindo suas práticas.

Na região havia caça abundante que complementava a alimentação da população. Perdizes, lebres, galinhas e porcos eram alguns desses animais.<sup>133</sup> Os pavões serviam como peça de ornamentação na casa do *ngolaksanje* e os cães eram supervalorizados por servirem como animais de caça e segurança, contra feras e outras perigos, que assolavam as moradias.

Os habitantes do *Ndongo* eram conhecidos como *muxilundas*, ou *axiulandas*,<sup>134</sup> destacando-se por serem exímios canoieiros e pescadores. Apanhavam lagostas e *nzimbos*, uma das principais riquezas obtidas nessa região. O padrão de vida se revertia na mobilidade dos indivíduos, entre as diferentes aldeias e linhagens. Quando ocorria a fragmentação de uma linhagem, o sobrinho, com a morte do mais velho do grupo, na filiação, poderia deslocar-se para outras linhagens, como membros de sua geração.

A população que habitava a região do *Ndongo* era prática no cultivo agrícola de grandes lavouras,<sup>135</sup> que serviam para a alimentação, pela produção de frutas e verduras.

O poder era exercido por uma elite. Além do suserano, havia os seguintes cargos: o *Ngombele*, que era responsável pelo comando da guerra; o *Moenelumba*, era quem devia

<sup>131</sup> CAVAZZI, op. cit., p. 30. t. II.

<sup>132</sup> CADORNEGA, op. cit., p. 256. t. 3.

<sup>133</sup> CADORNEGA, op. cit., p. 510. t. 1.

<sup>134</sup> SILVA, op. cit., p. 508.

<sup>135</sup> CADORNEGA, op. cit., p. 125. t. 1.

cuidar da residência e pelos outros bens do *Ngola*; o *Muenoquizole*, que supervisionava a cozinha e cuidava também da alimentação dos assistentes e convidados. E, por último, o *Tandala*, cujo cargo era o de maior importância, ou seja, o de governar todas as terras por ser o mais velho do grupo.<sup>136</sup> Além dessas funções, havia os *sovas* que eram líderes locais que representavam o poder central. Conforme Cadornega,

os sovas e fidalgos de que se trata são senhores de terras, e vassallos, como condes, e marquezes, mas tem huma potestade superior que he, que em suas terras são senhores de baração e cutello, sem dependencia de seu Rey, só determinão os casos acontecidos entre seus vassallos com os macotas, mas antigos officiaes da sua casa e banza que tem os mesmos que a pessoa do Rey, como são Angola Ambole, tandala, muene lumbo, muene mosete, muene quinzocole, e outros officiaes como se tem já declarado quando se fallou no Rey.<sup>137</sup>

O autor do relato acima aplicou títulos nobiliárquicos comuns à realidade europeia da época, aos povos *bantu*, no *Ndongo*, sem relativizar as especificidades locais. Motivo pelo qual, incorre em sucessivas generalizações equivocadas, que não conseguem explicar a dinâmica política local e, de forma anacrônica, tenta explicar essas relações.

O viajante Cadornega subdividiu, em seus relatos, as regiões do *Ndongo*, como: províncias, capitánias, ou *candas*, e seus líderes como: *sovas*, *quilambas*, *macotas*, ou *manis*. O termo *sova* se referia aos grandes líderes políticos locais. *Quilambas* e *macotas* eram vocábulos *quimbundos* que designavam os capitães da guerra preta e líder principal, conselheiro do *soba*, homem velho ou gente de influência.

Abaixo segue quadro, com as diversas divisões geográficas e políticas e, com as subdivisões utilizadas pelos portugueses.

<b>Cidade</b>	<b>Sovas</b>
São Paulo de Assumpção	<i>Manigango, Manibengo, Manisoça, Mani Vungi, Icollo, Quiteli, Somgo, Quimbi Amuzingo, Sova Bombo, Quizzo.</i>
Capitania-mor de <i>Gulungo</i>	<i>Namboa Acalombe, Sala Aunga, Galunga a Moseque, Carimba, Dalla Dongo, Quitalla, Canzelle, Combe, Salla Zongo, Quitendilli, Hitombe, Quiapingi.</i>
Província de <i>Llamba</i>	<i>Cabango Cabango, Muquixi, Gulungo Aquirimbi, Tanga Abame,</i>

<sup>136</sup> Ibidem, p. 29.

<sup>137</sup> Ibidem, p. 39.



<i>Canda de Salla Canamboa</i>	<i>Salla Canamboa, Gando a Cabubo, Salla a Gimbo, Salla a Hango, Quibilli, Salla Cabango.</i>
<i>Província do Lumbo</i>	<i>Quiambata, Cahondo, Calombe, Namboa Aquizanza, Dala a Muchi, Cabanga Caposse</i>
<i>Canda de Gola a Popo</i>	<i>Gola Popo, Catumbo, Quiloangi Cavungi, Golome, Guanga, Cango a Quiaito, Zombo, Biemba, Quiabale, Gola a Cafuchi.</i>
<i>Canda de Sova Bango a Quitambo</i>	<i>Cabucu Capelle, Quilombo Quia Catubia, Cabanga Quia Pebo, Mutua a Vitamba, Quiloangi Quia Somda, Quilembi Quia Mutus, Mussungo a Posse, Caculo Cahoje, Bumba, Quiloangi Quia Muhonde, Bumba Andalla Zambe, Bango a Zombo, Hoco a Cassambi, Gola a Gombe, Quitevi Quis Cabasso.</i>
<i>Quilambas</i>	<i>Gomga a Camocola, Malenge a Bango Bango</i>
<i>Capitania do rio Coamza</i>	<i>Mani Coamza, Mani Queringe, Mani Tombo, Mani Genge, Mani Calumbo.</i>
<i>Quisama</i>	<i>Muchima, Caculo Ca Ango, Cuso, Cueza, Quia Amgonga.</i>
<i>Villa Victoria de Massangano</i>	<i>Angolemen a Cundo, Angola Quiaito, Gemge, Cabuto, Gola Andalla, Quibolo, Quiaito Ca Cangui, Zambi a Caita, Angola Quilongela, Bamba Tungo, Quixigango, Quembe, Andallar a Fuxi e Ango.</i>
<i>Cambambe</i>	<i>Cambambe, Quilonga Quiabungo, Samba Ilanga, Quilonga Camzumba, Hoamga, Quitungo, Quissala, Cafuche, Cabuco Cabio, Dumbo a Pebo, Muquila, Quiemba, Angola Calunga, Gama Angola, Achila, Quiloanji Quiamdoge.</i>
<i>Embaca</i>	<i>Canini, Mobango, Quija Andala, Muiza a Sange, Casova Quiangingi, Mugi a Quietto, Cavenga, Quissalla, Dambi a Cosa, Caenda Caluamba, Dalla a Sea, Gongga a Muiza, Camuoto Ca Tuto, Caculo Ca Cababa, Tango Angonga, Quitala Cacavenga, Caxinda, Gombembo, Gola Gimbi, Gombe a Quitala, Dalla Amtamdo, Mosenge Anzenza, Caenda Camoanba, Angolemen a Caita, Cariata, Quiloangi Quia Casonda, Dambi a Costa, Caluete, Bumba Quizanzo, Catue, Tuto, Andua, Caio, Nanbua, Andengue, Luamba Luagando, Cavuangi, Lua, Danla, Dungo, Condo Riandalla, Mulumba Quibungi, Muiza Luamba, Cabata Candua, Gonla Quilombo, Golemen Quitabua, Candumba Caquiloangi, Quilamba Quia Golomen, Quingilo Quia Honda, Zamba Caculo, Gombe a Quitalla, Benba, Tango, Cagubgam Gonlome, Panda, Lucalu.</i>
<i>Pedras do Mapungo e sua Capitania</i>	<i>Cabanga Cacaíta, Quiloangi Quia Dala Samba, Sova Nhangem a Camba, Ganga Acumunha, Quimbundu Quia Quileba, Quingoangoa, Dala Abunba, Nambo a Tonto, Candaria Caringi, Casaquina Quiabango, Muta Aquita, Gombe a Fuchi, Dambi a Quitulo, Gonla a Catua, Dala a Quioza, Bocaria Puta, Caginzó Capasa, Polanga Amutando, Dala a Samba, Cafufula. Quitalaquia Samba, Macanji Aquilongi, Catungo Camolonga, Calungo Caquoca, Nahangi Aquinbi, Dala a Gongo, Dambi a Gonla, Quizamga Quia Caboco, Quilombo Quidala a Cariari, Cahondo Ca Cuenda, Gango a Muhongo Quigico, Binda a Bango, Dambi a Catu Tuca, Manga a Quituri.</i>
<i>Quisama</i>	<i>Mueni Sungi Munambio, Calunga Caquiteli, Cacova, Camuanga, Bimbi, Ca Vunga, Quimona Casonga, Muchima, Quizua, Gungo Amocambo, Catala Casala, Mulumba, Lunga Riandunga, Quimbambala, Capacasa, Lungi, Carindo, Cafuchi Cambari, Capacassa Caquixindo,</i>
<i>Libolo e Aco</i>	<i>Gunza Ambambi, Cambila Roxe, Catondo Cambuica, Angola Cabangi, Quitucolo Caringo Nassola, Quitexi Cabenguella, Malambo a Roje, Quierixi Cabenguella, Angola Quitumba, Gunza a Quisama, Catana Cabaxi, Lulembe, Namboa Ambungo, Cafofó, Caria.</i>

<i>Sumbi</i>	<i>Quicomgo, Gunza Auibolo, Benguela aVelha, Calumba Caquiponde, Sungo Hia Culembi, Langua Senge, Angola Ulenga, Huambo, Rinbe, Biri, Calanque Hia Quisongo, Quitata, Caconda.</i>
--------------	--

Fonte: CADORNEGA, Antonio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Lisboa: Agência-geral do Ultramar, 1942, t. 3. p. 232 – 251.

O *Ndongo* havia se constituído da união de várias linhagens e etnias, havendo constantes rivalidades entre elas. Isso se amplia com a chegada dos portugueses, pois eles fomentavam a divisão entre esses diversos grupos, a fim de facilitar o processo de dominação.

Atividades como a de ferreiro (figura 6) eram extremamente valorizadas na sociedade do *Ndongo*. A necessidade de ferramentas agrícolas e artefatos militares demonstravam a importância que os profissionais dessa área detinham, na fundição de ferro e bronze.<sup>138</sup> Na língua local, eles eram conhecidos como *Mussuri*, que supostamente se referia a um ferreiro que se tornou suserano de *Ngola*.<sup>139</sup>

<sup>138</sup> BOXER, Charles R. *Salvador de Sá and the struggle for Brazil and Angola*. Londres: Athlone Press, 1952. p. 226.

<sup>139</sup> GLASGOW, op. cit., p. 20.



Figura 5 - Bigorna kuba. Fonte: M' BOKOLO, E. . Das Savans de Camarões ao alto do Nilo. In: OGOT, Bethwell Allan. História geral da África, V: África do século XVI ao XVIII. Brasília: Unesco, 2010. p. 640.

O domínio da metalurgia conferia o prestígio social e econômico aos que a praticavam. A necessidade de utilização dos artefatos em metais no cotidiano e, também, em épocas de seca ou perda das colheitas, os *mussuris* trocavam artefatos de metais por alimentos e outros produtos dos quais não dispunham. Na região de *Embaca*, constata-se a importância que os metais tinham na dinâmica econômica da população que vivia na região, como segue:

Em esta fortaleza da Enbaca e sua commarca se faz negócio de peças e marfim; e têm alguns sovas de sua lotação minas de ferro, onde tirão o que basta para fazerem com elle as ferramentas necessárias para a sua agriculturas para o que lhe he mais



necessário de armas para a guerra, como são azagayas, flechas, machadinhas e facas.<sup>140</sup>

No ano de 1571, efetiva-se a política de dominação portuguesa nas colônias: a transformação de Angola em uma Capitania Hereditária.<sup>141</sup> Semelhantemente ao que ocorreu no Brasil, tinha a função de facilitar o processo de exploração dessa zona recém-colonizada, mediante a administração por um representante da Coroa. Em 1575, Paulo Dias Novais chegou à região, fundando Luanda no ano seguinte.<sup>142</sup>

### 1.3 MODO DE PRODUÇÃO DAS COMUNIDADES ALDEÃS *BANTU*

Ao aprofundar a análise sobre a região do *Kongo* e do *Ndongo*, é necessário uma análise acerca das estruturas políticas, sociais e econômicas das comunidades aldeãs *bantu*, para que se possa compreender como se constituíam as relações naquela sociedade e, a partir disso, perceber qual era o modo de produção vigente. É importante salientar que os modos de produção não existem de maneira pura. Eles surgem a partir de processos reais que, estão em transformação, e se relacionam com práticas do modo anterior, e que, por conseguinte, se alteram e geram um novo modo de produção.

Ao se analisar o desenvolvimento das práticas de produção doméstica, no *Kongo* e no *Ndongo*, torna-se evidente o avanço das forças produtivas, que, com o tempo se organizam, dando origem aos estados. O seu modo de produção pode ser entendido como asiático ou tributário.

O conceito de modo de produção asiático não deve ser utilizado com sentido restrito à questão geográfica, pois sua aplicação equivale também a muitas regiões da África. Nesse

---

<sup>140</sup> CADORNEGA, op. cit., p. 165. t. 3.

<sup>141</sup> SILVA, op. cit., p. 408.

<sup>142</sup> VANSINA, op. cit., 2010. p. 662.

modo de produção, a terra é o meio mais importante, que está sob o poder do Estado, não havendo, assim, a propriedade privada. No modo de produção tributário, o qual recobre uma comunidade ou aldeia de aparato social e político persistente, opera através da imposição de um imposto. Esse modo de produção é a forma mais comum das formações pré-capitalistas.<sup>143</sup>

Segundo Altuna,

O conceito negro-africano de propriedade da terra é diferente do europeu. Os reis, imperadores e chefes negros dominavam e governavam homens, não territórios, porque estes não podem ser propriedade dos vivos, mas sim um uso-fruto deixado pelos antepassados. O homem é ocupante, não dono. A nação negro-africana não era o resultado de umas fronteiras demarcadoras de limites. A noção de tribo, reino ou império apoiava-se mais na autoridade do que sobre a propriedade territorial. Fronteiras e territórios delimitados, como basilares do conceito de estado, são noções introduzidas pela colonização. Mas também é certo que cada grupo humano conhecia, estimava e defendia o território herdado do fundador ou epónimo.<sup>144</sup>

As relações *bantu*, baseadas no uso coletivo da terra e na ausência de posse individual, demarcavam um conceito de propriedade estranho aos europeus, já que eles, a muito tempo, praticavam a propriedade individual da terra. Provavelmente essa seja uma das razões do não entendimento das organizações sociais e políticas *bantu*, bem como sua forma de produção econômica, tendo eles aplicado a eles, conceitos anacrônicos e equivocadas que estavam diretamente ligados à realidade europeia da época.

Nas comunidades aldeãs, o poder estatal era importante, para que expressesse a unidade real ou étnica desses grupos, sendo entendidas como um modo de produção tributário ou asiático. O soberano, ou líder, que administrava esse conglomerado de comunidades se apropriava dos recursos econômicos provenientes de impostos.

O rei tinha o poder supremo de executor, sendo o detentor do poder centralizador, de legislador, juiz, líder religioso e administrador dos recursos do Estado.<sup>145</sup> O único poder que

<sup>143</sup> AMIN, Samir. *El desarrollo desigual: ensayo sobre las formaciones sociales del capitalismo periférico*. Barcelona: Fontanella, 1974. p. 56.

<sup>144</sup> ALTUNA, Raul Ruiz de Asúa. *Cultura tradicional banto*. Luanda: Secretariado Arquidiocesano de Pastoral; 1985. p. 101.

<sup>145</sup> GODELIER, M. A noção de modo de produção asiático e os esquemas marxistas de evolução das sociedades (Prólogo). In: CERM: *O modo de Produção Asiático*. Lisboa: Seara Nova, 1974. p. 58.

recebia o excedente de produção era o Estado. Isso ocorria pelo pagamento dos impostos,<sup>146</sup> como é o caso do *Kongo*, onde eram utilizados os *nzimbo*s, para efetivar essa transação. Sua utilização era feita pelos indivíduos que faziam parte das comunidades. A ausência do desenvolvimento das forças produtivas servia para suprir as necessidades básicas de quem produzia, para trocar com outros produtos, não produzidos ou que não estavam disponíveis no local da produção. E, ainda, para o pagamento de alguns impostos, que eram revertidos para a manutenção do estado ou província. Não havia especializações separadas do trabalho, sendo que o ferreiro extraía o mineral, fundia-o e o modelava. O trabalho não era diferenciado, nem realizado por indivíduos diferentes, sendo cada ofício uma função integral, não havendo especialidades e divisões em ramos do trabalho.<sup>147</sup>

Uma semelhança entre os diversos modos de produção pré-capitalistas é o de satisfazer as suas necessidades imediatas dos indivíduos que compõem a aldeia ou comunidade. Nessa lógica, praticamente não existe uma produção que se transforme em mercadoria, pois o nível das forças produtivas é baixo. O principal meio de transporte era por tração animal. Ainda assim, as vias fluviais eram os espaços mais garantidos para o contato entre indivíduos e para a troca de mercadorias.<sup>148</sup>

O sistema de produção doméstica é uma das características sociais e econômicas das populações analisadas, que determina suas formas de organização, conforme propõe Meillassoux. Segundo esse autor, as comunidades agrícolas *bantu* pré-coloniais tinham, no contexto de formas gerais de organização, especificidades em cada comunidade, que se distinguiam pelas leis, pelos costumes, pela língua e pelo modo de viver. Assim, não havia antagonismos de classe, pois as distinções fundamentais estavam na diferença de idade e de sexo. Os mais velhos – ou, em alguns casos, os pretensamente mais velhos – detinham o uso dos meios de produção (terra) e o acesso às mulheres.

Apesar de não haver relação com a classe oriunda do fator econômico, havia diferenciação entre as castas, centradas em questões políticas, religiosas, míticas, mágicas e filosóficas.<sup>149</sup> Como exemplo dessas relações, pode-se citar o surgimento de grupos privilegiados em algumas regiões, destacando-se os guerreiros e caçadores, unidos por um estrato diferenciado, porém unidos por traços comuns sem fins econômicos.

---

<sup>146</sup> GEBRAN, Philomena. *Conceitos de Modos de Produção*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 64.

<sup>147</sup> ALTUNA, op. cit., p. 167.

<sup>148</sup> GEBRAN, op. cit., p. 62.

<sup>149</sup> ALTUNA, op. cit., p. 168.

As forças produtivas das comunidades domésticas podem ser caracterizadas pelos seguintes fatores: conhecimento de técnicas agrícolas e artesanais que garantam a satisfação das necessidades alimentares dos indivíduos que compõem a comunidade; a utilização da terra como meio de trabalho, tornando-a produtiva; o emprego de energia humana como fonte energética dominante no trabalho agrícola e artesanal; e o uso de meios de produção agrícolas individuais, não exigindo um investimento coletivo.<sup>150</sup>

Os laços de sangue, as ligações de parentesco e os costumes culturais eram valores predominantes nessas sociedades. São as relações de produção que determinam as relações de autoridade e ideologia, que vigoram nessas comunidades. São, ao mesmo tempo, infraestrutura e superestrutura, por interligarem funções múltiplas na estrutura dominante da vida social.<sup>151</sup> Economia e parentesco se confundiam a ponto de as relações de parentesco funcionarem como relações de produção e práticas ideológicas e políticas. No caso da utilização do solo, por ser posse comunitária, era necessário que o indivíduo estivesse integrado ao coletivo, para que pudesse utilizar de forma individual o solo.

Nessa sociedade aldeã, as relações familiares se ampliavam como em círculos cada vez mais abrangentes, tendo na família sanguínea e alargada, a célula-base. A união de várias famílias formava um clã que podia ser definido como um grupo com uma unidade de várias linhagens, descendendo de um antepassado comum, não importando se existia uma ligação sanguínea real. A nomenclatura poderia ser de origem exotérica, honorífica ou mitológica.<sup>152</sup>

Os direitos pessoais eram objetos de negociação constante, não sendo facilmente separáveis de outros direitos. Tais direitos – incluindo o direito sobre o trabalho, sexualidade e procriação – eram definidos pelas leis e pelos costumes de cada grupo, não havendo traços específicos para diferentes grupos e aldeias.

Mediante características comuns, como: a língua, a religião e os costumes, a união de vários clãs formava uma aldeia, que, através de sua unidade social e política, fazia com que o indivíduo e o grupo mantivessem relações bem-definidas, vivendo num mesmo território e tendo como referência a figura de um líder.

---

<sup>150</sup> MEILLASSOUX, Claude. *Mulheres, celeiros e capitais*. Porto: Afrontamento, 1977. p. 64.

<sup>151</sup> GODELIER, op. cit., p. 66.

<sup>152</sup> ALTUNA, op. cit., p. 128.

Várias aldeias com afinidades, ao se agregarem, resultavam num Estado. E a integração de vários estados originava grandes formações, como é o caso do *Kongo*.<sup>153</sup> O conceito de família alargada era composto por todos os membros das famílias nucleares relacionadas por consanguinidade, entre os vivos e mortos, descendentes de um mesmo antepassado e irmanados por um ancestral comum. A poligamia era comum e servia como forma de apropriação do trabalho feminino, sendo que, nessas sociedades, os cativos e mulheres estavam na última escala de poder.

Aos portugueses causava estranheza essa forma de organização familiar, que congregava um número extenso de indivíduos numa mesma família, seja ela através de um clã, uma aldeia, seja através de um estado. Isso porque a organização familiar lusa privilegiava um número pequeno de indivíduos, ligados apenas pelo fator sanguíneo, expresso através do sobrenome. Essa era uma das razões que dificultava a delimitação e definição dos laços parentais das populações *bantu* nos relatos lusos.

Tanto no *Ndongo* como no *Kongo*, as comunidades e aldeias se integravam às províncias ou a outras estruturas político-administrativas, por motivos culturais, linguísticos, étnicos ou econômicos. Nessas relações, as aldeias deviam prestar algumas obrigações às instâncias superiores do estado, como pagar impostos ou taxas resultantes do trabalho da comunidade. Com o intuito de garantir as obras e a unidade do estado e exaltar a figura do suserano, isso era visto como uma representação dos deuses.

A relação coletiva e o baixo desenvolvimento de relações mercantis entre esses povos, a produção não era direcionada ao mercado. Seu resultado permanecia nos grupos, nos clãs ou nas aldeias. Sua fiscalização ocorria mediante o controle de uma assembleia ou chefe supremo. Relações de troca nas comunidades ocorriam, para sanar a ausência de determinados produtos, necessários à alimentação, à ornamentação e às demais necessidades dos grupos.

Nas organizações sociais *bantu*, um dos laços em que se baseava a relação era a consanguinidade real ou mítica, exigindo um meio de transmissão de herança ou de preferência que as interligassem a uma das genealogias biológicas, que todo indivíduo recebe e transmite: a paterna e a materna. Esse sistema de parentesco chamado de matrilinearidade ou patrilinearidade, permitia a coexistência dos dois regimes.

---

<sup>153</sup>

Ibidem, p. 111.

No sistema matrilinear, a descendência passava essencialmente pela figura das mulheres, aparecendo sempre um epônimo feminino, sendo que o tio materno tinha autoridade sobre os filhos das suas irmãs. Conferiam-se direitos e posição, quase iguais às do tio, ao sobrinho primogênito da sua irmã mais velha, o qual herdava os seus bens, títulos, chefia e, em certos casos, as próprias esposas. Em algumas regiões, o sobrinho chamava “suas”, as mulheres do tio.<sup>154</sup>

Um dos motivos que originava essa forma de organização era a preponderância da mulher na agricultura, garantindo a subsistência do grupo. Com o passar do tempo, o sedentarismo aumentava a concentração demográfica, contribuindo para um número maior de pessoas, que passavam a habitar a aldeia, tendo, então, a mulher um papel central.<sup>155</sup> Cabe ressaltar que esse fator não determina exclusivamente a forma de organização e o parentesco de uma determinada região. Cada espaço geográfico *bantu* era composto por características sociais, culturais e religiosas específicas que as diferenciavam entre si e as faziam estar inseridas em processos diferentes, não seguindo uma regra específica de evolução.

Porém, apesar desse sistema de organização familiar destacar o gênero feminino, ele é tão masculino quanto o patrilinear, já que são sempre os homens que mantêm a autoridade, o mando de pai e a aplicação dos direitos aos filhos. Mesmo que os homens representem o ramo materno, é sempre o gênero masculino que fica em destaque e tem predominância nas funções religiosas, sociais e políticas.<sup>156</sup>

Já no sistema patrilinear, o filho pertence à família do pai, reagrupando os descendentes por via masculina, de um antepassado varão, conhecido ou mítico. Observa-se como exemplo, o caso dos *Kikongos*, etnia que habitava o *Kongo*. Nesse caso, as mulheres deixam o seu clã de origem e passam a habitar na povoação do marido, dispondo o marido dos serviços reprodutores, domésticos e sexuais da esposa.<sup>157</sup>

Essa etnia contava com duas formas de parentesco: o *lumbu* e o *kanda*.<sup>158</sup> O termo *lumbu* designava os descendentes do homem por via patrilinear; já o *kanda* constituía-se pelos

---

<sup>154</sup> ALTUNA, op. cit., p. 110.

<sup>155</sup> Ibidem, p. 104 – 105.

<sup>156</sup> Ibidem, p. 108.

<sup>157</sup> Ibidem, p. 106.

<sup>158</sup> FONSECA, António. *Sobre os Kikongos de Angola*. 8. ed. Lisboa: Col. Estudos/Autores Angolanos; Edições 70. 1984. p. 31.

descendentes em via matrilinear, o que se refletia no sistema de transmissão do poder.<sup>159</sup> Um indivíduo poderia participar do *lumbu* do pai e, concomitantemente, do grupo de parentesco definido pela linha matrilinear.

Dentre as relações sociais existentes nas comunidades aldeãs *bantu*, estavam práticas servis não escravistas, ou seja, incompletas. Categorizam-se como práticas porque não havia uma uniformidade nessas instituições, diferentemente, por exemplo, do modo de produção escravista colonial, com forte uniformidade e fins econômicos. As pessoas eram transformadas em cativos, basicamente devido a algum crime, dívida, venda, captura, etc. Após isso, podiam ser mortos cerimonialmente (como em alguns casos) ou incorporados à comunidade doméstica ou de linhagem, em situação de subordinação ao patriarca. Alguns autores identificam incorretamente essas práticas como escravidão colonial, ou como escravidão doméstica, o que é incorreto, pois essa última não constituía igualmente escravidão plena. Comumente, esses agregados tinham famílias e cultivavam a terra, devendo, porém, tributos aos patriarcas. Destaque-se que, na segunda ou terceira geração, os descendentes desses agregados eram incorporados à comunidade como homens livres. Os fatores apresentados diferenciam essas práticas do sistema escravocrata colonial luso.

---

<sup>159</sup>

Ibidem, p. 36.

## 2. EXPLORAÇÃO PORTUGUESA NA ÁFRICA

Um dos momentos emblemáticos do mercantilismo português ocorreu na conquista de Ceuta, no início do século 15. Como fatores essenciais que possibilitaram tal ato salienta-se a luta contra os muçulmanos, já que a região de Ceuta estava dominada pelo Islã. Outros motivos que também impulsionaram os portugueses foram a busca por metais preciosos da Guiné e o descobrimento de uma nova rota, que favorecesse a busca por especiarias no Oriente.<sup>160</sup>

A dominação de Ceuta em 1415 foi o início de uma série de outras conquistas, quando praticamente todas as regiões africanas, banhadas pelo Oceano Atlântico, foram colonizadas pelos europeus. Uma figura importante nesse processo foi o Infante dom Henrique, quinto filho do rei D. João I, fundador da dinastia de Ávis, e de dona Filipa de Lencastre. Em 1415, foi armado cavaleiro e recebeu os títulos de duque de Viseu e senhor da Covilhã. Em 18 de fevereiro de 1416, foi encarregado do governo de Ceuta, demonstrando protagonismo à frente desse fato.

Após o domínio de Ceuta, os portugueses chegaram aos arquipélagos da Madeira, dos Açores e às ilhas Canárias, ampliando seu poder e se consolidando como grande potência nas grandes navegações. Essas regiões serviram como estímulo à propriedade privada, garantindo os interesses da nobreza. Aos poucos, as terras foram distribuídas, os colonos portugueses foram transportados, e as ilhas passaram a ser habitadas e tornaram-se regiões agrícolas.

A busca por metais preciosos suscitava a curiosidade lusa e era estimulada por mitos e lendas de reis e reinos fabulosos, como o do Preste João. Conforme Devisse e Lalib,

os portugueses nunca conseguiram descobrir a enganosa fonte de ouro do Ocidente africano e do Sudão que, como sabemos hoje, era extraído principalmente da região de Bambuque, no alto Senegal, de Mali, no Alto Níger, e do Lobi, nas cabeceiras do rio Volta. Esse ouro quase todo na forma em pó, no começo era transportado por carregadores através dos reinos de Mali e de Gana (sem nenhuma relação com a

---

<sup>160</sup> BOXER, Charles. *O império marítimo português: 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 34.



república atual do mesmo nome) até Tombuctu, onde eram comercializados com mercadores árabes e mouros.<sup>161</sup>

Charles Boxer na obra: *O império marítimo português: 1415-1825*; destaca que a busca por metais preciosos nem sempre foi bem-sucedida, pois apenas algumas regiões da África contavam com jazidas de metais preciosos. Nas regiões localizadas na faixa que se estendia ao longo do litoral do oceano Atlântico, foram estabelecidas feitorias, pela facilidade de acesso. Como marco desse processo de dominação, está o contorno do cabo do Bojador pelos portugueses, em 1434.<sup>162</sup> Em 1448, estabeleceu-se a primeira feitoria comercial na ilha de Arguim, na costa da Mauritânia;<sup>163</sup> a conquista da ilha de São Tomé, ocupada em 1470;<sup>164</sup> em 1482 – 1483 a conquista do *Kongo*<sup>165</sup> e, em 1488, Bartolomeu Dias dobrou o cabo da Boa Esperança, entrando pela primeira vez no oceano Índico.<sup>166</sup>

Portugal despontava como uma grande potência mercantilista durante o século 15. Porém, percia constantemente, com problemas ligados à produção de alimentos e a conflitos internos, deixando um bom número de empobrecidos. Dessa forma, as navegações foram uma possibilidade importante de crescimento econômico, o que gerou um grande número de ocupações. Muitas atividades surgiram, desde a construção de barcos de navegação, estivas e até, o comércio de produtos importados e exportados.

Além das dificuldades de acesso, o desconhecimento da língua e da cultura, as doenças e os conflitos com os povos e estados ampliavam a dificuldade lusa de “desbravar” as regiões recém-contatadas. Coube a esses desenvolverem estratégias que superassem esses problemas, garantindo o domínio efetivo na região, o que, conseqüentemente, se transformaria em vultosas riquezas.

<sup>161</sup> DEVISSE, Jean; LABIB, Shuhi. A África nas relações intercontinentais. In: NIANE, Djibril Tamsir. *História geral da África: África do século XII ao XIV*. Brasília: Unesco, 2010. p. 756. v. 4.

<sup>162</sup> BOXER, op. cit., p. 44.

<sup>163</sup> MALOWIST, M. A luta pelo comércio internacional e suas implicações para a África. In: GOT, Bethwel Allan. *História geral da África: África do século XVI ao XVIII*. Brasília: Unesco, 2010. p. 3. v. 5.

<sup>164</sup> Ibidem, 759.

<sup>165</sup> VANSINA, op. cit., 2010.

<sup>166</sup> NCONGO, Léonard D. ; VANSINA, Jan. A África meridional: os povos e as formações sociais. In: NIANE, Djibril Tamsir. *História geral da África: África do século XII ao XIV*. Brasília : Unesco, 2010. p. 669. v. 5.

Para isso, inicialmente, os portugueses procuraram cooptar líderes políticos africanos, para facilitar a conquista lusa. Esses líderes recebiam “presentes” como: utensílios, roupas, adornos, entre outros. O intuito era estabelecer relações amistosas que permitissem, em seguida, um espaço propício para a prática de trocas mercantis desses povos, por meio das riquezas materiais e, ainda, o desenvolvimento do tráfico de cativos.

Realizaram ainda ações que fomentavam as tensões étnicas e culturais. Como o exemplo, a criação de conflitos e guerras, os Estados e comunidades africanas se enfraqueciam, garantindo condições privilegiadas ao domínio luso.

Com a chegada dos portugueses em Angola, no último quartel do século 15, houve uma alteração no quadro político, econômico e cultural da região. Em 1482–1483, explorando a costa atlântica do continente africano, Diogo Cão aportou na foz do rio *Zaire*, chegando pela primeira vez no atual território angolano,<sup>167</sup> onde erigiu, na margem esquerda do porto de *Mpinda*, o padrão de São Jorge.<sup>168</sup>

O primeiro contato entre o representante do reino português, Diogo Cão, e os povos nativos ocorreu no *Kongo*. Esse estado era forte e estruturado, contando com a presença de milhares de habitantes.

Além dessa organização política, havia as *mbanzas*, *lubatas* e estados independentes, como o *Ndongo*, *Matamba*, *Loango*, *Ngoyo*, *Dembe*, *Cakongo*, entre outros.<sup>169</sup> O poder central do *manikongo* organizava-se por meio de cobranças de tributos em produtos arrecadados entre as províncias, os estados independentes, *mbanzas* e *lubatas*, como já visto. Esses tributos podiam ser pagos em produtos, como: rafia, marfins e cativos, mas os povos do *Kongo* desenvolveram uma espécie de moeda local, as conchas de *nzimbo*, vindas da ilha de Luanda.<sup>170</sup>

Em 1485, Diogo Cão desembarcou no *Zaire* pela segunda vez, enviado por Dom João II, e alguns dos seus homens foram enviados até o *manikongo* para um contato inicial. O fato de os lusos terem demorado muito tempo para retornar fez com que o navegador voltasse a

<sup>167</sup> SOUZA, Evergton Sales; SAMPAIO, Gabriela dos Reis (Org.). *Formas de crer: ensaios de história religiosa do mundo luso-brasileiro, séculos XIV-XXI*. Salvador: Corrupio, 2006. p. 72.

<sup>168</sup> GONÇALVES, António Custódio. As influências do cristianismo na organização política do reino do Congo. In: *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua Época*. 1992, Porto. Anais... Porto/Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1992. p. 525.

<sup>169</sup> Ibidem, p. 58.

<sup>170</sup> Ibidem, p. 62.

Portugal sem a presença deles. Levou consigo, porém, alguns *bantu*, oriundos do *Kongo*, que comprovavam a chegada em novas terras. Os africanos levados a Portugal aprenderam alguns hábitos linguísticos e religiosos e, propositalmente, foram bem-tratados, para que tivessem uma boa impressão do reino português, difundindo essa informação aos demais integrantes do *Kongo*, assim que aportassem em seu território.

Após anos em Portugal, eles retornaram às terras angolanas e foram devolvidos aos seus conterrâneos, que, por sua vez, já haviam perdido as esperanças em relação à sua vida. Essa situação deixou os lusos numa situação privilegiada.

Aproveitando-se desse processo, os portugueses desenvolveram uma lógica de dominação balizada em uma relação “amistosa” com os líderes ou reis das comunidades *bantu* existentes, justamente para estabelecer relações de confiança, que, posteriormente, possibilitassem desenvolver a lógica colonial pretendida. *Mani Sonho* foi o principal líder político da região do *Sonho*, e um dos primeiros líderes políticos do *Kongo* a receber os portugueses, tendo como líder dessa expedição Rui de Souza, em 3/4/1511. Ele e seu filho receberam os nomes de D. Manuel e D. Antonio. Abaixo segue uma imagem que caracteriza um batizado na região. (figura 7).



Figura 6 – A Igreja cristã no Kongo e as cerimônias de Batismo. DELGADO, Ralph. História de Angola - Primeiro período e parte do segundo, 1482 a 1607. S.l.: Banco de Angola, s.d. v.1. p. 83.

Em 29/4/1491, num dos contatos iniciais entre portugueses e habitantes do *Kongo* evidencia-se a intenção lusa em conquistar a sua confiança:

lhe foram logo oferecidas e dadas as cousas do presente, que lhe elRey enviava pera sua pessoa, brocado em peça rico de pelo, e raso, e muitos panos de seda e velludos cremesys, e doutras muitas coores, e çatys, e damascos, e ezarlata, e olanda em peças, e assi rabos de cavalo guarnecidos de prata, que elle sobre tudo estimava, em especial huus qu hiam hi ruços, e assi chocalhos grandes, e outras muitas cousas desta calidade.<sup>171</sup>

<sup>171</sup>

BRÁSIO, op. cit., p. 115. v. 1.

Essas práticas de agradecer os povos nativos com objetos desconhecidos, eram estratégias comumente utilizadas pelos portugueses. Almejando um contato amistoso que facilitasse o acesso e o contato às novas terras e suas riquezas, os portugueses “presenteavam” a elite local e praticavam o escambo. Na primeira década do século 16, os contatos entre o rei português e D. João e entre o *manikongo* eram comuns. Segue listagem com vários artigos, ferramentas, animais e profissionais especializados que foram enviados, nos primeiros anos de dominação colonial portuguesa, para a África:

Descrição de objetos ou pessoas enviadas ao rei do <i>Kongo</i> pelo Rei de Portugal	Quantidade
Frades e neles um tocador de órgãos	-
Sinos pequenos	2
Ornamentos em hum par de pedras claras	-
Algumas campainhas e alguns retauolos, destes comus	-
Ferros para fazer osteas	-
Cavalos	-
Eguas	2
Asnas	2
Asnos da casta de Simtra crecidos	2
Carretas ferras	6
Cadelas	2
Lebres (macho e fêmea)	2
Gallgos (macho e fêmea)	2
Açor	1
Leito de guerra pera elREY com sua cama	1
Temda	1
Panos e guarda portas de feaduras dodinarda	-
Alguus goardamicus e guarda portas e almofadas delles dos de borcado	-
Espada dourada largua, com sua bainha de viludo de cor	1
Dargas vacaris	2
Remesões com suas Banderas de tafeté de cores	2
Sombreiro bem gorneceido forrado dalguma seda ou tafeté	-
Espelho destes de Veneza dourado	-
Bestas co seu almazem e aljauas	2
Baixela de malega de Valemça que estimarem lá muyto, cõ algun cristalino	1
Seiras dazulejos	2
Laizares pera huu daltares	-
Panos da Imdia fremosos	2
Armas para el Rey	-
Corselete e capacete dourados per partes	-
Cadeiras despaldas e alguma mesa	-
Tochas, cõ algumas velas por mostra,	6
Emgenho de mó de braço	-
Vestido	-
Camisas	-
Algun balamdram e marlota, barretes de duas volltas de cores	-
Calçado	-
Pamtufo de viludos ou alparcas com framjas de cores e alguus borzequins de cores	-
Enxertos darvores: fygueyras e da ilha podem ir limoeyros	-
Semente de linho galeguo e alcanave e de trigo e de cevada	-
Carousos de pexegos, amendoas, avelãs,	-
Castanhas verdes para semear	-
Sementes dortaliças: couves, rabãos, alfaças, chicharos, favas, grãos, feygoes, melões, aboboras, pipinos, cebolas, alhos...	-
Piães dos seguintes officios: besteyros, espinguardeiros, ferrador, carpinteiro, pedreyro, oleiro para fazer tella, caeyro pera fazer call, çapateiro, cordoeyro, lavrador para ymsinar amansar os bões	-
Sarradores	2
Alfayate e barbeyro	-
Ferrolhos, chaves e fechaduras	-
Ômen que saiba fazer açuquere	-



Lança	-
Quintaes daçoõ pera calçar toda a ferrameta pera cortar pera pedraria	2
Esporas, sellas se brydas	-
Barbantes pera as bestas	-
Emxadas pera as carretas	18
Berços	-
Polvuora pera os espyngardeiros	-
Alguum par de marinheiros que saiba dagulha, pera lá ficar e se aventarem (?)	-
Cubertas das camas	?
Navios de 50 ou 60 toneladas	3
Corseletes cõ su suas espaldeiras	-
Toalhas pera altares, pera caldaltar	-
Tamborym	-
Se poder achar huum gayteiro	-
Huu par de tronbetas de Lomear; vãp estes todos no quartodos officaes e sejam officiais doutros officios dos que ham dyr	-
Fromtraaes de panos da Imdia pymtados (três de nossoo senhor crocificado e nossa senhora, cõ ho filho no colo e samtyago e par della, com suas vieiras	6
Vestymentas de seda com suas alluas e todo comprimeto	3
Calezes de prata	3
Pedras Dara	-
Castiçaões de lata grandes	-
Lâmpadas de lata	-
Campainhas pequenas	-
Campainhas de lata	-
Bacios daferta	-
Caldeyrinhas pera agoa beta com sus isopes	-
Cruzes de pão pyntadas boas. Cõ os croxifiquos nelas pymtados e pera se podere meter em sim	-
Trybolo de lata	-

Tabela. 1. Fonte: BRAUSIO, Antonio. Monumenta missionária africana: 1471 -1531. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1954. v. 1. p. 247-253.

Além dos interesses econômicos e político, os portugueses estavam comprometidos com a institucionalização do catolicismo, nos locais recém-descobertos. Despertando o interesse dos nativos pela nova religião, por meio de uma ressignificação falsa de alguns mitos e lendas, ou impondo a nova crença, a Igreja Católica Romana se disseminou no continente africano, a partir das grandes navegações. No *Kongo*, a partir da chegada dos portugueses e a elite *kongolesa* estavam centradas na imposição do catolicismo. Isso ocorreu com o *manikongo* que foi convertido e recebeu o nome de D. João I. O documento assinado por Rui Pina, de 3/5/1491, detalha que

posto el Rey em pee ante ho altar Maior, com os seus, Frey Joham começou ho officio, e acabou com muita devaçam. E elRey avia nome Monymoctyanymy, e por amor delRey escolheo seu nome de Johane, e chamousse Dom Joham, e os outros Fidalgos sendo no começo do officio perguntados de que nomes se queriam chamar disseram que o cargo disso leixavam a seus Padrinhos, que lhe dessem os nomes, segundo os tinham os Fidalgos da Casa delRey de Portugal. E o primeiro ouve nome Dom Francisco, e o segundo Dom Gonçalo, e o terceiro Dom Jorge, e o quarto Dom Lopo, e o quinto Dom Diego, e o sexto Dom Rodrigo.<sup>172</sup>

<sup>172</sup>

Ibidem, p. 121.

Nas entrelinhas desse processo de conversão ao catolicismo e nas relações amistosas, os portugueses visavam à exploração, base do mercantilismo. As lideranças políticas eram cooptadas e auxiliavam o poderio português na captura de africanos, que eram encaminhados aos principais portos de Luanda e *Benguela*, para serem vendidos ao tráfico de escravos; posteriormente, os cativos foram enviados principalmente ao Brasil, colônia portuguesa na América, que necessitava de mão de obra para a manutenção do sistema escravocrata.

O tráfico de cativos, que retirou do *Kongo* e do *Ndongo* um número elevado de africanos, destinados à América, causou desorganização social e demográfica. Os indivíduos preferidos à escravização colonial eram homens e jovens. Esse fator alterou profundamente as comunidades *bantu*, porque era significativo o número de homens e jovens destinados ao tráfico, diminuindo drasticamente os indivíduos nas aldeias e comunidades, desestruturando a produção. Esse processo alterou as realidades social, econômica e política, como os demais países africanos, que passaram pelos domínios coloniais europeus.

## **2.1 APLICAÇÃO DO CONCEITO DE ESCRAVIDÃO: NA ANTIGUIDADE, NAS COMUNIDADES ALDEÃS *BANTU* E NO SISTEMA COLONIAL ESCRAVISTA AMERICANO**

Discussões e análises historiográficas, utilizando o conceito de escravidão, têm se multiplicado nas últimas décadas. Porém, percebe-se que, em muitos trabalhos, esse conceito é utilizado sem a conceituação adequada, ocorrendo, em alguns casos, anacronismos ou fragilidades teóricas em sua aplicação.

Em momentos históricos distintos, é perceptível a existência de práticas escravistas. Para uma aplicação teórica e metodologicamente acertada, cabe uma análise das especificidades em que ocorreram essas práticas, examinado minuciosamente as realidades social, política e econômica, às quais esse processo esteve submetido. Isso porque é possível

constatarem-se variantes que diferenciam os períodos analisados, como entre o escravismo antigo, ocorrido na Grécia e em Roma, e o sistema colonial escravista, desenvolvido pelos portugueses na América. Ao longo dos processos históricos, em que o conceito de escravidão será aplicado neste artigo, será possível perceber as diferenças conjunturais e, conseqüentemente, as econômicas de cada processo.

### 2.2.1 CONCEITO DE ESCRAVIDÃO

Desde as primeiras séries do Ensino Fundamental, deparamo-nos direta ou indiretamente, com os conceitos de escravo, escravidão, escravizar, escravizado... Pelo passado escravocrata do Brasil, são conceitos que permeiam cotidianamente nosso país. Porém, de forma genérica, cristalizou-se uma visão simplista que conceitua essa categoria unicamente como o ato de dominar um indivíduo pela força, impondo-lhe um regime de sujeição, o que não está incorreto. Cabe um aprofundamento etimológico e teórico para a utilização apropriada dessa categoria, em diferentes momentos históricos. Ao definir o modelo de escravidão, Paul Lovejoy aponta que as determinações acerca desse conceito precisam ser examinadas muito detalhadamente, para tornar mais claras as distinções entre escravidão e outras relações servis, impedindo, o risco de análises equivocadas.<sup>173</sup>

Segundo o linguista soviético Mikhail Bakhtine (1986, 2000),<sup>174</sup> a linguagem é o registro e a expressão do mundo social em constante construção, que concretiza conceitos socialmente determinados no espaço e no tempo.<sup>175</sup>

Aplicando essa análise, é possível perceber que, ao longo da história, verificam-se variações e transformações na categoria escravidão, submetidas aos interesses de quem utilizará esse termo, conceituando-o a partir de sua ideologia.

O filósofo grego Aristóteles é um dos que determinou a conceituação da palavra *escravo*, visão que se consolidou na Idade Antiga e se concretizou na Idade Moderna, quando os escravizadores justificavam suas ações numa suposta superioridade natural. A visão aristotélica de mundo criou uma ideia escravocrata, centrada em raízes naturais e raciais do escravismo, partindo de uma sociedade hierarquizada, na qual seres humanos com qualidades

---

<sup>173</sup> LOVEJOY, op. cit., p. 30.

<sup>174</sup> BAKHTIN, Mikhail. *Estética e criação verbal*. São Paulo: M. Fontes, 2000; BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. 3: ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

<sup>175</sup> CARBONI; MAESTRI, op. cit., p. 12.



superiores dominaram e escravizaram os de baixa qualidade. Ao se referirem a essa temática, Maestri e Carboni escrevem:

A natureza criara as coisas diferentes, na procura da especialização, já que o melhor “instrumento” é o que serve para apenas uma “mister” e não para muitos. Assim sendo, seres de essências diversas complementar-se-iam cada um desempenhando a função para qual foi criado, pela natureza, na consecução de fins que lhe eram comuns. Ou seja, a escravidão garantiria a felicidade do senhor e do escravo, ou seja, do escravizador e do escravizado.<sup>176</sup>

Segundo a visão aristotélica, determinados homens e mulheres tinham características que os faziam naturalmente inferiores, sendo que esses seres eram escravos por natureza. Tal conclusão de Aristóteles se baseava na natureza (*physis*) e na função social (*dynamis*). Por sua própria natureza, o escravo é um homem que não pertence a si mesmo, mas para o outro. É uma propriedade e, como propriedade, sua função é a de ser um instrumento de trabalho.<sup>177</sup> Essa ideologia emergiu da realidade social da Grécia antiga, expressa por Aristóteles, que justificava o ato de escravizar numa visão hierárquica de mundo. Segundo o filósofo,

natureza, por assim dizer, imprimiu a liberdade e a servidão até nos hábitos corporais. Vemos os corpos robustos talhados especialmente para carregar fardos e outros usos igualmente necessários; outros, pelo contrário, mais disciplinados, mas também mais esguios e incapazes de tais trabalhos, são bons apenas para a vida política, isto é, para os exercícios da paz e da guerra.<sup>178</sup>

Nas línguas europeias, a categoria *escravo* consolidou-se como sinônimo de *servus*, que denominava o indivíduo escravizado, na Antiguidade, como é o caso de Roma.<sup>179</sup> Contudo, pode-se apontar como uma das possíveis explicações para a consolidação da categoria *escravo*, durante o processo em que Otão I, o “Grande” (912–973), duque da Saxônia, ocupou várias regiões da Europa, como a Itália, especificamente o Vêneto, com escravizados oriundos da Esclavônia (nos Balcãs, nas regiões da atual Sérvia), com a denominação étnica de *sclavu*.<sup>180</sup> Na Península Ibérica, os termos *captivus* ou *sarracenus* substituiu o termo *servus*, durante a guerra da Reconquista quando muitos muçulmanos foram

<sup>176</sup> Ibidem. p. 79.

<sup>177</sup> GOLDSCHMIDT, Victor. La teoria aristotélica: della schiavitù e il suo metodo. In: SICHIROLLO, Livio. *Schiavitù antica e moderna: problemi, storia, istituzioni*. Nápoles: Guida, 1979. p. 186.

<sup>178</sup> ARISTÓTELES. *A Política*. São Paulo: M. Fontes, 1998. p. 14.

<sup>179</sup> CARBONI; MAESTRI, op. cit., p. 85.

<sup>180</sup> Ibidem. p. 87.

reduzidos ao cativeiro.<sup>181</sup> Percebendo algumas modificações pelas quais passou a categoria analisada, utilizar-se-ão as seguintes determinações para conceituar os laços de dependência social intitulados como escravidão. O escravizado deve ser considerado como simples mercadoria, e a totalidade de seu trabalho deve pertencer ao senhor. O ganho que o escravo recebe, em forma de alimentos ou habitação, deve depender da vontade senhorial. E o *status* de escravo deve ser vitalício e repassado à geração seguinte.<sup>182</sup>

A existência de cativos numa determinada sociedade não determina, em regra, um modo de produção escravista. A escravização tinha uma importância marginal em determinados contextos sociais, sendo esses dominados por outras formas de exploração, como relações familiares, pajens, concubinos, etc.<sup>183</sup>

A partir dessas características, percebem-se nítidas diferenças entre os três períodos históricos e espaços geográficos que nos propomos a analisar: a história antiga, com o modelo de escravismo antigo desenvolvido na Grécia e em Roma; o período pré-colonial das comunidades aldeãs *bantu*, especificamente das regiões que compunham as formações sociais do *Ndongo* e do *Kongo*; e o sistema colonial desenvolvido pelos portugueses na América.

## 2.1.2 CONCEITO DE ESCRAVISMO ANTIGO

Um dos primeiros processos históricos apoiados na escravidão ocorreu na Antiguidade envolvendo os dois mais importantes centros políticos, econômicos e sociais do Ocidente, da época: Grécia e Roma. Baseados na mão de obra cativa, valendo-se da derrota e submissão de outros povos, dívidas e crimes cometidos, essa prática foi conhecida como escravismo patriarcal.

Ao analisar as características do escravismo, desenvolvido na Grécia antiga, é necessário uma revisão de como se organizava a sociedade grega, relacionada ao processo que resultou na escravidão. A civilização grega foi resultado da miscigenação cultural de diversos povos. Dentre esses, destacam-se os micênicos,<sup>184</sup> como grupo que contribuiu para a formação daquela sociedade. Suas práticas serviram de base para a formação da produção escravista grega.

<sup>181</sup> GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1980. p. 81.

<sup>182</sup> MAESTRI, Mário. *O escravismo antigo*. 11. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atual, 1994. p. 3.

<sup>183</sup> Cfe. aponta LOVEJOY, Paul E. *A escravidão na África: uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

<sup>184</sup> FLORENZANO, Maria Beatriz B. *O mundo antigo: economia e sociedade: Grécia e Roma*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 11.

A formação da sociedade micênica foi centralizada e dominada por um poder burocrático e centralizador, que fomentou a origem da posse privada e individual da terra, determinando a gênese de uma produção escravista.<sup>185</sup> Segundo fontes da época, havia um termo que designava os cativos presentes na sociedade, que era *doero/doera*, mais tarde, *doulos/doule*.<sup>186</sup> Esses se subdividiam em escravos *privados* e *divinos*. A primeira categoria se referia aos cativos pertencentes a particulares, e a segunda, aos que possuíam certos direitos de propriedade participativa.<sup>187</sup> No período homérico, a unidade econômica e social dominante era o *oikos* (célula de produção e consumo baseada na autoridade de um senhor). Nessa forma de organização social, o domínio da terra era fator que determinava o *status* social.<sup>188</sup> Os cativos foram componentes essenciais no *oikos*, trabalhando em conjunto com os senhores e seus familiares como trabalhadores temporários conhecidos como *tetas*. Eles participavam do *grupo familiar*, como membros submetidos totalmente à vontade senhorial, a uma carga de trabalho maior e a um menor nível de consumo. Coulanges afirma que

é necessário, que por algum meio o servo e escravo se tornem membros e parte integrante da família, o que se consegue por uma espécie de iniciação do recém-vindo no culto doméstico. Um costume curioso, que por muito tempo subsistiu nas casas atenienses, mostra-nos como o escravo entrava para a família. Faziam-no aproximar do lar, colocavam-no em presença da divindade doméstica, derramavam-lhe sobre a cabeça água lustral e faziam-no compartilhar com a família de alguns bolos e frutas.<sup>189</sup>

Para que o cativo desenvolvesse suas atividades juntamente com o grupo em que estava submetido, era necessário que ele, acima de tudo, estivesse integrado ao grupo familiar. Isso porque essa organização era basilar na sociedade antiga, fundamentada nas questões religiosas e políticas e nas relações sociais. Cabia, então, ao senhor do cativo, nesse caso, um pequeno proprietário, que seu escravo fosse inserido em seu grupo familiar, para realizar as tarefas necessárias.

Se fosse simpático ao amo, conheceria uma vida razoável. Podia acumular um pecúlio e chegar a possuir, até mesmo, escravos.<sup>190</sup> Porém, foi na Idade Clássica que a Grécia, no

---

<sup>185</sup> MAESTRI, Mário, op. cit., 1994. p. 10.

<sup>186</sup> Ibidem, p. 11.

<sup>187</sup> Ibidem, p. 12.

<sup>188</sup> Ibidem, p. 17.

<sup>189</sup> COULANGES, Fustel. *A cidade antiga*. São Paulo: Editora das Américas, 1961. p. 157.

<sup>190</sup> MAESTRI, op. cit., 1994. p. 41.

apogeu das cidades comerciais e, principalmente, em Atenas, que o escravismo alcançou seu auge. Aos cativos era destinada grande parte das atividades da sociedade grega, sendo, assim, uma fonte de renda senhorial era comprar escravos para alugá-los. Uma característica fundamental do escravismo grego era o pecúlio que permitia ao escravo envolver-se em transações comerciais.

Segundo Maestri, todas essas características apontam que, no escravismo grego, o trabalhador escravizado “não constituía uma categoria social desprovida totalmente de direitos. Na família senhorial, recebia um nome e era associado ao culto doméstico. Tinha geralmente, como já vimos, direitos de propriedade – o pecúlio”.<sup>191</sup>

Os cativos estavam presentes em todos os setores da sociedade grega. Na agricultura, servindo as famílias ou fabricando armas, eles cumpriam grande parte dos afazeres. Westermann aponta que

os escravos eram empregados em diversos setores da economia que variava muito de localidade em localidade. Em Corcira a maior parte da população escrava era empregada na agricultura. Em Creta, o cultivo dos campos foi responsável por um tipo de escravos chamado por Sócrates, de *afamiótai*, que aparecem nas leis de Gortina com *oikéis*, uma classe de escravos particulares, claramente distinto dos escravos que serviram nas famílias que viviam nas cidades, e beneficiados da vantagem de herdar a terra que cultivavam. Em Attica, em Corinto, e Megara, ao contrário, os escravos empregados na indústria superavam aos utilizados na produção agrícola. Nessa cidade-estado, é evidente, nesse período, um rápido desenvolvimento dos investimentos de capital em escravos como instrumentos de produção; eles ganhavam dinheiro com seus mestres para trabalhar com os empreiteiros, baseados num contrato. Paralelo a este sistema, ocorre uma especialização significativa, em algumas profissões. Autores clássicos demonstram presença de escravos nos serviços de transporte com mulas, com transportes de cobre, nos serviços de distribuição de unguentos; na fabricação artesanal de espadas, como fabricantes de escudos, como os trabalhadores têxteis (*fallatori*), ou como queimadores de carvão. (Tradução nossa)<sup>192</sup>

Como é possível constatar, a presença de mão de obra cativa era efetiva na sociedade grega. Inicialmente, na fase conhecida como escravismo patriarcal, estava direcionada às tarefas agrícolas. Com o advento das cidades e do comércio, a presença cativa se disseminou por todos os setores da sociedade, entretanto, a mão de obra livre coexistia, em muitos dos casos, nos mesmos espaços que o dos cativos.

<sup>191</sup> Ibidem, p. 29.

<sup>192</sup> WESTERMANN, W. L. Settori di impiego dello schiavo in Grecia. In: TRIGARI, Marisa. *Schiavitù società nel mondo antico*. Messina-Firenze: G. D’Anna, 1977. p. 43.

Durante o período conhecido como arcaico, a sociedade romana organizou-se a partir dos *gens*, isto é, da comunidade dos descendentes (reais ou socialmente aceitos) de um ancestral comum.<sup>193</sup> O domínio da terra pelos *gens* determinou a apropriação privada da terra, e a maior parte dos romanos tinha acesso a ela.

A exploração da terra pelos donos deixou a sociedade carecendo de mão de obra. Unido a esse anseio, o processo de endividamento dos camponeses pobres e patrícios submetia-os a um processo inicial de servidão. Sendo o débito superior a um mês, o indivíduo recebia uma ação executória conhecida como *manus iniectio*.<sup>194</sup> Se ele não conseguisse um fiador, era mantido acorrentado na casa de seu credor, resultando numa eventual compra ou manumissão.

Roma estava geograficamente posicionada num local privilegiado para o comércio e o contato com outros povos, por meio do mar Mediterrâneo. A possibilidade de obtenção de escravos estrangeiros facilitava a substituição, a servidão da população empobrecida, para o desenvolvimento da instituição escravista, há muito dominante em várias regiões da Grécia.

Como marcos do apogeu do escravismo antigo, podem-se citar o comércio internacional de cativos; em contato com povos *bárbaros*, os romanos os dominavam e os submetiam a um regime de escravidão. A concentração fundiária e o emprego crescente de cativos foram tendências próprias do mundo agrário nos dois últimos séculos da República e nos três primeiros do Império. Porém, disso não resultou o latifúndio escravista como empresa agrária dominante na Itália.<sup>195</sup> Pode-se denominar essa relação de dependência, como escravidão-mercadoria,<sup>196</sup> sendo suas principais características a difusão do comércio e a concentração de riquezas em algumas cidades-Estados, que resultavam na propagação da instituição escravista.

Podia-se acolher o estrangeiro, velar por ele, até mesmo estimá-lo, se fosse rico ou honrado; mas não se podia dividir com ele a religião ou o direito. O escravo, de certo modo, era bem tratado, porque, sendo membro de uma família, de cujo culto participava, estava ligado à cidade por intermédio do dono; os deuses o protegiam. Por isso a religião romana afirmava que o túmulo do escravo era sagrado, e que o mesmo não acontecia com o estrangeiro.<sup>197</sup>

---

<sup>193</sup> Ibidem, p. 34.

<sup>194</sup> Ibidem, p. 38.

<sup>195</sup> Ibidem, p. 41.

<sup>196</sup> GUARINELLO, Norberto Luiz. Escravos sem senhores: escravidão, trabalho e poder no mundo romano. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 26, n. 52, p. 231, 2006.

<sup>197</sup> COULANGES, op. cit., . p. 264.

Na sociedade romana, a naturalidade era algo fundamental, pois determinava a condição social que o indivíduo poderia ou não ocupar. Nesse caso, o cativo tinha uma condição privilegiada em relação aos estrangeiros. Isso porque, mesmo não sendo natural do Império, a partir do momento em que integrava uma família, ele estava ligado política e religiosamente à cidade.

Segundo a historiografia consultada, não houve latifúndios contendo um número significativo de escravos. Isso decorria das desvantagens da organização, dos feitores e da organização do trabalho dos cativos em mantê-los submissos; impunha desvantagens a esse modelo de estrutura fundiária. O trabalho escravo ocorreu junto com o trabalho livre em Roma podendo um cativo combinar com o senhor o pagamento de uma renda fixa periódica. Isso gerou uma instituição conhecida como pecúlio, bens que o senhor reconhecia como pertencentes ao cativo.

### 2.1.3 PRÁTICAS SERVIS NÃO ESCRAVISTAS

Para objetivarmos a análise das práticas servis não escravistas, cabe definir o conceito de comunidades aldeãs *bantu*. Ao referir-se a elas, se fará menção à população que vivia no território que abrangia o *Kongo* e o *Ndongo*.

A organização familiar *bantu* se apoiava no sistema da matrilinearidade ou patrilinearidade, havendo a coexistência dos dois regimes em alguns casos. O homem de língua *bantu* não conhecia uma consciência individual plena, sendo impossível separar a dimensão social da dimensão individual, posto que - as duas dimensões se situavam na mesma realidade.<sup>198</sup>

Sendo indissociáveis, e o individual do coletivo, ao referir-se à inexistência das práticas escravistas nas comunidades linhageiras pré-coloniais, Meillassoux afirma:

---

<sup>198</sup>

CAPELA, José. *O tráfico de escravos nos portos de Moçambique*. Porto: Afrontamento, 2002. p. 12.

Uma característica que aparecerá em todas as formas de escravidão, um traço que é a sua própria essência: a incapacidade social do escravo de se reproduzir socialmente, isto é, a incapacidade jurídica de ser parente. Essa incapacidade que é a condição orgânica virtual da exploração do trabalho na economia doméstica, fará portanto da escravidão a antítese do parentesco, e o meio legal da subordinação do escravo em todas as formas de escravagismo, mesmo quando o escravo não é explorado como trabalhador produtivo. Mas ao contrário, do que se observa na sociedade doméstica, essa condição é, na economia escravagista, a de uma classe reproduzida por meios institucionais e não a de alguns indivíduos ocasionalmente explorados. Só há escravidão como modo de produção, se se constitui uma classe distinta de indivíduos, com um mesmo estado social e renovando-se de forma contínua e institucional, de tal sorte que as funções que essa classe realiza estando garantidas de modo permanente, as relações de exploração e a classe exploradora que delas se beneficiam também se reconstituem regular e continuamente. [...] as condições de uma renovação constante de estranhos celibatários na sociedade doméstica são incompatíveis com a sua constituição. A reprodução de escravos por crescimento genésico se choca com impossibilidades orgânicas e práticas. Impossibilidade orgânica pelo fato de que, para ser explorado, o “estranho” é colocado na incapacidade de se reproduzir socialmente enquanto categoria social distinta; impossibilidade prática também, pois uma tal reprodução supõe, demograficamente, um contingente mínimo de subjugados bem superior aos contingentes habituais de cada comunidade doméstica.<sup>199</sup>

Percebe-se que a escravidão é a antítese do parentesco e das relações linhageiras, já que o indivíduo passa a ser propriedade subordinada ao seu dono. Valendo-se desse argumento, justifica-se a inexistência de escravidão, nas comunidades domésticas analisadas, percebendo que a base de sua organização centrava-se na coletividade e na relação constante, entre os indivíduos, inseridos nesses espaços. Logo, não é possível aplicar a categoria escravidão no referido processo, pois seria necessário que houvesse um advento do estranho absoluto ou do não parente<sup>200</sup> nessas sociedades *bantu*, o que ocorreu apenas com a dominação europeia.

Destacou-se o papel desempenhado pelas mulheres nas comunidades aldeãs *bantu*. Devido à necessidade de manter e aumentar o número de integrantes das comunidades, as mulheres engravidavam em continuação, o que lhes dificultava buscarem a caça e fazer a coleta em regiões distantes, tarefa voltada aos homens. Por motivo de segurança, as mulheres, valorizadas por sua capacidade reprodutiva, não se afastavam das aldeias. Devido a isso, as mulheres tinham um contato íntimo com o meio ambiente, as plantas e as estações, o que acabou se revertendo no processo de início das práticas agrícolas.

<sup>199</sup> MEILLASSOUX, op. cit., 1995. p. 28.

<sup>200</sup> Ibidem, p. 31.



Os fatores apresentados se relacionam diretamente com as práticas *servis* nas dinâmicas sociais da África pré-colonial. Essa discussão é controversa, pois foi criada uma visão contraditória a seu respeito. De um lado, havia os defensores das colônias europeias, que justificavam o sistema escravista colonial, a partir de pretensa pré-existência de práticas escravistas africanas. De outro lado, os que negavam a existência de qualquer prática escravista no período anterior ao domínio colonial; esse sistema foi responsável por toda a dinâmica escravista no território africano. Costa e Silva na obra: *A manilha e o Libambo* aponta que

não havia uma classe escrava no Congo, antes da chegada dos portugueses, mas, sim, um grupo servil transitório – gente de origem estrangeira, capturada na guerra ou em razia, criminosos proscritos ou retirados da sociedade, pessoas que tinham perdido a proteção dos seus ou incorrido em fortes dívidas. Eram escravos mas os seus filhos ou netos tinham por destino ser absorvidos na sociedade, ainda que de modo parcial, pois formariam um ramo inferior, de ex-escravos, da linhagem do antigo dono.<sup>201</sup>

Dentre as relações sociais existentes nas comunidades aldeãs *bantu*, estavam práticas *servis* não escravistas, ou seja, incompletas, já que o atributo primário – o ser propriedade pessoal – não se desdobrava em atributos derivados da perpetuidade ou hereditariedade.<sup>202</sup> Categorizam-se como práticas, porque não havia uma uniformidade nessas instituições, diferentemente, por exemplo, do modo de produção escravista colonial, com forte uniformidade e fins econômicos. As pessoas eram transformadas em cativos basicamente devido a algum crime, dívida, venda, captura, etc. Após isso, podiam ser mortos cerimonialmente, como em alguns casos, ou incorporados à comunidade doméstica ou de linhagem, em situação de subordinação ao patriarca.

Alguns autores identificam incorretamente essas práticas como escravidão colonial, ou como escravidão doméstica, o que é contraditório, pois esta última não constituía igualmente escravidão plena. Comumente, esses agregados, que eram indivíduos que estavam temporariamente com sua liberdade cerceada, tinham famílias e cultivavam a terra, devendo, porém, pagar tributos aos patriarcas.

---

<sup>201</sup> SILVA, op. cit., p. 369.

<sup>202</sup> Ibidem, p. 62.



Destaque-se que, na segunda ou terceira geração, os descendentes desses agregados eram incorporados à comunidade como homens livres. Segundo Capela,

ao longo das gerações os cativos e seus descendentes iam-se progressivamente integrando na linhagem do captor. Com o advento do tráfico a longa distância, os raptos, nomeadamente os raptos de mulheres que se destinavam à incorporação na linhagem dos raptos, passaram a ser feitos para venda à exportação.<sup>203</sup>

Com a chegada dos portugueses nas regiões onde se localizavam o *Kongo* e o *Ndongo* houve uma alteração significativa nos quadros políticos, econômicos e nas relações de dominação que deixaram de ser práticas servis não escravistas. Invertendo essa lógica, o domínio luso aplicou um sistema uniforme, baseado na coisificação dos indivíduos africanos, na organização de um sistema de tráfico escravista e na apropriação total do sobretrabalho realizado pelos cativos.<sup>204</sup>

Inicialmente, os portugueses desenvolveram uma lógica de dominação balizada numa relação “amistosa” com os líderes ou reis das comunidades *bantu* existentes, estabelecendo relações de confiança que, posteriormente, lhes possibilitassem desenvolver a lógica colonial pretendida. No *Kongo*, as relações entre portugueses e *manikongos* estariam centradas na conversão ao Catolicismo, como foi o caso do *manikongo Nsoyo*, que, convertido ao catolicismo, recebeu o nome de Dom João I, quando foi batizado. Outra característica disseminada pelos portugueses era a propagação da violência por meio das campanhas militares visando enfraquecer as aldeias, para angariar cativos. A carta datada de 3/10/1583 e escrita na “Casa de Loreto”, assim se refere:

Este año em que agora estamos te(m) os nossos conquistado me(i)o Reino de Angola e desbaratado quatro guerras do proprio Rei e lhe te(m) morto muitos milhares de vassalos e tomadas as minas de sal. De outra guerra trouxeram 619 narizes de cabeças que cortaram, e em outra foram tantas os mortos, que dizem não pode(m) andar senão por cima delles.<sup>205</sup>

<sup>203</sup> CAPELA, op. cit., 2002. p. 14.

<sup>204</sup> LOVEJOY, op. cit., p. 40.

<sup>205</sup> BRÁSIO, op. cit., p. 248. v.3.

Esse exemplo de violência desenvolvido pelos portugueses na África demonstra as diferenças explícitas entre o escravismo colonial e as práticas desenvolvidas anteriormente pelos africanos. Não havendo uma uniformidade nas relações de dominação entre patriarcas e cativos, uma vez que os bens produzidos pelos indivíduos dominados não eram comercializáveis, seu estado, em muitos casos, não se transferia às gerações seguintes, e sua economia era predominantemente natural; aí cabe uma diferenciação com o sistema colonial escravista, pois as condições africanas não podiam determinar e justificar as práticas colonialistas nem mesmo ser categorizadas como um modo de produção escravista ou de relações escravistas concretas.

#### **2.1.4 SISTEMA COLONIAL ESCRAVISTA**

A ação expansionista portuguesa, a partir do século 14, desenvolveu muitas ações para ampliar seus domínios políticos e econômicos, sendo o continente africano um dos espaços propícios para a aquisição de riquezas materiais e humanas. A lógica mercantilista alterou profundamente a dinâmica organizacional das inúmeras etnias que viviam na África e tiveram seus hábitos e práticas profundamente modificados pelo processo exploratório lusitano.

Uma alteração profunda ocorrida no continente africano, com a chegada dos portugueses foi a movimentação de cativos de uma aldeia para outra ou de produção e distribuição de cativos. No período anterior ao domínio colonial, homens e mulheres deixavam sua aldeia para imergirem em outras como agregados ou esposas.<sup>206</sup> A principal consequência desse processo foi que esses indivíduos (que passavam a compor uma nova aldeia), deveriam produzir mais, destinando o excedente ao patriarca ou ao esposo. Entretanto, quando o cativo era encaminhado à América, ele se tornava um produto de troca, sendo sua identidade relegada. Esse processo alterou profundamente as comunidades aldeãs, despovoando imensas regiões da África.

---

<sup>206</sup>

MAESTRI, Mário. *O escravismo no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Atual, 1998. p. 43.

A compreensão desse momento histórico também demanda a análise da relação que Portugal manteve com as práticas escravistas. Desde os tempos pré-românicos, constata-se a presença de escravidão em Portugal. A instituição se manteve, em forma subordinada, ao longo do Império Romano, perdurando durante o Reino Visigodo, mas diminuído com o processo de feudalização da sociedade europeia.<sup>207</sup> Partindo dessa observação, Capela afirma:

Nos séculos XII e XIII ao comércio dos escravos fazia-se por todo o país e era semelhante a do gado cavalari. A escravatura viria a manter-se até os tempos modernos. Quando os portugueses passaram ao continente africano, levaram, portanto, consigo, uma experiência e um proveito da escravatura, que bem conheciam. O fazer escravos nada tinha de novo para a aventura que começava.<sup>208</sup>

Havendo essa *herança* escravocrata portuguesa, desenvolvida ao longo de vários séculos, com a centralização monárquica do século 14,<sup>209</sup> juntamente com o processo das grandes navegações, que se desenvolveu nos séculos seguintes, a dominação e, conseqüentemente, a escravização dos povos africanos, fez parte da lógica do processo desenvolvido por Portugal em diversas regiões africanas.

É importante destacar, que não será percebida, no Brasil, uma transposição do modo de produção português. A escravidão existente em Portugal há muitos séculos, durante a Idade Média, era um sintoma, porém não indicava a tendência fundamental no desenvolvimento da formação social portuguesa. Além disso, é importante perceber que o modo de produção feudal, dominante em Portugal na época, também não se transferiu ao Brasil.<sup>210</sup> O modo de produção escravista colonial tinha características novas, desconhecidas pela humanidade, pelo fato de não ter relação comum com o escravismo antigo, muito menos uma síntese das relações políticas e econômicas desenvolvidas na sociedade portuguesa do século 14.

Gorender, em sua obra *O escravismo colonial*, propõe que a escravidão colonial fez parte de todas as sociedades americanas, sendo o Brasil o local onde esse sistema encontrou maior desenvolvimento pelas características geográficas; pela variedade de produtos; pelo

<sup>207</sup> CAPELA, José. *Escravatura, conceitos: a empresa do saque*. 2. ed. Porto: Afrontamento, 1978. p. 40.

<sup>208</sup> Ibidem, p. 41.

<sup>209</sup> TOMA, M. História, legislação e degredo em Portugal. *Justiça & História*, Porto Alegre, v. 10, n. 5, p. 51-92, 2005. p. 58.

<sup>210</sup> GORENDER, op. cit., p. 54.

número de cativos importados; etc.<sup>211</sup> Por esse fator, utilizaremos o Brasil como modelo de implantação e desenvolvimento do sistema escravista colonial a ser analisado.

A possibilidade de utilização do trabalho livre no Brasil, como ação econômica mais rentável em uma economia de mercado, não foi possível pela abundância do fator terra. Seria impossível impedir que os trabalhadores assalariados se apropriassem de uma pequena extensão de terra, desenvolvendo atividades de subsistência, ao invés de atividades voltadas ao mercado. Segundo Novais:

Isto resultaria em uma produção desvinculada da economia do centro metropolitano, mas simplesmente a transferência de parte da população europeia para áreas ultramarinas, e a constituição de núcleos autárquicos ou quase autárquicos de economia de subsistência em contradição as necessidades e estímulos da economia lusa em expansão.<sup>212</sup>

Salientou-se, erroneamente, durante muito tempo, que a baixa população portuguesa foi responsável pela inserção do trabalho escravo no Brasil,<sup>213</sup> pois a intenção efetiva não era povoar a colônia, mas explorá-la. No processo inicial da colonização do Brasil, os portugueses escravizaram os indígenas. Porém, por fatores ligados à baixa imunidade; às características culturais desses povos, que eram caçadores e coletores, não acostumados a desenvolver trabalhos contínuos e em locais fixos e, principalmente, pelo fato de o continente africano já ter sido explorado e dispor de milhões de indivíduos para serem escravizados, bem como pelo aparato comercial e mercantil, que traria grande lucro aos portugueses, o trabalho escravo indígena foi substituído pelo africano, absorvendo, assim, recursos humanos pela expansão ultramarina,<sup>214</sup> iniciando o tráfico de escravos.

Uma das características do sistema escravista colonial foi a desumanização do indivíduo escravizado, que passa a ser um objeto de mercado, sob o comando de seu senhor. Sua cultura e identidade são relegadas, sendo imposto, a esses, padrões da classe dominante. Destaca-se o apoio da igreja católica, que, em conjunto com as potências europeias, beneficiou-se do processo de escravização dos africanos.<sup>215</sup>

<sup>211</sup> MAESTRI, Mário. O escravismo colonial: a revolução copernicana de Jacob Goreneder. *Revista História & Luta de Classes*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 77-102.

<sup>212</sup> NOVAIS, Fernando A. O Brasil nos quadros do antigo sistema colonial. In: MOTA, Carlos Guilherme. *Brasil em perspectiva*. 11.ed. São Paulo:Difusão Europeia, 1971, pp. 47 – 63. p. 59.

<sup>213</sup> FREITAS, Décio. *O escravismo brasileiro*. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991. p. 19.

<sup>214</sup> GORENDER, op. cit., p. 125.

<sup>215</sup> BOXER, Charles R. *A igreja militante e a expansão ibérica – 1440 – 1779*. São Paulo: Companhia das

O sistema colonial escravista desenvolveu-se a partir do baixo desenvolvimento das forças produtivas,<sup>216</sup> sendo que grande parte da produção foi desenvolvida pela agricultura, como é o caso das fazendas de açúcar, de algodão, de fumo, de café, etc. Como catalisadoras dessa produção, estavam as plantagens, onde coexistiam o latifúndio, a escravidão e a monocultura.

Durante mais de três séculos, a produção social e econômica do Brasil esteve centrada no sistema colonial escravista, sendo o Brasil o último país do Ocidente a abolir a escravidão. As características desse sistema foram decisivas para que as relações capitalistas, balizadas na industrialização e na mão de obra livre, fossem tardiamente implementadas no Brasil.

Ao analisarmos as especificidades da aplicação do conceito de escravidão em três recortes com espacialidade e temporalidade distintas, é possível perceber como essas relações se constituem, podendo resultar numa sociedade onde as bases econômicas e sociais estejam fundamentadas no trabalho escravizado, como é o caso do escravismo colonial no Brasil.

No caso greco-romano, a partir da propriedade privada da terra, iniciaram-se as relações escravistas. O *status* de escravo era imposto, normalmente, aos derrotados em conflitos militares, devedores e criminosos. Esse processo também ficou conhecido como escravismo patriarcal, quando o trabalho livre e o escravo coexistiam, sendo essa situação determinada por questões legais, diferentemente do que ocorria no continente africano, anteriormente à colonização dos europeus.

As sociedades aldeãs de base (modo de produção segmentada ou doméstica) pré-classistas não conheciam a propriedade privada da terra e apresentavam baixo desenvolvimento nas relações mercantis. Isso acarretou relações de dominação conhecidas como práticas servis não escravistas, modificadas completamente com a exploração colonialista europeia, que utilizou o escravismo para fins mercantis, desestruturando completamente as relações sociais e econômicas daquela sociedade aldeã.

No caso do escravismo desenvolvido pelos europeus na América, mais especificamente no Brasil, constata-se um aprofundamento das relações escravistas, baseadas nas imposições cultural, social e econômica, resultando num modo de produção conhecido como sistema escravista colonial que tinha como catalisador o modelo da plantagem, em que vigoravam o latifúndio, a escravidão e a monocultura.

---

Letras, 2007.

<sup>216</sup> GORENDER, op. cit., p. 101.

### **3 RELAÇÕES SOCIAIS, POLÍTICAS E ECONÔMICAS ENTRE A ELITE LUSA E A ELITE KONGOLESA E DO NDONGO**

Ao analisar a conjuntura política, social e econômica, resultantes do contato e das relações entre os portugueses e os povos que viviam na região, se utilizará a trajetória de *Nzinga Mbandi*, que servirá como instrumento importante para entender essas dinâmicas. Também serão analisados alguns nobres convertidos do *Kongo* e suas ações como líderes políticos, e também, suas relações com os portugueses.

*Nzinga Mbandi* destaca-se como líder política, tendo sido líder do *Ndongo* e de *Matamba*. Porém, não bastando sua perspicácia como estrategista política e destemida nos conflitos militares, ela manteve uma relação tênue, ao longo da história, entre aldeias da região, e os dominadores europeus, destacando, principalmente, os portugueses e holandeses.

A utilização de *Nzinga* como fio condutor dessa análise, entre as relações de dominação lusa e a sujeição da população africana, foi proposital, pois ela ocupou uma posição controversa; ora ia ao encontro dos interesses *bantu*, ora se aproximava dos desejos coloniais europeus.

#### **3.1 ESTADO DO KONGO: SUCESSÕES E RELAÇÃO COM OS PORTUGUESES**

Dom João I batizou-se juntamente com sua esposa e alguns filhos, porém um dos hábitos *bantu* comuns era a poligamia. Essa prática contrariava os costumes cristãos, porém, mesmo assim, o suserano resistiu em segui-los. Esse foi um dos fatores que acabou afastando-o do catolicismo, contribuindo para que ele seguisse alguns de seus ritos e costumes tradicionais.

Apesar de esse ato o afastar dos interesses que os portugueses e, conseqüentemente, a igreja católica tinha que disseminar o catolicismo, outras ações eram concretizadas, a fim de

que esse objetivo fosse alcançado com êxito. No ano de 1504, é possível perceber o envio de religiosos e letrados ao *Kongo*, por Dom Manuel (1469–1521), como segue:

El Rey Dom Manuel era de sua natural codiçam religioso, e em todos seus negócios, há primeira cousa de que sempre tratava, era do serviço de Deos, e doutrina de sua santa fé, do qual zello movido determinou no anno de MDIII mandar homes letrados na sacre theologia, aho Regno de Congo, como hos quaes mandou mestres de ler, e escrever e outros pela lá ensinaré ho canto chão de egreja e musica do canto dorgão  
...

Pelo elevado número de habitantes da região e o número reduzido de representantes da coroa portuguesa, era necessário que a igreja católica cumprisse seu papel, que era de catequizar e disseminar os novos hábitos religiosos entre a população. Para isso, procurou se adaptar às concepções religiosas da realeza, que reproduziam costumes locais, conhecidos como *nkisi*. Visando a ganhar o apoio da população local, eles se utilizavam de termos e expressões para nomear suas práticas; como exemplo, citamos a palavra *nkisi*, utilizada pelos portugueses como sinônimo de sagrado. Os religiosos chamavam as igrejas de casa do *nkisi*, a bíblia de livro do *nkisi*.<sup>217</sup>

Foram inúmeros os hábitos e costumes que os portugueses trouxeram para o cotidiano do *Kongo*, no período que dominaram a região. O cristianismo, novas formas de vestir, a língua, suas práticas econômicas, sociais e políticas são alguns. Esse processo de europeização contribuiu para que as pessoas ligadas aos poderes local e central do *Kongo* quisessem se portar e vestir como os europeus, abrindo um mercado de chapéus, cetim, veludos, sapatos e capas que vinham diretamente de Portugal.<sup>218</sup>

Nas questões políticas, uma característica que implantaram, foi a noção de primogenitura<sup>219</sup> que acabou sendo introjetada pela elite *kongolesa*. E foi nisso que filho mais velho de Dom João I, *Mvemba Nzinga*,<sup>220</sup> porém sua mãe não pertencia a nenhuma linhagem

<sup>217</sup> VANSINA, op. cit., p. 656.

<sup>218</sup> SILVA, op. cit., p. 373.

<sup>219</sup> Ibidem. p. 366.

<sup>220</sup> CAVAZZI, op. cit., p. 485. v. II.

*muissiconga*. Ele se valerá de sua primogenitura, para ascender ao poder, a partir da morte de seu pai em 1506.<sup>221</sup>

As histórias que remetem à fundação e as posteriores sucessões no poder no *Kongo* demonstram disputas, em alguns momentos, acirradas e violentas, causando conflitos, e desmembramentos políticos e econômicos, de regiões que não aceitavam e não reconheciam o poder nas mãos de determinado soberano. Porém é evidente que, com o domínio colonial português, o poder político, somado ao poder econômico, tornou-se preponderante. Era função do *manikongo* efetuar contatos e acordos com os portugueses, lucrando grandes quantias com o tráfico de cativos e a exploração de matérias-primas necessárias aos portugueses. As disputas entre os irmãos e demais descendentes do rei eram fratricidas.

*Mpanzu a Kitima*, ou *Panso Aquitimo*<sup>222</sup> era o filho de D. João I que não aceitou ser convertido ao catolicismo. Quando seu pai faleceu, ele quis tomar o trono, porém seguindo a lógica de primogenitura, era seu irmão mais velho *Mvemba Nzinga* que deveria permanecer no poder. Entre eles ocorreu um período de disputa, que acabou sendo vencido pelo irmão mais velho.<sup>223</sup> Segundo as fontes, ele, pessoalmente, teria executado seu irmão afastando qualquer possibilidade de que ele tomasse o poder.<sup>224</sup>

Então *Mvemba Nzinga* tomou o poder oficialmente em 1506, tendo permanecido no posto até 1543, foi o soberano que ficou no poder, por mais tempo, no *Kongo*. Inicialmente, ele enfrentou a resistência de alguns líderes políticos das províncias, cabendo uma política conciliatória, através da distribuição de bens e riquezas que ele recebia em tributos. Concretizando uma espécie de rede de apoio mútuo, ele repartia, entre os chefes dos distritos, parte dos tributos que recebia, sendo que esses repassavam o que restava aos líderes das aldeias. Além dessa ação, procurava estabelecer uma relação de troca entre produtos excedentes numa região e não existentes em outra, o que acabava dinamizando a economia local e fidelizando a relação da aristocracia local com a sua figura. Segundo o documento intitulado reinado de D. Afonso I do Congo de 1493 a 1543,

---

<sup>221</sup> Idem.

<sup>222</sup> BRÁSIO, op. cit., p. 141. v. 1.

<sup>223</sup> VANSINA, op. cit., p. 563.

<sup>224</sup> SILVA, op. cit., p. 367.



a qual Nosso Senhor deo tanta vida naquelle estado Real, que regnou sincoenta e tantos annos, e faleceo em idade de oitenta e sinco; e em todo o tempo, depois que recebeo a Fé, té o ultimo dia de sua vida, mostrou não sómente virtudes de Christianismo Principe, mas ainda exercitou officio d'Apostolo, prégando, e convertendo per si grande parte do seu povo, zelando tanto a honra de Deos, que neste exercicio empregou o mais de sua vida [...] apprehendeo a ler a nossa linguagem, e estudava per a vida de Christo, e seus Evangelhos, vidas dos Sanctos, e outras doutrinas Catholicas, que elle com alguma ensinança dos nossos Sarcedotes podia apprehender , declarando tudo áquelle seu barbaro povo. Mandou tambem a este reyno de Portugal filhos,netos, sobrinhos, e alguns moços nobres apprehender letras...<sup>225</sup>

Nesse documento que compõe o primeiro volume da *Monumenta missionária africana*, percebe-se como a relação entre D. Afonso (figura 11) e a coroa portuguesa era íntima. Tendo sido assinado por João de Barros, o relato é bastante generoso ao caracterizar o nobre *kongolês*, com inúmeras características e qualidades importantes e, dentre essas se destaca o seu ofício de *apóstolo* do catolicismo, convertendo um grande número de fiéis.

---

<sup>225</sup>

BRÁSIO, op. cit., p. 146. v. 1



Figura 7 Brasão de D. Afonso I, rei do Congo. In.: DELGADO, Ralph. História de Angola – Primeiro período e parte do segundo, 1482 a 1607. S.l.: Banco de Angola, s.d. v.1. p. 111.

Tamanha era a íntima relação com a coroa lusa que o *manikongo* enviava seus filhos, netos e parentes para estudarem em Lisboa. Fruto desse processo resultou que seu filho D. Henrique foi estudar na Europa e sagrou-se bispo em Roma. Ele esteve à frente da Igreja do Kongo de 1518 a 1536.<sup>226</sup> Conforme solicitação de D. Álvaro,

<sup>226</sup>

VANSINA, op. cit., p. 657.

com efeito, em 1512, escreveu uma carta a Júlio II, submetendo-se à Cristandade e apresentando, como seus representantes, D. Henrique, seu filho, educado em Portugal, onde se encontrava, e D. Pedro de Souza, seu primo. O primeiro transporte escolhido para a partida de D. Pedro foi um dos navios da expedição de Simão Silva. Todavia, logo que o fidalgo se aproximou do litoral, para embarcar, alguns clérigos do donatário de São Tomé e Fr. Nuno, que iam à sua frente fizeram sair o navio sem ele, o que deveras o consternou.<sup>227</sup>

No período em que D. Afonso esteve no poder houve um verdadeiro “aportuguesamento” das relações políticas e das instituições que compunham essa formação social. Simão Silva foi enviado de Portugal como conselheiro do rei do *Kongo*, portador do Regimento de 1512 que passava a intitular de condes, marqueses, duques os antigos chefes de linhagem, das regiões que faziam parte do *Kongo*.

A introdução da escravidão nas regiões de abrangência do *Kongo*, voltada ao tráfico internacional de escravos, fomentava o envolvimento dos líderes regionais nesse processo. Porém isso causava problemas a D. Afonso, que dessa forma não centralizava a cobrança de impostos e o monopólio comercial da escravidão, gerando-se um precedente para o contrabando e o seu enfraquecimento político.

Para garantir a segurança do *Kongo* contra possíveis invasores estrangeiros e povos que viviam em suas fronteiras, os reis que se sucederam no poder organizaram uma guarda real que cumpria o papel de ser a única força permanente no local, contando com cerca de 16 mil a 20 mil escravos no fim do século 16.<sup>228</sup>

Um problema que atrapalhava a relação entre o *manikongo* e a nobreza portuguesa era a dificuldade de contato, através de ofícios, cartas e recados que permitissem a troca de informações entre as partes interessadas. D. Afonso, em carta a D. João III, rei de Portugal, em 17/12/1540, dizia:

Muitas vezes escrevemos a v.a. pera nos navios que vem lhe enviamos nossas cartas de todo ho que há que quá passou; quãdo queremos despachar cõ ellas algu nosso criado, já ne há navio nem per quem se mandem. Foy tempo em que os pilotos e capitães dos navios quamdo vinha a este nosso reyno e porto tinham hu bem enssinado comprimetõ cõ nosquo, que tamto que o vaio chegava nos enviavã recado se alguã cousa vem, nem serviço do dito navio

<sup>227</sup> Ibidem, p. 137.

<sup>228</sup> Ibidem, p. 654.

compria. [...] Pedimos a v. a. por mercê o proveja de maneira que v. a. seja servido.<sup>229</sup>

No ano de 1534 foi fundada a diocese de S. Tomé e Congo, colocando a região em contato ainda mais intenso com as congregações da igreja católica. D. Afonso faleceu em 1543 e após sua morte, ocorreu um processo complicado de sucessão. Posteriormente, se revezaram no poder dois soberanos que reinaram por pouco tempo: D. Pedro, *Nkanga Mbembe* ou *Nkanga- a- Memba* (1543-1544), filho de D. Afonso, e, logo após D. Francisco, *Mpudi Nzinga*,<sup>230</sup> que permaneceu poucos dias no poder, sendo destronado pelo seu primo Diogo, *Nkumbi Mpudi*.<sup>231</sup>

Durante o reinado de D. Diogo, ele ampliou as fronteiras do *Kongo*, sofrendo oposição dos comerciantes das ilhas de São Tomé que se sentiram prejudicados com essa ação. Foram anexadas no *Kongo* as regiões, ao norte do rio Zaire, as terras dos *panzualumbos*, e as regiões de *Angoio (Ngoyo)*, *Cacongo (Kakongo)*, *Vungu* e *Macoco*; a leste de São Salvador, as chefias *Sossos* e *Sucus*; e, na direção sul, a terra dos *ambundos* de *Matamba* e de *Angola a Quiluanje*. Abaixo seguem produtos que os *kongoleses* adquiriam das ilhas de São Tomé Os congueses forneciam marfim, cobre, panos de palma e escravos; os portugueses traziam alimentos, bebidas, tapeçarias, contaria, vidraria, louças, cutelaria, fazendas e conchas brancas, correndo estas como dinheiro.<sup>232</sup>

O descontentamento das lideranças da ilha de São Tomé consistia no fato que, tendo ampliado suas bases para novas regiões, muitos desses produtos não necessitariam mais ser adquiridos, mas explorados nas regiões que compunham o reino, a partir da anexação.

Segundo fontes, D. Diogo não era um bom cristão, pois mantinha contatos próximos com as práticas religiosas locais. Trecho da carta do padre Jorge Vas, ao Capitão de São Tomé, em 11/2/1549, fazendo uma reclamação de D. Diogo, pode ser apreciada:

também me escreverão e ysto afirmadosse ser assy, que muytas noites vay a cassa do mulato Luiz Pires que agora hé sua alma, e aly come marmeladas e folgua e

<sup>229</sup> BRÁSIO, op. cit., p. 104. v. 2

<sup>230</sup> SILVA, op. cit., p. 384.

<sup>231</sup> Ibidem. p. 384.

<sup>232</sup> DELGADO, op. cit., p. 103.

nestas cousas e outras semelhãtes se exercita a gravidade de hu Rey que se preza muyto do nome de christianismo; muy necessário parece ser que elRey nosso Senhor acuda cõ rigor a estas cousas, pois o tratalos sua alteza atee aguora com tantos mimos e regalos, es tem posto no cume da soberda.<sup>233</sup>

O padre Jorge Vas desaprovou a relação de D. Diogo com um *mulato*, que recebera sua visita e, ao comer *marmelada*, estaria se colocando numa situação semelhante ao súdito, algo não conveniente, segundo o religioso.

O soberano encontrou problemas na administração nas áreas anexadas ao *Kongo*, quando o suserano do *Ndongo, ngola* passou a desobedecer rotineiramente às suas normas, tendo, então, iniciado um conflito militar, quando D. Diogo foi derrotado. Essa vitória consolidou a independência política do *Ndongo*, tornando-o desanexo do *Kongo*.

Com a morte de D. Diogo em 1561, seu filho Afonso II assumiu o poder, aclamado pelos portugueses, porém foi assassinado durante uma missa, por um de seus irmãos, D. Bernardo que governou o *Kongo* de 1561–1567. Em mais um momento, nos processos sucessórios, se percebe que as rivalidades entre irmãos levam a conflitos que podiam eclodir em homicídios. Um dos motivos da disputa era a avidez por riquezas, originárias de parcerias e contratos entre o *manikongo* e os representantes da coroa portuguesa, nos processos de exploração de matéria-prima e escravos. Foi o que ocorreu no reinado de D. Bernardo, quando alguns governadores das províncias quiseram romper os vínculos de vassalagem com *manikongo*, e esse, por não aceitar, reagiu a essa ação de sublevação.

Além da instabilidade com os líderes locais, em 1567, o *Kongo* foi invadido pelos *Jagas*. Diante de tantos conflitos, o rei acabou sendo morto em 1567.<sup>234</sup> Fatos semelhante ocorreu com D. Álvaro, seu filho, no ano seguinte. O acontecimento que levou os *Jagas* a ocuparem o *Kongo*, provavelmente, se refere a sucessivas secas que os fizeram buscar uma região com melhores condições de vida.<sup>235</sup>

Nesse momento de total instabilidade D. Álvaro I (1568–1587) assumiu o poder, encontrando a cidade de São Salvador totalmente destruída. Esse fato o obrigou a fugir com sua família para a ilha dos Cavalos e solicitar ajuda dos portugueses para expulsar os *Jagas*.

<sup>233</sup> BRÁSIO, op. cit., p. 229. v. 2

<sup>234</sup> SILVA, op. cit., p. 389.

<sup>235</sup> Ibidem. 390.

Coordenados pelo líder português Francisco de Gouveia, liderando mais de 400 soldados conseguiu expulsá-los em 1570.

Com o passar do tempo, D. Álvaro retomou ao controle do *Kongo*, fortalecendo seus partidários, convertendo um grande número de aliados e neutralizando seus adversários. O soberano Álvaro faleceu em 1587: e sucedeu-o seu filho Álvaro II (1587–1614). Álvaro II revelou-se um rei hábil e poderoso, apoiando-se num exército de 16 mil a 20 mil escravos.<sup>236</sup>

A União Ibérica havia iniciado em 1580 e dificultava o entendimento do rei com os portugueses, nos temas relacionados a escravidão. No ano de 1595 foi criada a diocese do *Kongo* e de Angola, passando o bispo a residir em São Salvador. Pela instabilidade do *Kongo* o quinto bispo Francisco de Soveral (1628–1642)<sup>237</sup> passou a residir no *Ndongo*, assim como todos os seus sucessores. Mediante a esse fato, a região que compõe o *Ndongo* passou a ter maior importância política e econômica que o *Kongo*, sendo que as relações comerciais que os portugueses estabelecerem com o *Ndongo* causaram graves prejuízos ao *Kongo*.

A ocupação do porto de *Mpinda* pelos holandeses originou grande esforço dos soberanos do *Kongo* para os expulsar. Essa intenção norteou o governo de D. Ambrósio (1626–1631), de D. Álvaro IV (1631–1636) e de D. Álvaro V que reinou apenas por seis meses. O soberano a assumir o poder foi Álvaro VI (figura 12) que, sob pressão do governador de Angola, expulsou os holandeses de *Mpinda*, porém solicitou que o bispo passasse a residir em São Salvador.

---

<sup>236</sup> SILVA, op. cit., p. 668.

<sup>237</sup> CAVAZZI, op. cit., p. 483. v. II.





**Figura 8-** D. Álvaro VI. Acesso em 29/07/2011. Disponível em: <http://www.africafederation.net>.

Portugal, com o passar do tempo, despreocupava-se com o projeto cristianizador e europeizador, voltando-se apenas à exploração desenfreada do comércio de cativos, nas regiões de São Salvador, São Tomé e Luanda. Isso contribuiu para a instabilidade no *Kongo* e um processo de desorganização do reino.

Em um dos momentos cruciais do processo de desestruturação do *Kongo* foi à batalha de *Mbwila*, em 1665. Esse conflito teve sua origem num processo que iniciou muitas décadas antes, quando os portugueses haviam ocupado as terras do *Ndongo*. Fortalecendo-se na região,

Portugal começou a fazer frente ao *Kongo*, tendo seu exército invadido a região ao sul desse estado. O soberano que estava à frente do reinado, Pedro II (1622–1624) lutou pessoalmente, detendo a invasão, na batalha que ocorreu em *Mbamba*. Ele procurou os representantes da coroa holandesa para expulsar os portugueses de Angola, esse acordo se concretizou em 1648, juntamente com a expulsão dos holandeses. Essa batalha acarretou numa longa guerra civil que degenerou e provocou uma grande destruição em São Salvador, em 1666, e seu completo abandono em 1678.<sup>238</sup>

---

<sup>238</sup>

VANSINA, op. cit., p. 666.



### 3.2 A RAINHA NZINGA

A rainha *Nzinga* é descendente de dois grupos étnicos importantes de sua região: os *Mbundos* e os *Jagas*. Era filha do *Jinga Mbandi Ngola Kiluanji*, suserano do *Ndongo* por volta do século 16, filho de *ngola Kilombo Kia Kasenda*, um descendente de *ngola Kiluanji Kia Samba*, que fora o esposo de *Tumbia dia Ngola*.<sup>239</sup>

Nas tradições do *Ndongo*, baseadas nos costumes dos povos *mbundos*, a adoção do título de *ngola* estava diretamente relacionada ao crescimento econômico, cabendo a esse líder ser o protetor das linhagens frente a invasão e os conflitos com grupos étnicos inimigos. Com o passar do tempo e o crescimento econômico da região e suas responsabilidades se direcionaram às questões políticas e militares. No século 16 o poder do *ngolakiluanji* controlava as minas de ferro situado em *Lucala* e as rotas de comércio que levavam ao interior.<sup>240</sup>

O poder do *ngola* não era total. Alguns dos *sobas* que viviam em seus domínios eram totalmente independentes, por fatores de ordem geográfica ou por ausência de legitimidade do *ngola*, para determinados líderes locais. Outros reconheciam apenas seus poderes míticos, não o aceitando como autoridade política. Diferentemente do *Kongo*, no *Ndongo*, o modelo administrativo e político não contava com administradores provinciais. As regiões se dividiam em numerosos chefados, ou *sobados*, que contavam com relativa autonomia política. Essas relações contribuíram para que os portugueses fossem exitosos na comunicação com o interior, através dos *pumbeiros*.<sup>241</sup>

Na intenção de ampliar o domínio do tráfico de escravos na região, no ano de 1559, a rainha Catarina (1557–1562) de Portugal enviou para o *Ndongo* seu representante, Paulo Dias de Novais, e um grupo de tripulantes, padres e comerciantes. Após aportarem na região, esperaram por cinco meses até que fossem recebidos pelo *ngola*. Essa demora decorreu provavelmente, da instabilidade política a que estava submetido o *Ndongo*, sendo que outros

<sup>239</sup> GLASGOW, op. cit., p. 22.

<sup>240</sup> PANTOJA, 2000, p. 73 apud MILLER, 1983, V.I, p.138.

<sup>241</sup> CARVALHO, Flávia Maria de. O Reino do Ndongo no contexto da restauração: mbundus, portugueses e holandeses na África centro-ocidental. *Sankofa*, revista de história da África e de Estudos da Diáspora Africana, ano IV, n. 7, p. 9, jul./2011.

portugueses que aportaram na região haviam sido recebidos pelo *ngola* anterior que demonstrava grande apreço pelos lusos, porém já havia falecido. Eles aportaram na região e, para comprovar sua estada, retornaram a Portugal com um africano conhecido como *Ndongo a Nzinga*.<sup>242</sup>

Posteriormente, Dias retornou ao *Ndongo* e, chegando à região central dessa formação social, foi recebido pelo *Jinga Mbandi Ngola Kiluanji*. Um dos motivos que despertava grande interesse ao representante português era a busca desenfreada por supostas minas existentes na região, principalmente no *Cambembe*. Pelo empenho desenvolvido por Dias (como representante legal do reino de Portugal) ele recebeu um documento que lhe permitia a conquista e colonização de novas terras.<sup>243</sup> Por conflitos internos, entre a elite ligada ao suserano do *Ndongo* e dos povos *mbangalas* (também chamados *jagas*), esses últimos se aliaram aos portugueses e ocuparam boa parte da região do *Ndongo*.<sup>244</sup>

A partir de 1540, os portugueses efetuavam contatos com os líderes do *Ndongo*, sem perceber uma ação de oposição à presença lusa. São inúmeras as hipóteses formuladas para explicar essa questão. Uma delas reforça a idéia que o *ngola* estivesse passando por um período de instabilidade, fruto das secas constantes e dos povos invasores que vinham do norte. Também é importante destacar o fato de que, anteriormente a chegada dos portugueses, o *ngola* já fornecia cativos às ilhas de São Tomé direcionados à produção de cana de açúcar.<sup>245</sup>

Segundo relato desses contatos entre o líder político do *Ndongo* e os portugueses, é possível perceber qual era a função que o líder *ngola* ocupava. O padre Antonio Mendes, em 9/5/1963, afirmou que

o rei é muito temido pelos seus súditos, por quem faz cotidianamente atos de justiça para eles e não há dia nenhum em que não mande fazer justiça e principalmente mata muitos feiticeiros que tem para si para que faça chover e não chover, porque quando chove e a terra tem necessidade de água para seus mantimentos, manda-os que façam chover e como não está em suas mãos fazer-lo não chove, o rei manda matar muitos, e nós vimos num dia matar 11 juntos, o rei na maioria do tempo faz guerra , por que tem muitos

<sup>242</sup> Ibidem, p. 28.

<sup>243</sup> VANSINA, op. cit., p. 662.

<sup>244</sup> HEINTZE, Beatrix. Angola nas garras do tráfico de escravos: as guerras do *Ndongo*: 1611-1630. *Revista Internacional de Estudos Africanos*, Lisboa, v. 1, n. 1, p. 15, 1984.

<sup>245</sup> PANTOJA, 2000, p. 88, apud, MILLER, 1983, p. 139-140. v. 1.

vassalos, dos quais vem de sua gente com o chamado do rei, [...] e estando nós lá naquela terra vimos ajuntarem-se cerca de 50 mil homens e se reuniam em de mil e mil, em esquadrões.<sup>246</sup>

Segundo as fontes analisadas, como de Cardonega, Cavazzi, Pigaffeta e Lopes, é pouco provável que o *Ndongo* dispusesse de um número tão elevado de indivíduos que compusessem as forças militares naquela região. A organização rigorosa e o número grande de militares, somados às roupas e às demais insígnias militares, podem ter causado, no autor deste relato, uma impressão de grandiosidade, o que lhe fez apontar um número impreciso.

Paulo Dias de Novais (1575–1589 ) foi nomeado governador de Angola, pela nomeação dada pelo rei português D. Sebastião (1568–1578 ). No *Ndongo*, ele formou a primeira colônia portuguesa, intitulado o local de São Paulo de Luanda, região situada entre os rios *Bengo* e *Kwanza*.<sup>247</sup> Após alguns anos, ocorreu um conflito militar entre o *ngola* e os portugueses. À frente de 12 mil soldados *mbundos*, o *ngola* atacou e expulsou os soldados portugueses e 200 africanos que os apoiavam. Em fevereiro de 1580, Dias enviou o padre Balthazar Barreira ao *Kongo*, a fim de solicitar a ajuda de *Mpanzi Mini a Lukeni Lua Mbandi*. Meses após, Dias avançou ao longo do rio *Kwanza*, saqueando e furtando, principalmente alimentos, em sucessivos ataques aos *Mbundos*.<sup>248</sup>

Ao longo desse período inicial de colonização portuguesa no *Ndongo*, houve vários momentos de tensionamento entre as forças coloniais e os africanos. Segundo as fontes, ao defender o seu território de ameaça portuguesa, o *ngola* conheceu uma escrava de origem *mbundo*, chamada *Guenguela Cancombe*, ou *Chinguela*<sup>249</sup> com quem teria tido uma filha, *Nzinga Mbandi ngola Kiluanji* (1582 ou 84? – 1663), por volta de 1582. *Nzinga* era descendente dos povos *jagas*, que haviam governado *Matamba*, e dos povos *mbundo*, que governavam o *Ndongo*.

Durante a infância e adolescência, *Nzinga* e sua família, durante alguns períodos, habitavam um *quilombo*, que era como os *quimbundos* nomeavam os acampamentos militares. Cotidianamente ela se destacava pela sua altivez e destreza, em diversas atividades

<sup>246</sup> BRÁSIO, Antonio. op. cit., p. 508-509. v.2.

<sup>247</sup> GLASGOW, op. cit., p. 31.

<sup>248</sup> Ibidem. 31.

<sup>249</sup> PANTOJA, op. cit., 2000. p. 78.

de treinamento para a guerra, que lhe garantiam liderança e admiração no grupo.

Conforme a tradição, o *ngolambandi*, percebendo as características de sua filha, vislumbrou a possibilidade de que ela o sucedesse no cargo de chefe do povo *Mbundu*. Porém, sabia que ela encontraria restrições por parte dos seus conselheiros, os *macotas*. Esse problema não se resolveu durante a vida do *ngola* e apenas voltou a estar presente no *Ndongo*, com o findar de sua vida.

*Nzinga* tinha 35 anos quando seu pai faleceu (no ano de 1617). Iniciou um período provocando um processo de instabilidade no *Ndongo*, decorrentes da luta pelo poder entre ela e seu irmão, *Kia Mbandi*, durante longos anos. Vários *sobas* ligados a elas reconheceram-no como sendo o soberano do *Ndongo*. Ele, para se estabelecer no poder, sem oposição ordenou a execução de todos os seus inimigos. Dentre os descontentes estavam a sua irmã *Nzinga* que almejava tomar o poder, ocorrendo, então, um conflito insuperável, entre os irmãos.

Um dos fatos que demonstram essa rivalidade entre *Nzinga* e *Kia Mbandi*, ocorreu no momento em que indivíduos, liderados por *Kalunda*, antigo aliado do *Jinga Mbandi Ngola Kiluanji*, a mando do *ngola Kia*, entraram no *quilombo* de *Nzinga* e, por não a encontrarem, assassinaram seu filho, no intuito de eliminar outro possível sucessor.<sup>250</sup> Retornando ao *quilombo* e sabendo da atrocidade cometida por seu irmão, ao seu filho, ela descartou qualquer possibilidade de entendimento com o *ngola*, e fez com que ela voltasse sua preocupação e afeição por sua irmã mais jovem chamada *Mocambo*.

Concomitantemente ao processo de disputa entre os irmãos *Nzinga* e *Kia Mbandi*, o governador Luís Mendes de Vasconcelos, em 26/8/1617, auxiliado pelos *mbangalas*, abriu um processo de domínio colonial efetivo com grande hostilidade ao *ngola*, como podemos perceber em 1619, quando os lusos saquearam e destruíram a residência dos suseranos do *Ndongo*, tendo sequestrado as irmãs de *Nzinga*, *Quifungi* e *Mocambo* e outros membros de sua família.<sup>251</sup>

Fortalecida pelo fato de ter conseguido fugir das tropas portuguesas, *Nzinga* passou a se intitular como líder do *Ndongo* e de *Matamba*, com apoio por *sobas* e *macotas* locais. Isso causou descontentamento dos portugueses e do seu irmão *ngola*. Para resolver essa questão, os portugueses batizaram um dos chefes capturados, chamado *Samba Antumba*, com o nome

<sup>250</sup> Ibidem, p. 42.

<sup>251</sup> Ibidem, p. 81.

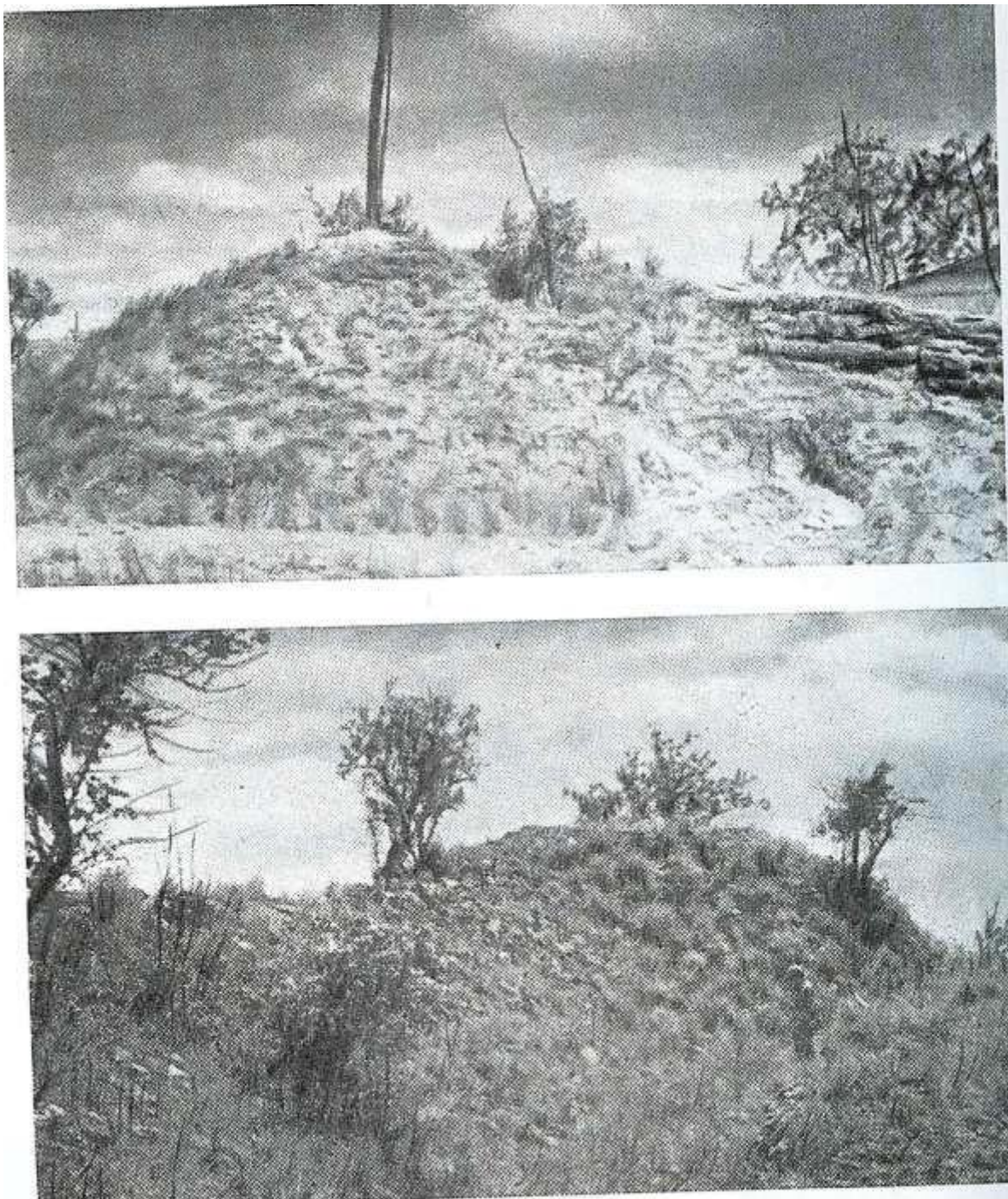
cristão de Antônio Correa, que passou a ser intitulado como principal líder do *Ndongo*, porém, como não teve o apoio nem o reconhecimento das lideranças locais, não conseguiu desempenhar essa função.<sup>252</sup>

---

<sup>252</sup>

Ibidem, p. 82.





**Figura 9** - Ruínas da primeira fortaleza de Cambembe. In.: DELGADO, Ralph. História de Angola - Primeiro período e parte do segundo, 1482 a 1607. S.l.: Banco de Angola, s.d. v.1. p.382.

*Kia Mbandi*, nesse período, invadiu uma região onde estavam localizados os portugueses, porém foi derrotado, tendo sido sua esposa sequestrada.<sup>253</sup> *Nzinga*, sabendo da derrota do irmão, afastou-se para um lugar distante. Em troca da liberdade dos capturados, *ngola* se rendeu aos portugueses, aceitando um tratado de paz. Esses impuseram uma série de questões e obrigações que deveriam ser seguidas pelo *ngola*, para que, conseqüentemente, fosse garantido um período de estabilidade e de relativa facilidade no domínio e na exploração da região pelos portugueses.

Percebendo a possibilidade de capitalizar um processo de aproximação com os portugueses *Nzinga* tomou a frente dessa atitude. Encontrou-se como seu irmão que lhe pediu desculpas pelos males causados no passado. Propôs que *Nzinga* fosse até Luanda selar um acordo de paz com os portugueses. Relevando a rivalidade do passado e percebendo uma oportunidade real para sua ascensão política, ela aceitou o convite e se intitulou como *Ngambebe* ou embaixatriz de Matamba.<sup>254</sup>

Em *Matamba*, organizou um importante Exército, seguindo ritos e costumes dos povos da região. Como estratégia militar, *Nzinga* utilizava os *quilombos* que eram acampamentos militares onde os povos *mbangalas* se preparavam para manter boas condições para possíveis conflitos.

Da região de *Cabasso*, ou *Cabaça*,<sup>255</sup> em *Matamba*, *Nzinga* foi conduzida até Luanda onde foi recebida por muitos cidadãos e lá permaneceu hospedada na casa de Rui de Araújo, representante da Coroa portuguesa na região. Numa audiência com o governador João Correia de Souza (1621–1623), *Nzinga*

apareceu carregada de gemas preciosas, bizarramente enfeitada de penas de várias cores, majestosa no porte e rodeada por grande grupo de donzelas e escravas oficiais de suas corte. Entrou na sala, e, vendo colocada no lugar de honra uma cadeira de veludo com enfeites de ouro para o governador e em frente duas almofadas de veludo dourado sobre o tapete, conforme o costume dos príncipes da Etiópia, parou e, sem mostrar de embaraço e sem proferir palavras acenou só com um olhar a uma das donzelas, que imediatamente se deitou no chão atrás da sua sombra, servindo-lhe de cadeira durante o tempo da audiência. Os presentes admiraram, todos pasmados, esta presteza em sair-se bem e vivacidade da sua inteligência.<sup>256</sup>

<sup>253</sup> CAVAZZI, op. cit., p. 66. v. II.

<sup>254</sup> Idem.

<sup>255</sup> Idem, ou, CADORNEGA, op. cit., t. 2.

<sup>256</sup> Ibidem, p. 67 – 68, ou, CADORNEGA, op. cit., p. 160. t. 1.



Esse fato representa o caráter multifacetado da líder. No momento em que ela percebeu a ausência de um banco ou de outro assento para que ela pudesse se colocar na mesma posição que os portugueses, num gesto simples, ela ordenou a uma de suas amas que lhe servisse de poltrona, causando estranhamento e, ao mesmo tempo, deixando impressionados os presentes. As fontes não permitem afirmar se a ação foi premeditada ou não, porém demonstrou com nitidez o grau de persuasão que a nobre tinha com seus funcionários e a habilidade com que ela se saía, em momentos que careciam de decisões ágeis e firmes. Na imagem abaixo (figura 9), é possível perceber uma representação da negociação de *Nzinga* com o governador português e sua atitude de utilizar uma de suas acompanhantes para lhe servir de assento.



Figura 10 - Nzinga em Audiência. In: CAVAZZI, João António de Montecuccolo. Descrição Histórica dos Três Reinos do Congo, Matamba e Angola. Lisboa: Junta de Investigações Ultramar, 1965, v. II. p. 67.

Dos vários pontos discutidos visando o acordo de paz, estava a libertação de homens e mulheres capturados, sendo as mais importantes as irmãs de *Nzinga*, que haviam sido sequestradas, em anos anteriores. O acordo foi selado, e *Nzinga* demonstrou-se interessada

pelos costumes europeus.

Ela acabou permanecendo em Luanda e solicitou que fosse batizada e instruída, na religião cristã. Supõe-se que ela tenha tomado essa decisão impulsionada pela ideia de formação de um estado *Mbundo* onde ela seria a principal liderança política, com o aval dos portugueses. Também havia uma ligação direta entre a escravidão, o tráfico de escravos, o enriquecimento das lideranças locais e o catolicismo, que facilitava esse processo. Ela concretizou essa ação selando um acordo com as lideranças lusas, conforme o relato:

Sentindo ela que Nosso Senhor batia à porta do seu coração mediante a Sua graça, abraçou a nossa santa fé e no mesmo ano de 1622, com 40 anos de idade, foi solenemente batizada na Sé de Luanda e, tendo como padrinho o governador e como madrinha D. Ana, esposa do governador, recebeu o nome de Ana.<sup>257</sup>

Percebe-se que o relato da conversão é dotado de certo grau de nostalgia, visando solenizar o ato e tentando demonstrar uma opção contundente de *Nzinga*, pela fé católica, o que se modificou com o tempo, pois ela continuará cultivando a fé nas divindades locais. Além de *Nzinga* ser batizada, também receberam esse sacramento, suas irmãs, que até então estavam sequestradas e que passaram à liberdade. Cadornega afirma:

tomando o nome de batismo de Anna com que se veyo a chamar de Dona Anna de Souza, tomando o Souza do Padrinho, e as Irmãs se havião batizado pellos próprios religiosos em seu reino, tomando a Irmã do meyo o nome de Dona Gracia sendo o que tinha de sua natureza Quifungi e a mais moça se chamou Dona Barbarae pello nome Mocambo.<sup>258</sup>

Ela retornou às suas terras, batizada com o nome de Ana de Souza e, com um acordo de paz estabelecido, que tinha como base a retirada de suas tropas de *Ambaca* e de *Cabaça*, deixando o livre trânsito aos portugueses. Como contrapartida, os portugueses comprometeram-se em ceder auxílio militar para inimigos comuns e libertaram *sobas* e

<sup>257</sup>

Ibidem. p. 69.

<sup>258</sup>

CADORNEGA, op. cit., p. 115-116. t.1.

demais lideranças políticas ligadas à *Nzinga*, os quais haviam sido presas por Vasconcelos.<sup>259</sup>

Segundo fontes desse período, *Nzinga* demonstrava-se uma cristã fervorosa, como é possível perceber no seguinte relato:

mediante ameaças ou prêmios estimulava os súditos a estas práticas espirituais. Frequentemente ia à Igreja, para instruir as raparigas, e estava presente a todas as funções, especialmente todas as noites, ao canto das ladainhas da Virgem Santíssima, insistindo em recomendar a pudicícia àquelas almas que no passado haviam sempre vivido no meio da sensualidade. Este último acto de devoção agradava a todos [...], com grande consolação dos missionários.<sup>260</sup>

No ano de 1623–1624 seu irmão faleceu, e *Nzinga* ascendeu ao poder *Ndongo*. Visando vingar-se da morte de seu filho, realizada por seu irmão, *Nzinga* planejou vingar-se, assassinando seu sobrinho. Após a morte *ngolambandi*, *Nzinga* juntou seus ossos e os guardou num cofre coberto com riquíssimos tapetes, passando a idolatrar esses objetos, conforme tradição local. Ela recorria a ele, por meio de um *xinguila* que era a pessoa que intermediava esse contato com o mundo dos mortos, sendo que, em alguns momentos, ela mesma ocupava essa função.<sup>261</sup> Segue imagem que elucida esse fato.

---

<sup>259</sup> SILVA, op. cit., p. 428.

<sup>260</sup> CADORNEGA, op. cit., p. 105. t. 1.

<sup>261</sup> CAVAZZI, op. cit., p. 73. v. II.



Figura 11 - Representação de Nzinga e seus súditos. In.: CAVAZZI DE MONTECCÚCOLO, João António de Montecuccolo. Descrição Histórica dos Três Reinos do Congo, Matamba e Angola. Lisboa: Junta de Investigações Ultramar, 1965, v. II. p. 73.

Antes de morrer, o *Kia Samba* havia deixado seu filho primogênito, aos cuidados de um chefe chamado *Jaga Kaza a Ngola*, que poderia ser um empecilho, para que ela tomasse o poder. Esse sobrinho foi brutalmente morto, sendo que, algumas fontes remetem a ela, o ato do assassinato, e, em outras, se aplica essa ação aos servos de *Nzinga*.<sup>262</sup>

Pelo fato de *Nzinga*, supostamente, ser o resultado do envolvimento de seu pai com uma escrava, surgiram contestações em sua ascensão ao poder. Além desse fato, houve uma grande resistência em relação à figura feminina de assumir o mais alto posto do *Ndongo*, sendo os *macotas* lideranças que fizeram oposição a sua figura. De forma estratégica, *Nzinga*, para criar sua tradição e ganhar legitimidade à frente do poder, vestia-se inicialmente de

<sup>262</sup>

Ibidem, p. 71.

homem e passou a ter um harém de homens que se vestiam de mulheres.<sup>263</sup>

Ela mantinha uma relação hierárquica com as autoridades locais e chefes que compunham seu estado. Era exigente nas cobranças, não aceitando desacatos ou desrespeito as suas orientações. Nesses casos, ela procurava castigar seus dominados, não em público, e sim, em particular, para evitar constrangimentos e não abrindo precedentes, para que eles se voltassem contra ela. Um relato sobre uma de suas ações pode ser constatado a seguir:

Um deles (líder político) mais corajoso que os outros, confiando que lhe havia de valer o serviço de muitos anos e talvez alguma intimidade oculta, disse-lhe que os seus maus tratos lhe alheavam a simpatia dos súditos; que era melhor ganhar com bondade dos sujeitos, poupando tanto sangue que, excepto em caso de defesa comum, é sempre derramado inutilmente: que ganhando os corações, mais facilmente os poderia dominar; mas se pelo contrário, quisesse dominar por meio de terror, os súditos fugiriam para outras partes, com prejuízo do guardas para que cortassem a cabeça dele de seu filho ainda criança. [...] O desgraçado pai lançou-se aos pés da rainha e, com muito siso, louvou a sentença; só pediu que ele fosse executado primeiro, por que primeiro nascera. Mas Nzinga rindo-se deste pedido, quis primeiro que o rapaz fosse morto.<sup>264</sup>

É importante salientar que, em vários trechos em que *Nzinga* é citada pelos viajantes, acentuam-se suas características de violência e maldade, não admitindo contestações críticas. Outro fato importante que cabe ser destacado é que ela se definia pela sua ascendência *jaga*, justificando assim os seus atos, constantes ações de violência que esses povos empreendiam contra seus inimigos e possíveis desertores.

A pior afronta à sua figura, cita-se o fato de alguns de seus líderes se aliarem aos inimigos e, dentre esses, destacam-se os portugueses, sendo utilizados atos de violência e até a morte como castigo. Quando um dos seus líderes falecia, seus bens ficavam sob a guarda dela, podendo ou não ser divididos com a família do falecido.

*Nzinga* era balizada nas tradições *Mbundo-Jaga* e, como forma de agradecer a indivíduos que tivessem prestado ótimos serviços no exército, demonstrando bravura e agilidade, recebiam um arco que simbolizava a invencibilidade de seu vencedor. Também era

<sup>263</sup> VANSINA, Jan. op. cit., p. 438.

<sup>264</sup> CAVAZZI, op. cit., p. 71. v. II.

concedida essa espécie de honraria aos líderes políticos locais que ascendiam na função.<sup>265</sup>

Assim como no *Kongo*, o *Ndongo* contava com um grupo de indivíduos que auxiliavam na tarefa de governar, servindo como conselheiros e apoiadores das ações que a liderança máxima local tomava. Cavazzi afirma que,

conforme o costume dos Jagas, Nzinga era assistida por dois conselhos: um que tratava dos interesses religiosos e outro que tratava dos interesses políticos e bélicos. Portanto, quis ela ouvir os seus conselheiros antes de tomar uma resolução definitiva. [...] O conselho para os interesses religiosos era formado por cinco infames xinguilas, correspondentes as campas dos cinco jagas adorados por Nzinga. [...] Eram: Cassa, Cassanje, Quinda, Calanda e Ngola Mbandi, cujos espíritos, como se acreditava, entravam nos respectivos xinguila depois dos sacrifícios, para darem as respostas pedidas. Acontecesse isso por verdadeira possessão do demônio e por impostura daqueles embusteiros [...] O conselho para interesses políticos era formado por quatro pessoas que, afinal, dependiam das supersticiosas decisões dos primeiros, os quais, não possuindo prudência nenhuma, precipitavam qualquer assunto político em abismo de excessos.<sup>266</sup>

Os portugueses convencionaram intitular de *conselho* dois grupos que tinham funções políticas e religiosas importantes. Vale lembrar que, para os povos *bantu*, as relações mítico-religiosas não se dissociavam da política e das organizações sociais. Logo antes de tomar decisões importantes, sempre eram consultadas as forças divinas que apontavam o caminho a ser seguido.

No ano de 1625, *Nzinga* articulou suas tropas em *Matamba* visando a um conflito direto com os portugueses, apoiada pelos povos *jagas*.<sup>267</sup> Tendo-se tornado soberana de *Matamba*, a nobre não deve ter encontrado tantas dificuldades como no *Ndongo* pelo fato de, nessa região, o estado ser governado tradicionalmente por mulheres.<sup>268</sup> Valendo-se de uma mudança de rota de tráficos de cativos que passou a beneficiar *Matamba*, ele tornou esse estado poderoso, disputando constantemente essa região com os portugueses e seus aliados na região.

É nesse exato ano que chega um novo governador em *Angola*, conhecido como Fernão de Souza (1624–1630), e as rivalidades entre *Nzinga* e os portugueses transformaram-se em

<sup>265</sup> GLASGOW, op. cit., p. 39.

<sup>266</sup> CAVAZZI, op. cit., p. 93. v. II.

<sup>267</sup> Ibidem. p. 95.

<sup>268</sup> SILVA, op. cit., p. 412.



guerra. Como principais motivos dessa divergência estavam a mudança do forte de *Mbaka* que havia sido construído anteriormente contrariando a vontade de *Nzinga* e de seu irmão, que, na época, era o líder e, de redirecionar os *sobas*, que estavam sob controle tributário dos portugueses.

*Nzinga* organizou as suas tropas e contou com o apoio dos *sobas*, para um ataque, quebrando o acordo. *Nzinga* foi expulsa do *Ndongo* e em seu lugar foi imposto um chefe submisso de nome *Aire Kiluanji*. A nova capital do *Ndongo* passou a ser em *Maopungo*. *Nzinga* fugiu para *Matamba*, onde, por interesses, casou-se com *Mbangala Cangola*. Fortalecendo-se no poder, ela ganhou o apoio do *Kongo* e de *Kissama*, e as tropas portuguesas estavam preocupadas com a invasão dos holandeses no litoral, por isso *Nzinga* retornou às ilhas do *Kwanza*.<sup>269</sup>

No ano de 1625, *Nzinga* se localizou estrategicamente na ilha de *Ndanguí*, visando à facilidade no contato com os portugueses que estavam em *Mbaka*, na intenção de manter relações diplomáticas, por mais que suas intenções se tornassem cada vez mais frustradas. Nesse período, seus soldados acabaram guerreando e matando vários militares portugueses que estavam próximos da região da ilha. A partir desse momento, os portugueses declararam guerra à rainha *Nzinga*, recrutando um número elevado de civis para engrossar suas fileiras, além do reforço militar dos contingentes portugueses que estavam em Luanda desde 1625, na defesa do território de uma possível invasão holandesa.<sup>270</sup>

*Nzinga* percebendo a predominância militar dos portugueses resolveu consultar o espírito de um de seus irmãos que já falecido. Segundo a consulta espiritual, ela deveria deixar a ilha e, na noite de 11 de julho de 1626, assim, se retirou com suas tropas da ilha *Mapolo*, para procurar a assistência do seu antigo marido *Jaga Kaza*.<sup>271</sup>

O soberano do *Ndongo* empossado pelos portugueses não conseguia ter a legitimidade reconhecida pelas lideranças locais, pois ele não seguia a linhagem dos *Mbandi*. Sua fragilidade à frente do poder contribuiu para o fortalecimento de *Nzinga*, em sucessivos conflitos entre as tropas que representavam os interesses portugueses e as tropas de *Nzinga*. A intenção dos portugueses era capturar *Nzinga* viva ou morta, porém, numa das incursões, ela escapou para a região de *Matamba*, passando a adotar as crenças e os costumes dos

<sup>269</sup> PANTOJA, op. cit., p. 108.

<sup>270</sup> Ibidem, p. 103.

<sup>271</sup> Ibidem, p. 105.



*mbangalas*.

No ano de 1628, *Nzinga* fez outra tentativa diplomática de diálogo com os portugueses, enviando para Luanda um de seus representantes. Chegando lá, seu enviado diplomático falou com o *Capitão-mor* Álvaro Rodrigues de Souza, oferecendo aos representantes da coroa, cativos como demonstração dessa intenção de paz.<sup>272</sup> Percebendo as intenções estratégicas que *Nzinga* tinha em praticar esse contato, os seus representantes foram presos e, ao serem torturados, revelaram que a real intenção era promover os interesses de *Nzinga* em ampliar o poder. Imediatamente, o governador de Angola ordenou que *Nzinga* fosse perseguida e morta.

Fruto dessa instabilidade, *Nzinga* deixou a ilha *Ndangui*, por um acampamento, ainda mais no interior, porém visando a mobilizar os *Mbundos*, a fim de angariar poder e apoio político dos chefes das aldeias. Numa das visitas de *Nzinga* à ilha *Ndangui*, ela consultou os espíritos para saber que caminho deveria seguir, e o conselho foi de evitar uma batalha campal nesse momento,<sup>273</sup> podendo sair desfavorecida do contrário.

É possível verificar que os portugueses dispunham, em 1629, de uma superioridade armamentícia e um número maior de soldados do que *Nzinga*, colocando-a numa situação desfavorável. Além disso, havia cooptado muitas lideranças locais que anteriormente apoiavam *Nzinga*.

Com o passar do tempo, e estando o conflito estabelecido com os portugueses, *Nzinga* abalou a sua prática do catolicismo e voltou a cultivar os hábitos e costumes religiosos dos seus ancestrais. Isso a colocou em rota de colisão com a igreja católica que se uniu aos representantes da coroa lusa, em sua busca, visando a dizimá-la.

Para fugir das constantes perseguições lusas, *Nzinga*, optou por passar a habitar uma região conhecida como *Quina Grande dos Ganguelas*,<sup>274</sup> local de difícil acesso por estar localizada na boca de um penhasco. Demonstrando ser destemida, ágil e ter um bom preparo militar, para alcançar essa posição, de impossível acesso para muitos, *Nzinga* cruzara quatro rios e vários penhascos.

---

<sup>272</sup> DELGADO, Ralph. *História de Angola, Luanda e Benguela*. Benguela: Tipografia do Jornal de Benguela, 1948. p. 118. v. 2.

<sup>273</sup> GLASGOW, op. cit., p. 109.

<sup>274</sup> FELNER, op. cit., p. 228.

Surpreendida, *Nzinga* teve seu esconderijo descoberto pelas forças portuguesas, provavelmente por alguns dos seus líderes que foram presos e tenham sido torturados até relatar o paradeiro da sua chefia. Novamente coube a ela fugir e se refugiar perto da província de *Songo*, num lugar chamado *Mungongo*.<sup>275</sup>

A instabilidade recorrente que se originava do conflito entre *Nzinga* e os portugueses facilitou que os holandeses invadissem Luanda em 1641, interessados nas riquezas materiais, domínio de território e mão de obra escrava, colocando em xeque o domínio luso na região. Eles contaram com o apoio do *Kongo*, através de seu rei Garcia II (1641–1660), de *Matamba*, de *Kissama*, do *Bengo* e de todos os outros inimigos dos portugueses. Cavazzi é contundente ao elucidar esse fato:

no mesmo ano de 1641 compareceu no porto de Luanda uma formidável armada de vinte e dois navios carregados de milícias holandesas, que facilmente se apoderaram da cidade e de grande parte do reino de Angola, permitindo Nosso Senhor esta catástrofe para castigo dos povos culpados de muito corrupção. Houve sinais horríveis que prenunciaram estas desventuras, mas tais e tantos que por si mesmos representavam este flagelo. [...] Este desastre e novas perturbações apresentaram a *Jinga* a oportunidade de se vingar dos portugueses.<sup>276</sup>

Padre Cavazzi ao demonizar a invasão holandesa, defendeu os interesses portugueses e, conseqüentemente, se opôs à posição de *Nzinga*, que apoiou e foi apoiada pelos holandeses. Tanto é que, em 1648, às forças holandesas somaram-se as tropas de *Nzinga* e venceram as tropas portuguesas na região de *Massangano*.

Essa posição não perdurou por muito tempo, pois, em seguida, o líder militar Salvador Correia de Sá e Benevides chegou do Brasil e tomou Luanda, obrigando os holandeses a fugirem.

Já no período final de sua trajetória política, *Nzinga* estava desgastada por constantes conflitos que assolavam o *Ndongo*, dentre esses, o poderio português que aumentava na região. Após inúmeros conflitos, *Nzinga* e os lusos estabeleceram um acordo de paz assinado em abril de 1656. Dentre apontamentos destaca-se:

<sup>275</sup> GLASGOW, op. cit., p. 114.

<sup>276</sup> CAVAZZI, op. cit., p. 81. v. II.

A rainha seria concedida uma paz duradoura pelo governador de Angola em nome do rei de Portugal, logo que constasse por sinais manifestos que se convertera à fé católica. Então lhe seriam entregues umas regiões do reino do Ndongo então possuídas pelos portugueses. Que a rainha por esta entrega, não investidura, pagaria tributo anua à Coroa de Portugal. Se ela não cumprisse esta condição seria lícito aos portugueses retomar tudo. Que por sua parte, os portugueses abririam o comércio com os povos sujeitos a ela para o resgate dos escravos e para a troca de qualquer outra mercadoria. Que a rainha não deveria incomodar os sobas sujeitos ou feudatários da Coroa portuguesa, mesmo no caso em que, durante as guerras precedentes, tivessem causado prejuízo às províncias sujeitas a ela ou ao reino de Matamba. Que a rainha fosse obrigada a devolver todos os escravos que haviam fugido dos portugueses durante tantas perturbações e se tinham refugiado no reino dela. Que entregasse às mãos do governador de Angola o jaga Calanda, que com muita gente se rebelara ao domínio português; o governador, porém, prometia que lhe seria concedido o perdão. Por fim, que a rainha jurasse ser sempre amiga dos amigos e inimiga dos inimigos dos portugueses.<sup>277</sup>

É possível verificar a pretensão portuguesa, expressas nos textos acima, no sentido de uma total sujeição de *Nzinga*, apontando a regras objetivas do que ela poderia ou não fazer e, principalmente, como deveria se relacionar com os portugueses. Os principais interesses se referiam ao domínio de territórios e de tributos provenientes de regiões dominadas por *Nzinga* e da estabilidade política, devendo ser colocado em prática apenas pela adoção do acordo, por parte da rainha do *Ndongo*.

Sobre o tema da escravidão, *Nzinga* tinha uma ação estratégica e, ao mesmo tempo, contraditória. O tráfico de cativos era muito rentável, pois os indivíduos escravizados eram direcionados às colônias portuguesas na América. Como exemplo, o século seguinte ao ano de 1580, em que um milhão de “peças” de cativos do *Ndongo* e do *Kongo* foram destinadas à América, especialmente ao Brasil.<sup>278</sup> Como figuras essenciais nesse processo estão os responsáveis pela captura e venda dos cativos nos portos do *Ndongo*, que eram os *pumbeiros* ou *Mpumba*. Eles eram responsáveis pela compra e aquisição de cativos, muitas vezes oriundos do interior. Negociavam diretamente com líderes de aldeias ou clãs, visando a cooptá-los com produtos e demais materiais que facilitavam a apreensão de novos cativos.

Tinham papel de destaque no tráfico de cativos as feitorias. Esses espaços eram

<sup>277</sup> CAVAZZI, op. cit., p. 106 – 107. v. II.

<sup>278</sup> GLASGOW, op. cit., p. 51.

entrepostos ou estabelecimentos comerciais, onde eles permaneciam até que fossem direcionados ao tráfico internacional, gerando vultosos lucros aos europeus.

A nobreza à frente do *Ndongo* e, posteriormente de *Matamba*, inseria-se nesse processo, aliando-se em momentos específicos com os dominadores europeus, visando a aumentar suas reservas financeiras, com o lucro advindo da venda de cativos. Em alguns períodos, *Nzinga* fechava os mercados escravagistas, prejudicando os interesses lusos.

*Nzinga* foi uma liderança política que, ao longo de sua trajetória, expressou ações e ideias oriundas das relações às quais ela estava submetida. O contato com os europeus visando exclusivamente a exploração econômica na região, exigia que as lideranças políticas e étnicas fossem cooptadas, reproduzindo, com o passar do tempo, as características e ações dos colonizadores. Por sua vez, essas lideranças interessadas no aumento das riquezas de suas organizações políticas e, na aquisição de mais recursos econômicos, eram enganadas pelas elites europeias, sendo em alguns locais, figuras fundamentais para a organização do sistema escravista, como é o caso do *Ndongo* e de *Matamba* com *Nzinga*.

Ainda obstinada com a ideia de se tornar uma poderosa líder política, ela infringiu um acordo de paz e direcionou um ataque brutal aos portugueses, que, apesar de meticulosamente preparado, não obteve êxito, obrigando-a a refugiar-se na ilha de *Kindonga*, que ficava ao longo do rio *Kwanza*, tendo falecido posteriormente, talvez por envenenamento.<sup>279</sup>

Abaixo segue representação do féretro de *Nzinga* que envolveu um número elevado de indivíduos, tanto do *Ndongo*, como de *Matamba* que tinham referências em *Nzinga* está ilustrada na figura 13:

---

<sup>279</sup>

GLASGOW, op. cit., p. 90.



Figura 12 - Ferétro de Nzinga. In.: CAVAZZI, João António de Montecuccolo. Descrição Histórica dos Três Reinos do Congo, Matamba e Angola. Lisboa: Junta de Investigações Ultramar, 1965, v. II. p. 154.

## 4 CONCLUSÃO

A opção pelas duas formações políticas, sociais e econômicas do *Ndongo* e do *Kongo* facilitou o desenvolvimento deste trabalho pelas semelhanças que o modo de organização dessas formações sociais demonstrou ter juntamente com o processo de dominação colonial europeia que alterara profundamente todas as relações existentes nas duas culturas. Ao longo desta pesquisa, perceberam-se alguns elementos específicos fundamentais que podem nortear trabalhos que versem sobre a história da África. Dentre os fatores principais destacamos que as fontes disponíveis no período pré-colonial foram todas elaboradas e redigidas pelos europeus, já que os africanos eram ágrafos e repassavam sua cultura, seus costumes e conhecimentos através da oralidade. Então, essas fontes carregam uma visão eurocêntrica dos próprios africanos, já que, nesse caso, os portugueses desconheciam os hábitos e costumes dessas populações, pois nunca haviam contatado com os aspectos geográficos, físicos e étnicos das regiões *bantu*, fazendo com que essas fontes carecessem de uma análise minuciosa, que conseguisse constatar o que está expresso nas entrelinhas das fontes, sendo, em muitos dos casos, uma inferiorização constante, através de estereótipos, generalizações, estigmas, entre outras formas de demonstrar o poder colonial.

Logo, sabendo da inexistência de fontes escritas produzidas pelos próprios povos *bantu*, foi preciso utilizar as fontes disponíveis e elaborar uma análise historiográfica, tentando reconstruir os processos de organização políticas e econômicas da região, estabelecendo as formas de organização internas desses africanos. Para isso, foi imprescindível o cruzamento de dados e informações visando a uma visão abrangente dos fatos, percebendo, muitas vezes, as diferentes visões e possíveis contradições sobre os mesmos, por meio dos diferentes viajantes, nobres e religiosos, que estiveram na região durante os séculos 15, 16 e 17 e que relataram suas impressões.

Tratando-se de uma realidade até então desconhecida pelos lusos, o primeiro dificultador encontrado nos contatos e em seus posteriores relatos foram as diversas línguas presentes na região do *Ndongo* e do *Kongo*. Suas bases lexicais de nada lembravam o que eles conheciam, dificultando substancialmente o entendimento e a conceituação em português, de valores e crenças dos grandes grupos etno-linguísticos: *ambos*, *bacongos*, *hereros*, *lundat-choukué*, *nganguelas*, *nhanecas-humbes*, *ovibundos*, *quimbundos* e *xindongas*. Mediante essa dificuldade, os europeus, preponderantemente, utilizaram seu padrão político, econômico,



social e cultural quando se referiram aos povos *bantu* incorrendo, então, em sucessivas generalizações e categorizações equivocadas.

Para elucidar essa questão, citou-se a forma como os portugueses caracterizaram a geografia e os demais aspectos das terras dominadas. O desconhecimento dos critérios adotados pelos africanos para nomear os locais e coisas e, a ausência de conhecimento da região, eram muitas vezes incompreendidos pelos portugueses, ocorrendo generalizações, e aplicação de conceitos lusos nas regiões *bantu*, como é o caso dos conceitos de província, estado, reino, entre outros.

As relações políticas e econômicas presentes na região do *Ndongo* e do *Kongo* estavam baseadas na ausência de diferenças de classe, na propriedade privada e no uso coletivo da terra pelos integrantes de um mesmo grupo. A terra era um meio e não um fim em si mesmo, devendo produzir o necessário para garantir a subsistência dos grupos. Como forma de categorizá-los, e com base nas características descritas acima, utilizou-se o conceito de comunidades aldeãs *bantu* que, por sua vez, estavam baseadas no modo de produção doméstico. As comunidades com essa forma de organização tinham especificidades que as distinguiam, não havendo unidade na forma de organização entre elas, assim como não havia diferenciações de classe econômica. As distinções fundamentais estavam na diferença de idade e no sexo, sendo que os que mais controlavam o uso da terra, que era de propriedade coletiva.

A produção de cereais e frutas e a domesticação de animais, como a produção da agricultura eram protagonizadas pelas mulheres, às quais cabiam as tarefas mais insalubres. Os laços de parentesco baseavam-se em sociedades linhageiras podendo ser matrilineares e/ou patrilineares. Nas relações matrilineares, a figura da mulher estava em destaque, sendo a linha de parentesco iniciada pelo tio materno. Cabia ao homem passar a residir na aldeia da mulher. Já nas relações patrilineares, quem detinha o protagonismo era o homem, cabendo às mulheres, quando se casavam, deixar de expressar os laços culturais e étnicos com sua antiga aldeia ou clã.

Essas relações eram fundamentais na forma de organização das sociedades linhageiras, fundamentando as noções internas e externas desses espaços e reforçando a noção de coletividade interna dos grupos, pelas sucessivas ligações que os indivíduos tinham, sendo que a consanguinidade não era um fator considerado pelos europeus, que estavam centrados num núcleo familiar monogâmico. Eles não compreendiam as noções familiares *bantu*, como



foi possível constatar em diversas fontes da época, cujos povos locais eram intitulados de perniciosos, libidinosos e arcaicos em suas relações.

Foi possível perceber que as relações existentes entre as diferentes aldeias ou clãs estavam constantemente se modificando. Em alguns momentos, os grupos mantinham relações de parceria, através da troca de produtos ou por questões linhageiras, porém, em outros períodos, poderiam disputar territórios através de longos anos em guerra.

Com a união de diversos clãs, formando um estado ou império, pode-se destacar o modo de produção tributário ou asiático, presente no *Kongo* e no *Ndongo*. Para que se aplique esse conceito, é necessário que haja a combinação entre a permanência das comunidades aldeãs e um poder estatal que expresse a unidade real. O líder que administra esse conglomerado de comunidades se apropria dos recursos econômicos provenientes do pagamento de impostos.

Na análise das estruturas políticas, econômica e social dos grupos constatou-se que as mudanças foram muitas, alterando a forma de organização e relação entre os indivíduos. No caso do *Kongo* e do *Ndongo*, ambas as regiões eram compostas por aldeias e clãs que tinham como forma de organização a produção doméstica. Com o passar do tempo e com a centralização política na figura de um líder político, essas relações acabaram sendo substituídas ou passaram a coexistir com o modo de relação tributário ou asiático.

Quando os portugueses chegaram à região, encontraram essa forma de organização política, destacando-se a figura de um líder. No caso do *Kongo*, esse fato acabou facilitando o domínio português, já que os representantes da coroa atuaram de forma efetiva na cooptação dos líderes através de sua conversão ao catolicismo. A partir de então, tiveram as portas abertas para o processo de dominação e exploração colonial. No caso do *Ndongo*, quando os portugueses resolveram dominar e explorar efetivamente aquelas terras, se depararam com momentos de contrariedade de *Nzinga*, que oscilou entre os apoiar, se opor aos portugueses em detrimento dos holandeses e, em alguns momentos, mantendo uma postura independente.

Como resultado do domínio colonial na região, pode-se citar a alteração nas relações sociais presentes na região. O *Kongo* e o *Ndongo* foram grandes formações sociais, compostas por milhares de habitantes que faziam parte do grande grupo etno-linguístico *bantu*. No caso do *Kongo*, não há uma unidade nas fontes no que tange à origem e à formação. Isso porque as explicações tinham relação com fatos míticos e religiosos que visavam a divinizar e a

enaltecer esse processo. Coube uma atenção especial ao fato que, dentre as supostas explicações, destacava-se a figura de um líder unificador.

Já a região do *Ndongo* compreendida por territórios que tinham uma relação constante com o *Kongo* pagando alguns impostos, o que permitia que eles pudessem contar com algum apoio militar. Porém com o enfraquecimento do *Kongo*, decorrente da exploração lusa, os líderes políticos do *Ndongo*, os *sovas*, acabaram criando como um espaço político, social e econômico dissociado do pagamento de impostos e de obrigações a outro.

Essa relação foi alterada drasticamente, quando ocorreu a invasão europeia na África *bantu*, nesse caso, na região do *Ndongo* e do *Kongo*, estabelecendo novas práticas econômicas e sociais que alteraram profundamente as relações.

Nas regiões analisadas, os portugueses as dominaram, delas se apropriando. Como facilitador desse processo, foi o fato de que Portugal desenvolveu desde cedo um regime político centralizado e unificado. Quando a dinastia de Ávis assumiu o poder, seus representantes demonstraram interesse no investimento e na organização das grandes navegações, o que contribuiu para que se criasse um sistema que permitisse, no século 15, o domínio da África.

O principal objetivo luso na região foi buscar matéria-prima e se apoderar de novas regiões, visando à ampliação e à manutenção do mercantilismo. Ao se deparar com um número elevado de indivíduos que habitavam esses locais, eles se valeram de sua força bélica, dominando a região e os transformando em cativos, os quais, posteriormente, eram direcionados ao sistema escravista colonial na América.

Ao estabelecer essa prática como um sistema econômico organizado, os portugueses cooptaram as lideranças locais, visando a facilitar o processo de escravização. Como exemplo cita-se *Nzinga Mbandi*, que, ao longo de sua trajetória, demonstrou um contato próximo com a venda e o tráfico de cativos, em alguns momentos apoiando os portugueses, e em outros, apoiando os holandeses, que ocuparam a região de Angola.

*Nzinga*, como tantas outras lideranças políticas das regiões *bantu*, foi cooptada e passou a desenvolver ações objetivando seu poder individual e a preponderância de seu domínio sobre os demais. Nessa análise, foi fundamental não maniqueizar nenhuma das partes que compõem a realidade africana, ou seja, os colonizadores e colonizados, porém, estabelecer as relações que eles mantiveram ao longo de vários séculos, percebendo de que forma as mesmas relações alteraram as práticas políticas e econômicas locais, inclusive das elites.

Nas duas formações políticas e sociais, *Ndongo* e *Kongo*, os colonizadores perceberam alterações drásticas e profundas na forma de organização dos indivíduos, sendo o processo de escravização responsável pela significativa diminuição demográfica na região. Logo, as formas de organização linhageiras, aldeãs e clânicas tiveram sua base comum alterada. Além desse fator, os europeus se apropriaram de vastas regiões territoriais que antes eram de uso coletivo, das aldeias ou do reino, contribuindo para que esses indivíduos tivessem que se localizar em outras regiões, muitas vezes tendo que disputar a fixação e a posse do novo território, com povos que já estavam lá estabelecidos.

Também se destaca a rivalidade extremada entre as aldeias e clãs, fomentadas pelos portugueses e demais colonizadores europeus, no intuito de enfraquecer o poder de um dos lados, favorecendo a aquisição de cativos e de matérias-primas.

## REFERÊNCIAS

- ALTUNA, Raul Ruiz de Asúa. *Cultura tradicional banto*. Luanda: Secretariado Arquidiocesano de Pastoral: 1985.
- AMIN, Samir. *El desarrollo desigual: ensayo sobre las formaciones sociales del capitalismo periférico*. Barcelona: Fontanella, 1974.
- ARISTÓTELES. *A Política*. São Paulo: M. Fontes, 1998.
- AZEVEDO, João Lúcio de. *Épocas de Portugal económico*. Lisboa: Clássica, 1929.
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética e criação verbal*. São Paulo: M. Fontes, 2000.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. 3: ed. São Paulo: Hucitec, 1986.
- BOXER, Charles R. *A igreja militante e a expansão ibérica: 1440 – 1779*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- BOXER, Charles. *O império marítimo português: 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- BOXER, Charles. *Salvador de Sá and the struggle for Brazil and Angola*. Londres: Athlone Press, 1952.
- BRÁSIO, Antonio. *História do Reino do Congo*. Manuscrito 8080. Lisboa: Biblioteca Nacional de Lisboa, 1969.
- BRÁSIO, Antonio. *Monumenta missionária africana: 1471-1531*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1954. v. 1.
- BRÁSIO, Antonio. *Monumenta missionária africana: 1532- 1569*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1954. v. 2.
- BRÁSIO, Antonio. *Monumenta missionária africana: 1570-1599*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1954. v. 3.
- CADORNEGA, António de Oliveira de. *História geral das guerras angolanas*. Lisboa: Agencia Geral das Colónias, 1942. t. 1 e 3.

CAMPOS, Fernando. Modos de calendarização entre os povos de Angola. In: MOURÃO, Fernando A. (Org.). *A dimensão atlântica da África*. São Paulo: CEA-USP/DSG – Marinha/Capes, 1997.

CAPELA, José. *Escravidura, conceitos: a empresa do saque*. 2. ed. Porto: Afrontamento, 1978.

CAPELA, José. *O tráfico de escravos nos portos de Moçambique*. Porto: Afrontamento, 2002.

CARBONI, Florence; MAESTRI, Mário. *A linguagem escravizada: língua, história, poder e luta de classes*. 2. ed. ver. e ampl. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

CARVALHO, Flávia Maria de. O Reino do Ndongo no contexto da restauração: mbundus, portugueses e holandeses na África centro-ocidental. *Sankofa - Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana*, ano IV, n: 7, jul. /2011.

CARVALHO, Paulo. Dimensão subjectiva de pobreza na cidade de Luanda. In: *CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS*, 8; 2004, Coimbra. *Anais...*, Coimbra, 2004.

CAVAZZI DE MONTECCÚCULO, João António. *Descrição histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola*. Lisboa: Junta de Investigações Ultramar, 1965. v. 2.

COSER, Miriam C. A dinastia de Ávis e a construção da memória do reino português. *Especiaria*, UESC, v. 10, p. 703-727, 2007.

COULANGES, Fustel. *A cidade antiga*. São Paulo: Editora das Américas, 1961.

DAVISON, Basil. *Africa: history of a continent*. 2. ed. London; New York; Sydney; Toronto: Hamlyn Publishing, 1974.

DELGADO, Ralph. *História de Angola: primeiro período e parte do segundo, 1482 a 1607*. S.l.: Banco de Angola, s. d. v. 1.

DELGADO, Ralph. *História de Angola, Luanda e Benguela*. Benguela: tipografia do Jornal de Benguela, 1948. v. 2.

DEVISSE, Jean; LABIB, Shuhi. A África nas relações intercontinentais. IN: NIANE, Djibril Tamsir. *História geral da África: África do século XII ao XIV*. Brasília: Unesco, 2010. v. 4.

DOUTRELOUX, Albert. *Introduction à la culture du Kongo*. IN: "Annales". 46, Tervuren, 1963. p. 109-169.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Rio de Janeiro: Fator, 1980.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3. ed. São Paulo: Globo, 2001.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 12. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

FELNER, Alfredo A. *Angola*. Apontamentos sobre a colonização dos planaltos e litoral do sul de Angola. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1940. 3. v.

FINLEY, M. I. *Escravidão antiga e ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

FLORENZANO, Maria Beatriz B. *O mundo antigo: economia e sociedade*. Grécia e Roma. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

FONSECA, António. *Sobre os Kikongos de Angola*. Lisboa: Edições 70, 1984. (Coleção Estudos/Autores Angolanos, 8) p. 45.

FREITAS, Décio. *O escravismo brasileiro*. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991.

GEBRAN, Philomena. *Conceitos de modos de produção*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

GLASGOW, Roy. *Nzinga: resistência africana à investida do colonialismo português em Angola: 1582–1663*. São Paulo: Perspectiva, 1982.

GODELIER, M. A noção de modo de produção asiático e os esquemas marxistas de evolução das sociedades (Prólogo). In: CERM. *O modo de produção asiático*. Lisboa: Seara Nova, 1974.

GOLDSCHMIDT, Victor. *La teoria aristotélica: della schiavitù e il suo metodo*. In: SICHIROLLO, Livio. *Schiavitù antica e moderna: problemi, storia, istituzioni*. Nápoles: Guida, 1979. p. 182-203.

GONÇALVES, António Custódio. As influências do cristianismo na organização política do Reino do Congo. IN: CONGRESSO INTERNACIONAL BARTOLOMEU DIAS E A SUA ÉPOCA. 1992. Porto. *Atas...* Porto: Universidade do Porto; Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1992. p 523-539.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1980.

GUARINELLO, Norberto Luiz. *Escravos sem senhores: escravidão, trabalho e poder no mundo romano*. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 26, n. 52, 2006.

HEINTZE, Beatrix. Angola nas Garras do Tráfico de Escravos: as guerras do Ndongo 1611-1630. *Revista Internacional de Estudos Africanos*, Lisboa, v. 1, n. 1, p. 15, 1984.

LOPES, Nei. *Enciclopédia brasileira da diáspora africana*: São Paulo: Summus; Selo Negro, 2004.

LOVEJOY, Paul E. *A escravidão na África: uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MAESTRI, Mário. *A agricultura africana nos séculos XVI e XVII no litoral angolano*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1978.

MAESTRI, Mário. *História da África negra pré-colonial*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

MAESTRI, Mário. *O escravismo antigo*. 11. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atual, 1994.

MAESTRI, Mário. *O escravismo colonial: a revolução copernicana de Jacob Goreneder*. *História & Luta de Classes*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 77-102,

MAESTRI, Mário. *O escravismo no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Atual, 1998.

MALOWIST, M. A luta pelo comércio internacional e suas implicações para a África. In: GOT, Bethwel Allan. *História geral da África: África do século XVI ao XVIII*. Brasília: Unesco, 2010. v. 5.

MARQUES, Antonio Henrique de Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Presença, 1997.

MARTIN, Rui de Souza. *Mito e história no noroeste de Angola arquipélago*: HISTÓRIA, 2. ed. série, III, 1999.

MATTOSO, José. *História de Portugal*. Lisboa: Thesaurus, 2000.

M' BOKOLO, E.. Das savanas de Camarões ao alto do Nilo. In: OGOT, Bethwell Allan. *História geral da África: África do século XVI ao XVIII*. Brasília: Unesco, 2010. v. 5.

MEILLASSOUX, Claude. *Antropologia da escravidão: o ventre de ferro e dinheiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

MEILLASSOUX, Claude. *Mulheres, celeiros e capitais*. Porto: Afrontamento, 1977.



MEMMI, Albert. *Retrato do colonizador precedido pelo retrato do colonizado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MENEZES, Solival. *Mamma Angola: sociedade e economia de um país nascente*. São Paulo: Edusp; Fabesp, 2000.

NCONGO, Léonard D.; VANSINA, Jan. A África meridional: os povos e as formações sociais. In: NIANE, Djibril Tamsir. *História geral da África*. África do século XII ao XIV. Brasília: Unesco, 2010. v. 4.

NOVAIS, Fernando A. O Brasil nos quadros do antigo sistema colonial. In: MOTA, Carlos Guilherme. *Brasil em perspectiva*. 11. ed. São Paulo: Difusão Europeia, 1971. p. 47 - 63.

OLIVEIRA, A. J. M. Igreja e escravidão africana no Brasil colonial. *Especiaria*, UESC, v. 10, p. 356-388, 2009.

OLIVEIRA, Ingrid da Silva de. Cavazzi e Cadornega: entre semelhanças e diferenças na escrita da história da África centro-ocidental (século XVII). IN: ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH-RIO: MEMÓRIA E PATRIMÔNIO, 14, 15., 2010, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Numen, 2010. p. 1-9.

PANTOJA, Selma Alves. *Nzinga Mbandi: mulher, guerra e escravidão*. Brasília: Thesaurus, 2000.

PARREIRA, Adriano. *Dicionário glossográfico e toponímico da documentação sobre Angola: séculos XV- XVII*. Lisboa: Estampa, 1990.

PARREIRA, Adriano. *Economia e sociedade em Angola na época da rainha Jinga (século XVII)*. Lisboa, Estampa, 1990.

PIGAFETTA, Filipo; LOPES, Duarte. *Relação do Reino do Congo e das terras circunvizinhas*. Lisboa: Alfa, 1989.

REDINHA, José. *Distribuição étnica de Angola, Luanda*. Angola: 8. ed. Centro de Informação e Turismo de Angola, 1974.

SANTANA, Everaldo Lins. Vocábulo de base das relações de parentesco Zona K. *Saberes – revista eletrônica*, v. 1, 2010.

SANTOS, Eduardo. *O antigo reino do Congo*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1964.

SARAIVA, José Hermano. *História concisa de Portugal*. 20. ed. Mem Martins; Europa-América, 1999.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal*. Lisboa: Verbo, 1995-1997. v. 1 e 2.

SILVA, Alberto da Costa e. *A manilha e o libambo: a África e a escravidão: de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

SOUZA, Mônica Lima. *História da África: temas e questões para a sala de aula. Cadernos PENESB*, Rio de Janeiro: Niterói, v. 1, p. 71-105, 2006.

SOUZA, Talita Tavares Batista Amaral de. *Escravidão interna na África antes do tráfico negreiro. VÉRTICES*, ano 5, n. 2, maio/ago. 2003.

VAINFAS, R.; SOUZA, M. M. E. Catolização e ressurreição: o reino do Congo da conversão coroada ao movimento antoniano, séculos XV-XVIII. In: BELLINI, Lígia; SOUZA, Evergton Sales; SAMPAIO, Gabriela dos Reis (Org.). *Formas de crer: ensaios de história religiosa do mundo luso-brasileiro, séculos XIV-XXI*. Salvador: Corrupio, 2006.

VANSINA, Jan. *La tradición oral*. Barcelona: Labor, 1967.

VANSINA, Jan. O reino do Congo e seus vizinhos. In: OGOT, Bethwell Allan. *História geral da África: África do século XVI ao XVIII*. Brasília: Unesco, 2010. v. 5.

THORNTON, John K. The Kingdom of Kongo, ca. 1390-1678. the development of an african social formation. *Cahiers d'études africaines*, v. 22, n. 87-88, p. 325-342 1982.

TINHORÃO, José Ramos. *Os negros em Portugal*. Lisboa: Caminho, 1988.

TOMA, M. História, legislação e degredo em Portugal. *Justiça & História*, Porto Alegre, v. 10, n. 5, p. 51-92, 2005.

VAINFAS, R.; SOUZA, M. M. E. Catolização e ressurreição: o Reino do Congo da conversão coroada ao movimento antoniano, séculos XV-XVIII. In: BELLINI, Lígia; SOUZA, Evergton Sales; SAMPAIO, Gabriela dos Reis (Org.). *Formas de crer: ensaios de história religiosa do mundo luso-brasileiro: séculos XIV-XXI*. Salvador: Corrupio, 2006.

VANSINA, Jan. A África equatorial e Angola: as migrações e o surgimento dos primeiros estados. In: NIANE, Djibril Tamsir. *História geral da África: África do século XII ao XIV*. Brasília: Unesco, 2010. v. 4.

VANSINA, Jan. Introduction a l'ethnographie du Kongo. *Kinshasa*, 1966, p. 115-127.

VANSINA, Jan. *Les anciens royaumes de la savane*. Léopoldville: Institut de recherches économiques et sociales, 1965. (Collection études sociologiques).

VANSINA, Jan. Long distance trade-routes in central Africa. *The Journal of African History*, Cambridge; v. IV, n. 1, 1963.

VANSINA, Jan. Notes sur l'origine du Royaume de Kongo. *Journal of African History*, Cambridge, v. 1, p. 36 - 37, 1963.

VANSINA, Jan. O reino do Congo e seus vizinhos. In: OGOT, Bethwell Allan. *História geral da África: África do século XVI ao XVIII*. Brasília: Unesco, 2010. v. 5.

WESTERMANN, W. L. Settori di impiego dello schiavo in Grecia. In: TRIGARI, Marisa. *Schiavitù e società nel mondo antico*. Messina-Firenze: G. D'Anna, 1977. p. 42 - 44.

## ÍNDICE REMISSIVO:

África...	12, 14, 17, 18, 21, 24, 31, 34, 56, 57, 65, 74, 80, 82, 98, 117, 120, 123, 125, 126, 127, 128
Aire Kiluanji.....	111
Álvaro II .....	95
Ambaca.....	106
ambós.....	21
Ambós.....	22
Ambunda .....	31
Ambundo .....	41
ambundos.....	42, 47, 48, 93
América .....	7, 12, 15, 71, 72, 74, 82, 85, 114, 120, 127
Ana de Souza .....	106
Angola .	13, 14, 18, 21, 22, 24, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 38, 40, 41, 42, 44, 47, 50, 53, 54, 55, 57, 62, 66, 81, 93, 95, 97, 99, 100, 103, 105, 110, 112, 113, 114, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 128
António de Oliveira Cadornega.....	17
Ari.....	43
Ashikongo.....	31
axiulandas .....	52
bacongos .....	21, 22, 117
Bakongos .....	48
Bamba.....	35, 54
bantu .....	20, 22, 29, 33, 37, 45, 62, 78, 87, 119, 120
bantus.....	7, 13, 14, 15, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 42, 44, 49, 51, 52, 53, 57, 58, 59, 61, 63, 66, 67, 71, 74, 78, 79, 80, 81, 87, 110, 117, 118, 120
batalha de Mbwila .....	96
batshakwe .....	21
Bembe.....	31
Bengo.....	35, 40, 45, 100, 113
Benguela.....	42, 55, 71, 112, 123
Brasil.....	57, 71, 72, 82, 83, 84, 85, 113, 114, 124, 125, 126
Cabaça .....	104, 106
Cabasso.....	54, 104
Cabinda.....	30
Cabo do Bojador.....	65
Cakongo.....	32, 66
Cambambe .....	43, 54
Cancombe .....	100
candas .....	35, 53
capitão-mor.....	112
Casibo .....	44
Ceuta.....	64
Chimba .....	22
Claude Mellaissoux .....	23

Congo ..	13, 14, 17, 20, 21, 22, 24, 28, 30, 32, 33, 34, 36, 38, 66, 80, 88, 89, 93, 105, 122, 123, 124, 126, 127, 128
cuâmbi .....	22
cuanhama .....	22
Cuanhamas .....	21
Cubango.....	21
Cunene.....	28, 47
Curimba .....	43
cusso .....	22
Cuval.....	22
D. Afonso .....	89, 90, 92
D. Álvaro .....	91, 94, 95, 96
D. Henrique .....	92
D. João I.....	64, 89
D. João III.....	92
Dembe.....	32, 66
Diogo Cão.....	7, 15, 66
Dom Afonso .....	92, 93
Dom Diogo .....	93, 94
Dom João I .....	70, 81, 87, 88
Dom João II .....	66
Dom Manuel .....	88
donga .....	22
Ecundi.....	28
Embaca .....	43, 54, 56
enfunde .....	29
ensaca.....	50
Fernão de Souza .....	110
Garcia II.....	113
gingombo .....	51
Henrique .....	64, 91, 125
Hereros .....	22
Ilha de Kindonga .....	115
Ilha Ndanguí .....	112
Ilhas de São Tomé .....	93
Inkisi .....	14, 24, 39
Jaga Kaza.....	108, 111
jagas .....	47, 48, 99, 110
Jagas .....	94, 98, 100, 110
Kakongo .....	31, 93
kambunda .....	21
kanda.....	62
Ki Ntombo .....	29
Kia Mbandi .....	101, 104
kikongos .....	22, 28
Kikongos.....	29, 62, 124
Kimbundu .....	21, 30, 48
Kisama .....	15, 40
Kissama .....	111, 113

Kongo ....	1, 2, 7, 8, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 47, 48, 50, 57, 59, 61, 62, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 74, 78, 81, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 100, 110, 111, 113, 114, 117, 118, 119, 120, 121, 124, 127, 128
kongolesa.....	35, 37, 70, 88
Kunde .....	29
Kunyi .....	31
Kwanza .....	15, 20, 28, 35, 40, 42, 43, 45, 100, 111, 115
Libombo .....	32
Llamba.....	43, 54
Loango .....	32, 36, 66
Locunga .....	32
Loje.....	14, 24, 35, 36, 39
Luanda .	18, 22, 30, 34, 35, 40, 41, 43, 44, 50, 57, 58, 66, 71, 96, 100, 104, 106, 111, 112, 113, 122, 123, 126
lubatas.....	37, 66
lumbu.....	62
Lundas .....	21
Lunda-Tchoukué.....	21
Lunyaneka .....	22
lutchazes .....	21
Ma Sanza .....	28
macotas .....	53, 101, 108
makeka.....	51
Manikongo.....	14, 15, 32, 33, 35, 36, 41, 69, 81, 89, 92, 94
manis.....	53
Manyanga .....	14, 24, 31, 39
Massangano .....	18, 43, 54, 113
Massanza .....	28
Matamba....	15, 18, 28, 32, 38, 40, 47, 66, 87, 93, 100, 101, 104, 105, 110, 111, 113, 114, 115, 123
Mayombe.....	31
Mbaca .....	111
Mbaka .....	111
Mbamba .....	15, 32, 35, 37, 97
Mbamgala.....	29
mbangalas .....	99, 101, 104, 112
Mbanza Kongo .....	31, 37
mbanzas .....	32, 66
Mbata .....	15, 31, 32, 36, 39
Mboma.....	31
Mbundo.....	32, 100, 109
Mbundos .....	98, 100, 112
mbundus .....	22, 42, 98, 123
Mocambo .....	101, 106
Moseque .....	43, 54
Mpangu.....	31, 36
Mpanzi Mini a Lukeni Lua Mbandi .....	100
Mpanzu a Kitima .....	89
Mpinda.....	39, 66, 95

Muenoquizole .....	53
mufumas .....	42
Mungongo.....	113
mussuris .....	56
muxicongos.....	35
Muxicongos .....	41
Mvemba Zinga.....	89
Namíbia .....	22
Nanímia .....	22
Ndangui .....	111, 112
Ndembos.....	48
Ndombo .....	21
Ndongo .. 1, 2, 7, 8, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 22, 25, 32, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 57, 61, 66, 71, 74, 78, 81, 87, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 101, 107, 108, 110, 111, 113, 114, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 123, 125	
Ngambele.....	104
Ngola .....	15, 45, 46, 47, 53, 55, 94, 98, 99, 100, 101, 104, 107, 108, 110
Ngola – A – Killwanji .....	45
Ngola Kasanje .....	15, 45
Ngola Kilombo Kia Kasenda.....	98
Ngola Kiluanji Kia Samba.....	98
Ngoyo .....	32, 66, 93
Nguanguela.....	21
Nicolau V.....	12
Nimi Lukeni.....	31
Nkanga- a- Memba .....	93
Nkanu .....	31
nkisi .....	88
nkuluntus .....	37
Nkumbi Mpudi .....	93
Nsasu .....	28
Nsundi.....	15, 31, 32, 36, 37
Ntinu a Lukeni.....	31
Ntinu Wene.....	31
nzimbos.....	15, 34, 40, 41, 52, 59
Nzinga.... 14, 40, 87, 88, 89, 93, 98, 99, 100, 101, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 119, 120, 124, 126	
Nzinga Mbandi .....	14, 87, 100, 120, 126
Nzinha.....	112
Oando .....	32
Ocanga .....	32
Ocoilo .....	32
Olois .....	32
Ovimbundos .....	15, 40
Ovimbundu .....	21
Quibisso .....	28
quilambas.....	53
Quilambas.....	53, 54
quilombo.....	100, 101



quilombos .....	104
Quimbangala.....	28
Quimbundus .....	22
quintallas.....	42
Quitombo.....	28
Rainha Tumbia dia Ngola.....	98
soba.....	33, 40, 53
Solongo.....	31
sovas .....	53, 56, 120
Tampo.....	43
Tandala .....	53
Umba .....	43
Vacuantunda.....	21
Vili.....	31
Vungu .....	31, 93
Woyo .....	31
Xindonga .....	22
xindongas.....	21, 117
Yombe .....	31
Zaire.....	14, 15, 20, 22, 24, 28, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 39, 66, 93
Zambeze.....	28
Zâmbia.....	22
Zombo.....	31, 54